

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCSoc

Lícia Cristina Viana Silva Santos

O TEMPO DE CADA UM
TURISMO E ESTRATÉGIAS FAMILIARES EM UMA COMUNIDADE DE
PESCADORES NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

SÃO LUÍS
2021

Lícia Cristina Viana Silva Santos

**O TEMPO DE CADA UM: TURISMO E ESTRATÉGIAS FAMILIARES EM
UMA COMUNIDADE DE PESCADORES NO PARQUE NACIONAL DOS
LENÇÓIS MARANHENSES**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal do Maranhão para fins de obtenção do
título de mestre em Ciências Sociais.**

Orientador: Prof. Dr. Benedito Souza Filho.

**São Luís
2021**

**O TEMPO DE CADA UM: TURISMO E ESTRATÉGIAS FAMILIARES EM
UMA COMUNIDADE DE PESCADORES NO PARQUE NACIONAL DOS
LENÇÓIS MARANHENSES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para fins de obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Benedito Souza Filho.

Aprovada em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Benedito Souza Filho (Orientador)
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - UFMA

Prof. Dr. Joaquim Shiraishi Neto
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UFMA

Profa. Dra. Cíndia Brustolin
Departamento de Sociologia e Antropologia - UFMA

FICHA CATALOGRÁFICA

SANTOS, Lícia Cristina Viana Silva.

O tempo de cada um: turismo e estratégias familiares em uma comunidade de pescadores no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. / Lícia Cristina Viana Silva Santos – 2021. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luís, 2021.

A todas as famílias de Atins

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente às pessoas e coisas que estiverem envolvidas neste processo de pesquisa, desde minhas primeiras questões até a escrita de algumas respostas. Obrigada por fazerem parte dessa caminhada, por serem motivação, inspiração e calma nesses tempos tão difíceis. Às pessoas que disponibilizaram suas vidas para que este trabalho tomasse forma hoje, é insuficiente qualquer palavra para descrever a minha gratidão. Este é um trabalho de muitas vozes, gestos, mãos, pés e lutas. Espero que tenha cumprido meu objetivo que é de tentar prestar atenção e aprender com as pessoas.

Para que fique ainda mais evidente, nomearei algumas das pessoas que estão no bojo desse agradecimento. Agradeço a minha mãe que gosta de ser chamada de Isa, ao meu pai Bandeira e ao meu pai/padrasto José Maria, por todo cuidado, sustento e afeto, cada um a seu modo. Agradeço aos meus muitos irmãos por mesmo de longe me amarem e torcerem por mim, Lívia, Maurício, Felipe, Janne, Rosely, Riule, Robert, Ronald e Bruno. E também aos vários primos, primas, tios, tias e minha avó Raimunda que igualmente se orgulham de quem sou atualmente.

Agradeço ainda a todas as minhas amigas e alguns amigos por serem as pessoas que mais seguraram minha estabilidade emocional nesses tempos tão difíceis. Obrigada por todas as risadas, por me mostrarem outras versões de mim e outras formas de ver a vida. Obrigada, Marceles, Mônica, Raphaella, Lorena, Emmanuele, Karolline, Analu, Flávia, Renata, Lucas, Luan, Sid, Rebecca, Ana Letícia, Alana e Izabella. E tantos mil amigos que tenho feito pelo caminho, todos vocês são importantíssimos na minha formação enquanto gente.

Agradeço ao meu orientador, Benedito Souza Filho, que muito humano soube lidar no meio de uma pandemia com os processos que vivi durante a escrita e correção, e que em muitos momentos me ensinou a ter menos pressa. Obrigada pelo cuidado e carinho de sempre, prof. Biné e profa. Maristela. Estendo meus agradecimentos também aos queridos colegas de equipe de pesquisa: Roseane Dias, Diana, Jéssica, Ricardo, Dênis, Ulisses, dentre tantos outros cujo convívio e diálogo possibilitou um sem fim de ideias e memórias.

Agradeço a minha querida psicóloga Marina, que foi a responsável no período em que realizava este mestrado de eu ver uma luz no fim do túnel e por contribuir para que a ansiedade não tomasse o controle. O que me leva a agradecer a Fapema pela bolsa (em tempos de tantos cortes espero que entendam o grau de importância deste agradecimento).

Por fim, este agradecimento é principalmente a quem dedico estas páginas escritas. À todas as famílias de Atins. Especialmente a dona Luza, seu Ita, Adailson, Mailson, André, Walisson, Gigi, Neinha, dona Maria, seu Edvaldo, Raimara, Edith, Major, Sandra, dona Maria do Celso (de Ponta do Mangue), Leo e dona Adelaide. À todos vocês!

*“É por isso que a vida humana é social:
é o processo contínuo de descobrir como viver.”*

Tim Ingold, 2019.

RESUMO

A presente dissertação tem como foco de análise as estratégias de algumas famílias de Atins, voltadas a compatibilizar as atividades tradicionalmente realizadas com aquelas relacionadas com o turismo. O universo empírico do trabalho é Atins, *povoado* que possui parte de sua base territorial dentro dos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, criado em 1981, e que se converteu em um dos principais destinos turísticos do país. O trabalho busca discutir o funcionamento da vida social das famílias dessa localidade em dois momentos - o da *baixa* e da *alta temporadas* do turismo. A partir da organização social das famílias nesses momentos, e tendo a sazonalidade como elemento central, as discussões realizadas procuram dar conta da forma como o tempo é administrado e as estratégias acionadas para realizar distintas atividades relacionadas com o turismo. Os arranjos envolvendo os membros das unidades familiares, além de funcionarem como alternativas para geração de renda, são interpretados no trabalho como estratégias e formas de resistência, já que estão inseridos em uma unidade de conservação de proteção integral que, pela legislação em vigor, não admite a presença humana. Além dessas limitações, são também ameaçados por iniciativas de agentes políticos e econômicos voltadas ao turismo em bases empresariais que não levam em consideração as iniciativas locais. Tendo a noção de estratégia como referência, o trabalho dedica atenção, por um lado, aos arranjos familiares voltados às distintas atividades e, por outro, às ações coletivas engendradas como forma de responder às ameaças de agentes políticos e econômicos que têm interesse em implantar negócios de turismo na região onde Atins e outras comunidades tradicionais se situam. Diante desse quadro de ameaça, as estratégias e mobilização das famílias têm como móvel a defesa de seu modo de vida e a permanência no seu território.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Parque Nacional. Pescadores artesanais. Estratégias familiares.

ABSTRACT

The present work focuses on the analysis of family strategies of some families from Atins, aimed at reconciling activities traditionally carried out with those related to tourism. The empirical universe of the research is Atins, a village that has part of its territorial base within the limits of the Lençóis Maranhenses National Park, created in 1981, which has become one of the main tourist destinations in the country. The work seeks to discuss the functioning of the social life of families in this location in two moments - the low and high season of tourism. Based on the functioning of social life in those moments, and with seasonality as a central element, the discussions held seek to understand the way time is managed by families, and the family strategies used to carry out different activities related to tourism. The arrangements involving the members of the family units, in addition to functioning as alternatives for generating income, are interpreted in the work as strategies and forms of resistance, since they are inserted in an integral protection conservation unit that, according to the legislation in force, does not admit the presence of families. In addition to these limitations, they are also threatened by initiatives by political and economic agents aimed at tourism on a business basis that do not take into account local initiatives. Based on the notion of strategy, this work pays attention, on the one hand, to family arrangements aimed at different activities and, on the other, to collective actions engendered as a way of responding to threats caused by political and economic agents who are interested in establishing businesses in the region where Atins and other traditional communities are located. Faced with this threat scenario, the mobilization of families is motivated by the defense of their way of life and the permanence in their territory.

KEYWORDS: Tourism. National park. Artisanal fishermen. Family strategies.

LISTAS DE SIGLAS

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

FETAEMA – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão

GERUR – Grupo de Estudos Rurais e Urbanos

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais

ICMBIO -Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PNLM - Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barreirinhas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	15
Pesca artesanal e turismo: breve apresentação do contexto da pesquisa	18
Repensando o problema de pesquisa e o objeto de estudo	26
As etapas de campo	29
CAPÍTULO 1	
Entrando na rota: o contexto do universo empírico	34
O contexto do trabalho: ações e proposta de redefinição dos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	35
Projeto de Lei do Senado 465 que altera os limites do PNLM	47
CAPÍTULO 2	
Uma vida, dois tempos: tempo da pesca, tempo do turismo	51
A <i>baixa</i> temporada	54
CAPÍTULO 3	
O tempo do turismo e os arranjos familiares	63
O tempo construído	88
CAPÍTULO 4	
Entre o turismo e as mobilizações: ação coletiva e as estratégias para a permanência no território	93
O problema do kitesurf em Atins	95
A privatização dos serviços de visitação e o projeto de alteração dos limites do Parque: novos problemas, novas mobilizações	101
Estratégias de reprodução e resistência das comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
Referências	115

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação tem como um dos seus objetivos tratar das implicações da intensificação da atividade do turismo em uma comunidade de pescadores que tem seu território atravessado por uma unidade de conservação de proteção integral, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

A discussão sobre o modo de vida das famílias e as transformações provocadas pelo fato de estarem parcialmente situadas em uma unidade de conservação de proteção integral também se faz presente nesta dissertação. No caso de Atins, universo empírico deste trabalho, que possui parte de seu território fora dos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (doravante PNLN), veremos principalmente as modificações na organização social das famílias em decorrência da intensificação das atividades do turismo e de como essa dinâmica na região ensejou alterações nas suas vidas a ponto de realizarem reorganizações internas importantes, inclusive no calendário de suas atividades cotidianas.

O PNLN, para além da proposta de conservação de sua área de 156 mil hectares, está fortemente atrelado a campanhas promocionais da atividade do turístico a nível local, nacional e internacional. Muitos são os investimentos em propagandas em escala municipal, estadual e federal para que o PNLN entre ainda mais na rota do turismo e consiga potencializar lucros que já têm sido bastante significativos. Essas iniciativas são tanto públicas quanto privadas e passam a ter influência direta nas mudanças da rotina daquelas famílias que será tratada no decorrer da dissertação, já que influencia nas dinâmicas territoriais, nas relações de trabalho e como já mencionado, na organização familiar e na administração do tempo.

Para dar conta deste quadro, a dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo abordarei como as famílias conseguiram se mobilizar para permanecerem no território que historicamente vivem e trabalham e mostrar também como, nesse novo cenário do turismo, as famílias vivem e administram o *tempo*: o tempo da vida cotidiana, das atividades tradicionalmente realizadas, e o tempo do turismo, nos momentos da *baixa* e *alta temporadas*.

Os capítulos 2 e 3 procuram descrever esses dois *tempos* a partir das narrativas de como vivem cotidianamente esses períodos. Essa descrição é necessária para entendermos os arranjos para a inserção dos integrantes das unidades familiares nas atividades do turismo. Essas partes do trabalho servem também para mostrá-las

como agentes que mobilizam seus saberes em vários momentos para dar continuidade às suas vidas.

Como o incremento do turismo no PNLM possibilita a movimentação de agentes políticos e econômicos, o quarto e último capítulo é dedicado à compreensão dos processos de mobilização e resistência para fazer frente aos problemas enfrentados pelas famílias que vivem em Atins, sejam os provocados pelos turistas, sejam os encabeçados por agentes políticos interessados na implementação de serviços de turismo em bases empresarias que ameaçam o modo de vida das famílias.

INTRODUÇÃO

A decisão de dedicar atenção às implicações das atividades relacionadas com o turismo no cotidiano das famílias de pescadores artesanais que historicamente vivem e trabalham em Atins, na área hoje identificada como o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses não é aleatória. As primeiras indagações relacionadas com o atual interesse de pesquisa surgiram quando desenvolvi atividades de pesquisa no âmbito da iniciação científica¹ e participava, como integrante da equipe de pesquisa, de um projeto de cooperação internacional² que procurava entender as situações de conflito com o órgão ambiental e os diferentes aspectos do modo de vida das famílias que vivem e trabalham em distintos povoados no município de Barreirinhas localizados parcial ou totalmente dentro dos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses - PNLM.

Durante o trabalho de monografia, enquanto realizava uma série de leituras sobre a pesca artesanal, ou quando em conversas (gravadas ou não) com pescadores e marisqueiras de Atins, surgiram algumas indicações de mudanças em relação à rotina das atividades de pesca (SANTOS, 2018), principalmente por conta da presença constante de barcos que realizavam a chamada pesca de *arrasto* que, segundo os pescadores e pescadoras que realizam essa atividade na costa marinha, atinge várias espécies não comercializáveis ao realizarem o *arrasto* do camarão.

Ademais desse problema, os pescadores apontavam também a relação que passaram a ter com os agentes do ICMBio, em razão de estarem parcialmente situados nos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM). Ressaltavam que essa relação que os agentes do órgão de monitoramento ambiental mantinham com as famílias era pautada, sobretudo, nas proibições e não no diálogo. É necessário dizer que essas relações sofriam variações de um *povoado* a outro, ou mesmo entre famílias.

¹ Entre 2015 e 2016 fui bolsista PIBIC/CNPQ, cumprindo um plano de trabalho individual intitulado *Impactos do turismo sobre a pesca artesanal: o caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Orientado pela Professora Dra. Maristela de Paula Andrade.

² Trata-se do projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), intitulado *Ação Estatal de Conservação da Natureza e Populações Tradicionais no Brasil: Conflitos Socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. O projeto era coordenado pelos professores Maristela de Paula Andrade e Benedito Souza Filho e a equipe era composta por diversos alunos do curso de Ciências Sociais (graduação e Pós-graduação) e do Prof. Ulisses Denache Vieira Souza, doutorando em Geografia (USP). O objetivo da pesquisa era realizar um levantamento da história de ocupação pelas famílias de distintas localidades, da área hoje identificada como Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; aspectos de sua organização social e econômica, assim como a compreensão das situações de conflito entre as famílias e o ICMBio. Essa pesquisa foi desenvolvida a partir da solicitação formal do senhor Francisco Farias, então presidente do STTR de Barreirinhas, aos Coordenadores da pesquisa.

Também foi possível identificar na pesquisa que a intensificação das ações dos agentes do órgão ambiental tinha direta relação com os povoados que eram de destinação turística, em razão dos seus atrativos.

A movimentação dos agentes do Estado em suas ações de fiscalização tinha a ver, na maioria das vezes, com a intensificação da atividade e movimentação turística no povoado. Em relação a isso, durante a pesquisa, identificamos certo envolvimento mais ou menos intenso de integrantes de algumas famílias em determinadas épocas do ano com atividades relacionadas com o turismo. A recorrência desse tema se impunha durante as conversas mantidas com as pessoas durante as atividades de pesquisa.

Ao acompanhá-las em suas atividades de pesca por muitas vezes insistiam em dizer que não dava para pescar quando os turistas transitavam com suas pranchas e pipas de *kitesurf* no denominado *poção*, local em que se realizam também a chamada *pesca na beirada*. O *poção* é assim chamado porque é a parte de maior profundidade da laguna que se forma entre a costa dos povoados de Atins e Canto de Atins e uma faixa de transição que tornou-se uma área de mangue.

A explicação dada pelos pescadores para o comprometimento da pesca causado pela prática de *kitesurf* no chamado *poção* e na beira da praia era a de que o som provocado na superfície da água pelo atrito das pranchas, afugentava os peixes que ali se concentravam, o que tornava impossível a atividade de pesca naquele local. Ressalte-se que essa situação de comprometimento da atividade de pesca era provocada pela quantidade de praticantes de *kitesurf*, que em determinados momentos eram contados às dezenas.

Outros problemas relacionados com a presença dos *kitesurfistas* nessa área também são apontados. Alguns pescadores relataram que por diversas vezes foram quase atingidos por praticantes que realizavam manobras saltando por cima das canoas. Durante uma etapa de campo, ao acompanhar a família de seu Itamar e dona Luzenir ao chamado *poção*, e vendo a quantidade de *kitesurfistas*, entendi o que vários interlocutores haviam comentado em outras situações sobre os problemas relacionados com a prática dessa modalidade esportiva. Como permanecem na água durante quase todo o dia, principalmente nos meses de *alta do turismo* que vai de junho a setembro, e que coincide com o período das fortes correntes de vento nessa região, portanto ideal para a prática do *kitesurf*, a quantidade de praticantes desse esporte não só inviabilizava a chamada *pesca de beirada*, mas também prejudicava a passagem das pequenas canoas e seus condutores.



Foto 1: *Kitesurfistas* em um fim de uma tarde durante a *alta temporada* do turismo em Atins, Autora: Lícia Viana, 2019.

As interferências no cotidiano desses pescadores não se restringiam à prática do *kitesurf*, mas também a outros problemas mais recentes relacionados com as proibições de pesca e a presença mais frequente dos agentes de fiscalização do órgão ambiental que administram o PNLM.

Nas entrevistas concedidas e nas conversas que tive com alguns pescadores havia sempre presente a alusão ao medo de ir pescar e ter seus instrumentos de pesca apreendidos, pois a notícia que se espalhava com o intuito de alertar os pescadores era a de que eles não poderiam pescar a menos de mil metros da costa, o que para muitos não seria possível por não terem embarcação adequada para realizar a pesca em alto mar ou *lá fora*, como denominam essa modalidade de pesca (SANTOS, 2018).

Nesse primeiro momento, as reclamações chegavam a mim quase que como uma denúncia, principalmente porque o que as pessoas que viviam ali e estavam dispendo de seu tempo, dando informações e compartilhando suas histórias e o seu dia a dia, pensavam que eu, juntamente com a equipe de pesquisa da qual eu fazia parte teria como fazer algo em relação a esse problema. Pensavam assim porque em termos práticos, nós estávamos ali por solicitação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barreirinhas - STTR para fazermos uma pesquisa que poderia auxiliar o órgão de representação na luta pelos direitos das famílias para permanecerem nos seus lugares onde historicamente viviam e trabalhavam.

Essa permanência consistia em ter direitos básicos que estavam sendo negados a essas famílias por viverem numa área que passou a ser um tipo de unidade de conservação que não admite a presença humana, senão para visitação e apreciação da

natureza, ou para alguns tipos de pesquisas (SNUC, 2002). Direitos à educação, à saúde, e até energia elétrica eram as principais reivindicações por parte das famílias.

Por esse motivo, muitas vezes tive que explicar o que estava ao nosso alcance enquanto pesquisadores. Foram nesses momentos, em meio às etapas de campo durante a graduação, momento em que realizava pesquisa orientada por meus professores e pela teoria, que surgiam novas questões que poderiam ser exploradas em trabalhos futuros. Além disso, haviam também motivos para continuar a pesquisa neste universo empírico. Como já dito, haviam os esforços das pesquisas já realizadas com a equipe, e os vínculos de amizade estabelecidos, que auxiliariam na continuação da pesquisa.

Essas novas questões foram desencadeadas também por uma série de informações de campo e de leituras que contribuíram imensamente para esta pesquisa, bem como a história do povoado que está diretamente ligada a atividade de pesca realizada pelas famílias de Atins e que passa a integrar as formas como essa comunidade é apresentada mundo afora pelas propagandas do governo ou das próprias agências de viagem.

Por isso, nos tópicos que se seguirão, contextualizarei o universo empírico a fim de enfatizar os novos cenários que fizeram repensar as questões iniciais da pesquisa, como a mobilização dos pescadores para delimitar uma área de pesca e uma área que se pratique *kitesurf*. Além disso, farei o exercício de repensar o objeto e problema de pesquisa à luz de alguns autores, refletindo principalmente minha posição enquanto pesquisadora.

Pesca artesanal e turismo: breve apresentação do contexto da pesquisa

Atins é um dos vinte e três *povoados* do município de Barreirinhas que tem seus limites³ dentro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (BRASIL, 1981)⁴. Em relação às outras localidades, Atins tem alguns atrativos, como praias e locais para a prática do *kitesurf*, o que contribui entre outras coisas, para uma intensificação da atividade turística e, em razão disso, uma maior fiscalização por parte do órgão

³ Atins, Cedro e Santo Antônio, são as três localidades do município de Barreirinhas que têm seus limites parcialmente situados dentro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

⁴ O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi criado por meio do Decreto nº 86.060, em 02 de junho de 1981, e abrange três municípios maranhenses: Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz. A pesquisa foi realizada apenas nos povoados localizados no município de Barreirinhas.

ambiental, sobretudo na chamada temporada da *alta do turismo*⁵. Ou seja, é importante saber um pouco da localização e particularidades deste povoado para compreender os vários contextos que se interceptam e contribuem para explicar as mudanças que as famílias têm sido submetidas cotidianamente.

Atins é uma das localidades que se encontra no litoral oriental maranhense. E em relação aos limites do PNLM, é um dos que tem parte de seu território dentro e parte no entorno, e está localizado entre a foz do Rio Preguiças, a costa do litoral, um Igarapé que o separa do povoado vizinho - Santo Inácio – e uma das entradas mais próximas para o campo de dunas (que são referidas pelos moradores de todas as localidades como *morrarias*).

A história de Atins está atrelada à prática da pesca artesanal. Os primeiros moradores eram pescadores que residiam em outros *povoados* ou mesmo de outros estados (os relatos apontam a chegada, por volta de 1940, de cearenses no período de grandes secas daquele estado e que famílias inteiras viam nessa região uma oportunidade de viverem em condições melhores) para realizar a pesca. Muitos pescadores que passavam os dias de pescaria em seus *ranchos*⁶, passaram a construir moradias fixas em Atins e passaram a viver com suas famílias. Isso explica porque várias pessoas desse *povoado*⁷ têm parentesco e relações de compadrio com as de outras localidades e também os fluxos de pessoas das *regiões das areias*⁸ realizando práticas pesqueiras nessa área.

⁵ A *alta* e a *baixa temporadas* têm a ver diretamente com a atividade turística no PNLM. Essas categorias são utilizadas recorrentemente para se referir a dois *tempos* associados ao turismo. Serão importantes para explicar a divisão e organização social nesta localidade.

⁶ *Ranchos* são edificações feitas com palha de coco ou de buriti, que servem de abrigo para pescadores e suas famílias durante os dias em que estão pescando ou mariscando.

⁷ A categoria *povoado* é uma denominação local que se refere a lugares que são ao mesmo tempo unidades territoriais e unidades sociais, que possuem limites e toponímias reconhecidas pelas famílias que vivem em cada uma delas. Os povoados também são inúmeras vezes reconhecidos como comunidades pelos agentes sindicais e religiosos (ANDRADE, 2017).

⁸ A *região das areias* é referida a alguns *povoados* que estão localizados mais distantes do litoral e mais próximos às *morrarias*. Alguns povoados da região das areias: Mata Fome, Achuí, Buriti Amarelo, Cedro, dentre outras. Enquanto Atins, Canto do Atins, Ponta do Mangue e Santo Inácio são classificadas como *região das praias*.

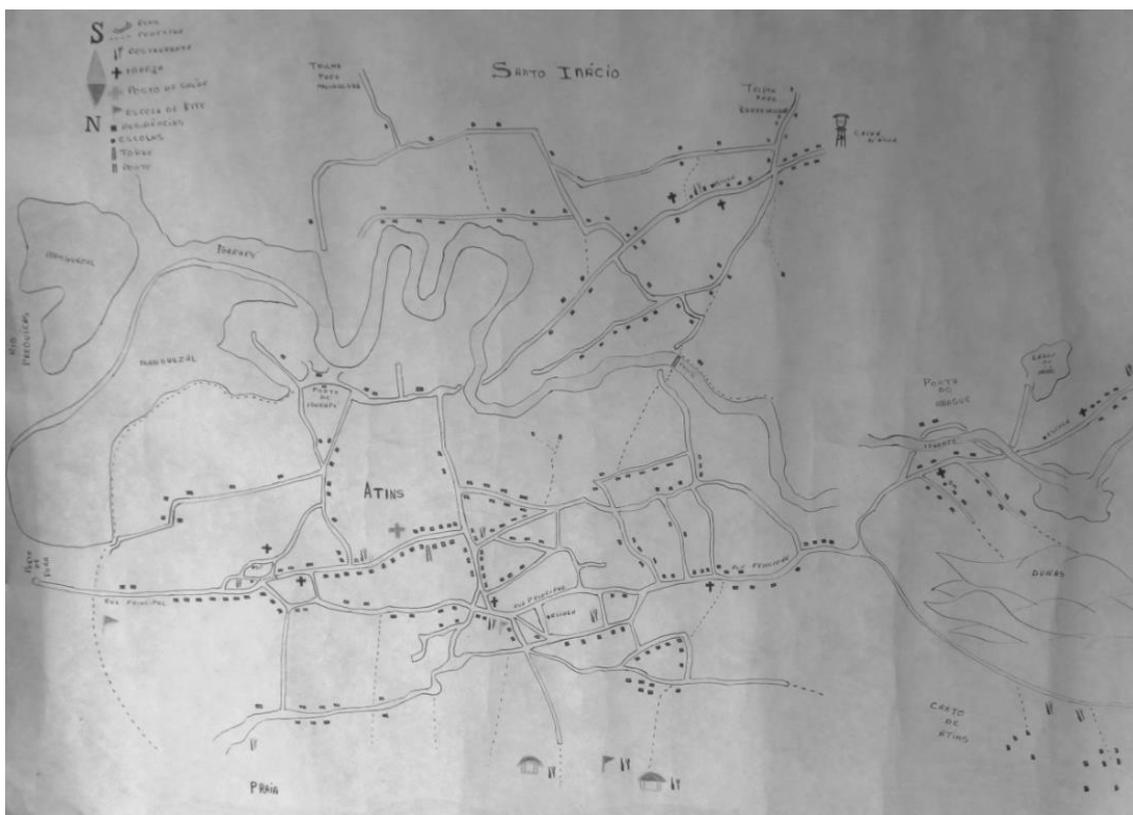


Foto 2: Croqui do povoado Atins, exposto no Posto de Saúde de Atins.
Autora: Lícia Viana, 2019

Quando cheguei pela primeira vez em Atins em 2014, explicaram que a maior parte das famílias ainda realizava *pesca artesanal*. A casa onde fui deixada pelo motorista do STTR de Barreirinhas⁹, e acolhida durante o período de trabalho de campo, era da família de dona Luzenir e seu Itamar, ela marisqueira/pescadora e ele pescador, seus quatro filhos e a filha da irmã de dona Luzenir que havia ido morar com eles naquele mesmo ano à minha chegada.

Apresento essas pessoas porque foram, no decorrer da pesquisa, meus principais interlocutores e a quem por muitas vezes recorria para tirar dúvidas. Foram os responsáveis por me apresentar todos os outros interlocutores, o que facilitou imensamente a recepção das outras famílias à minha presença, que não deixou de ser estranha, porém como um peso menor a cada ida a Atins, mesmo depois que o projeto de cooperação internacional já havia finalizado.

⁹ A inserção de todos da equipe era mediada pelas instituições de Barreirinhas que solicitaram a pesquisa. Essa mediação era feita através de cartas enviadas às comunidades e ligações telefônicas. Toda a logística – levar nos povoados e ir buscar, providenciar onde ficaríamos durante os dias que passaríamos em cada localidade – era de responsabilidade dessas instituições, principalmente o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barreirinhas.

O recorte da pesquisa que tinha como objetivo principal uma monografia de conclusão de graduação, foi sendo demarcado e influenciado pela proximidade com dona Luzenir e as mulheres do povoado, o que fazia aumentar meus questionamentos em relação a participação das mulheres na pesca artesanal já que elas se denominavam pescadoras e marisqueiras (SANTOS, 2018).

Apesar de concentrar meu foco na atividade da mariscagem, seu modo de fazer, a identidade das marisqueiras, o conhecimento produzido, acabei me debruçando sobre a pesca como um todo, já que a pesca não se resume a uma atividade, mas orienta a vida e a organização das famílias.

Como constatado no decorrer das etapas de campo, a mariscagem apesar de ter um domínio feminino, mobiliza toda a família em algumas etapas da atividade. Além disso, seja na mariscagem, na *pesca na beira*/na costa ou na *pesca lá fora* em alto mar, as famílias compartilham um conjunto de saberes relacionados ao tempo na pesca, aos ciclos da lua e das marés, as formas de classificações dos locais de pesca e mariscagem, de orientação na costa e no mar (SANTOS, 2018). Enfim, todas essas especificidades, que definem o modo de vida desse *povoado* têm relação com o fino conhecimento dos pescadores e pescadoras sobre os ciclos naturais, das marés, dos ventos, o que permite a eles a configuração de uma *territorialidade* peculiar, e intimamente ligada às atividades de pesca.

A pesca artesanal em Atins já enfrentava alguns problemas como dito anteriormente. Principalmente no que tange à diminuição do pescado, que está quase sempre associada a falta de respeito dos pescadores que realizam a chamada *pesca de arrasto* do camarão, pois ao realizar o *arrasto* do camarão na costa, e principalmente próximo ao que chamam de berçário de peixes, na direção do *povoado* de Canto de Atins, levam também muitas espécies que sendo não comercializáveis, são lançadas mortas ao mar. A seguir um trecho de uma entrevista realizada com seu Itamar sobre a sobrepesca em Atins que retrata esta situação:

P- E quanto aos barcos de *arrasto*? Os que vêm pra cá são de onde?

E - Eles vêm só daqui de Tutóia, Camocim [Ceará], de lá. Tudo são de lá. Que arrasta camarão.

P - E isso prejudica a pesca?

E - Ah, prejudica demais! Eles quando vem acaba mesmo os peixes. Camarão eles acabam tudo e os peixinho eles matam tudinho, deixam tudo aí...

P - Mas porque que eles acabam?

E - Porque eles botam a rede de arrasto, aí eles levam só o que vem, os outros eles jogam tudinho dentro d'água vem encostando [morto] na maré.

P - Eles só pegam os maiores?

E - Eles só pegam os mais maior, os pequeninhos eles jogam tudinho dentro d'água.

P - Aí não sobra nada?

E - É, aí não sobra nada e joga tudo pro mar, aí morre. Aí o bicho, o urubu lá come. (Entrevista concedida pelo seu Itamar, em Atins, 2015).

Percebe-se que seu Itamar dá ênfase ao estrago feito pelos barcos que praticam a *pesca de arrasto*, pois ao realizarem esse tipo de pesca, retiram e matam muitos peixes e dá indicações de onde seriam estes barcos. Em outros depoimentos, os pescadores afirmaram que esses barcos nunca são multados ou pegos em flagrante. Afirmam que isso acontece porque os *mestres* desses barcos são previamente avisados das ações de fiscalização e se retiram dessas áreas.

As alterações na atividade de pesca em Atins e no cotidiano das famílias não são provocadas somente pela pesca predatória. O fato de estar localizado em uma região com vários atrativos naturais, como praias, campo de dunas, lagoas, atrai também muitos visitantes do Brasil e também do exterior.

Com o incremento do turismo, em razão da visibilidade nacional e internacional que o PNLM passou a ter por suas belezas cênicas, o aumento de visitantes foi crescendo gradualmente e Atins, que tem parte de seu território fora dos limites da unidade de conservação, passou a ter uma intensa especulação imobiliária por parte de turistas que pretendiam construir casas de veraneio ou investir em pousadas e restaurantes.

Antes desse incremento, os turistas que chegavam até Atins acampavam nos quintais ou *ranchos* de alguns pescadores que os recebiam. A intensificação da presença turística também tem relação com a abertura de estradas entre a sede e os *povoados*. Muitos homens do povoado, principalmente aqueles que não mais se envolviam com a pesca *lá fora*¹⁰, começaram a trabalhar com a construção civil, envolvendo-se em atividades de edificação desses estabelecimentos. Algumas mulheres passaram a se envolver diretamente com atividades domésticas nas casas de veraneio, pousadas e restaurantes. Muitas atividades relacionadas ao turismo vão sendo assumidas por essas mulheres e por esses homens, porém costumavam trabalhar exaustivamente durante a *alta* do turismo e receber por mês um valor muito abaixo de um salário mínimo.

¹⁰ A pesca *lá fora*/alto mar é realizada durante vários dias, os pescadores precisam ficar quase vinte dias fora. É uma das modalidades de pesca artesanal realizadas pelos pescadores de Atins, especialmente no *inverno*, quando os ventos não estão tão fortes e a pesca embarcada é melhor de ser realizada.

Diante desse quadro, o turismo abre um novo cenário de possibilidades para muitas famílias de Atins. As atividades relativas ao turismo passam a ser também uma alternativa econômica para muitas pessoas. O envolvimento com tais atividades tem influenciado inclusive a permanência de muitos no *povoado*.

A prática de *kitesurf* pelos turistas no chamado *poção*, principal área de pesca das famílias de Atins e de outros povoados das proximidades, tem comprometido essa atividade que garante o alimento às famílias. Em razão desse problema, os trabalhadores têm recorrido aos órgãos de representação como Colônia de Pescadores e STTR de Barreirinhas. Chegaram a contar com o apoio de um vereador do povoado para tentar resolver o problema.

Algumas reuniões foram feitas com donos de pousadas, pescadores, e donos de escolas de *kitesurf* para que houvesse um acerto quanto ao horário de prática ou delimitação de uma área para a pesca e outra para a realização do esporte. As reuniões foram frustrantes para os pescadores e não houve acordo. Como já mencionado, praticamente em todas as conversas e entrevistas com os pescadores (as) e marisqueiras, o problema com o *kitesurf* era sempre mencionado.

Os trechos de entrevistas com uma pescadora e marisqueira, dona Adelaide, e com o senhor Manuel Francisco, pescador de Atins, mostram bem as implicações da prática desse esporte para a pesca artesanal.

P - A senhora aprendeu com quem? Foi com a sua mãe? Seus pais?

E - Meu pai. Meu pai era pescador de tudo minha filha, meu pai era pescador de *curral*, nessa época pegava muito peixe de *munzuá*, pegava muito peixe de tarrafa, pegava muito peixe, muito camarão, eu já vi muita fartura de camarão.

P - Aqui mesmo em Atins?

E - Aqui mesmo no Atins. Quando eu era moça na casa de meu pai, nós levava a noite toda abrindo tainha, bagre, tirando camarão, amanhecia o dia aquela baciona grande, eu falo é muito isso pra minhas meninas, ah minhas filhas, vocês nunca viram fartura boa como a mãe de vocês! Eu já vi muita fartura de peixe, de camarão, tainha, bagre. Papai trazia era aqueles cofão, cheinho na frente como pra traz.

P - Imagino...

E - Era, muita fartura. Hoje não, minha filha. É muito, muito pescador, e agora depois que esses turistas chegaram aí já tão até quase proibindo a gente de pescar porque tem uma praia dos *kitesurf* praí que tão esculhambando ali a praia que a gente pesca né?

P - E atrapalha?

E - Atrapalha sim, atrapalha porque onde eles tão passando com aquele negociação correndo por cima d'água porque onde eles ficam não tem como a gente pescar. Falar a verdade é preciso, um dia eu fui pescar com meu menino aí eu fiquei com medo, porque ele ia nadando e eu só via a cabecinha dele lá só. Ele ficava com água aqui ó [indicando o pescoço]. E eu olhava, via aquele horror de coisa, ai meu Deus do céu, sai daí essas coisas na cabeça

do meu filho... Porque se um negócio [prancha do kite] daquele bater na cabeça...

P -É perigoso, né?

E - É perigoso, tão fazendo a reunião pra ver se tiram, mas não tira não, minha filha. É como o dizer que peixe grande come o pequeno, é como o rico, pobre não pode com ele. Aí eles tão aí nessa, até ontante, diz que teve uma reunião pra aí. Eu mesmo não fui não, mas minha menina me contou que teve uma reunião: “mamãe, mas não serviu de nada não”! Eu acho que não vai servir, é só se passar mais um tempo que a gente for viva, não sei se eu sou viva nessa época, passar mais uns tempo, não tem mais peixe aí não, vai ficar só mesmo o marisco ou pro alto mar pra onde meu marido vai, ninguém vê peixe não, se eles continuar assim... (Entrevista realizada com dona Adelaide, marisqueira e pescadora, no povoado de Atins em janeiro de 2016).

P – [...] O senhor observa alguma mudança desde quando o senhor era criança até agora?

E - Muita mudança, muita mudança. A primeira mudança que teve aqui em Atins foi de uma pesca predatória, chamada pesca de arrasto, no litoral do Maranhão acho que uma das praias mais ricas e produtivas de peixe é a praia de Atins, entendeu? Que tem aqui um Canto que é chamado Canto de Atins, que é um berçário, um berçário de desova que há 40 anos foi explorado pela pesca predatória, a pesca de arrasto. E agora ultimamente tá tendo outro devasto, outro campo de devasto aqui, tá tendo uma polêmica muito grande aqui em Atins. É sobre os nativos com o pessoal estrangeiro que chega aqui com um esporte que eles chamam de kitesurf, entendeu? Inclusive tá tendo umas polêmicas muito grande, já teve duas audiências públicas e nada resolvido, porque a gente é nativo não quer proibir o kite, entendeu? A gente quer demarcar uma área só pra eles. Deixar a área de pesca pros nativos, porque ainda tem muita gente que vive dessa arte, entendeu?

P - E eles não concordam?

E - Eles não concordam, eles querem se apossar de tudo, a qual é uma herança da gente e muitos anos, que vem passando de pai pra filho né? É tradicional, e o Atins hoje sem os nativos, sem a pesca, não tem mais tanta graça né? Chega aqui fica só pousada, só gringo, só estrangeiro, não vale a pena né? (Entrevista realizada com seu Manoel Francisco, conhecido como Vovô do Violão - em Atins em 2016).

O que os dois trechos de entrevistas têm em comum é a reclamação de que a pesca tem sido prejudicada pela prática do *kitesurf* pelos turistas. As duas entrevistas trazem à tona esses problemas enfrentados pelos pescadores, apesar da tentativa de diálogo para delimitar uma área para prática do esporte de forma que não os prejudiquem. Os interesses voltados ao atendimento dos turistas, sobretudo pelos donos de pousadas, acabam sobressaindo. Dona Adelaide demonstra isso quando se compara a peixe pequeno pois, na sua visão, os beneficiados serão sempre aqueles que ela considera como mais os ricos.

Após essas “audiências” entre pescadores, associação de moradores, donos de pousadas e de escolas de *kitesurf*, o vereador Antônio Carlos, que é morador de Atins, submeteu à Câmara Municipal de Barreirinhas um projeto que tinha como objetivo

disciplinar a prática de kitesurf, delimitando uma área específica para a prática do esporte e outra para a pesca¹¹. Essa iniciativa do vereador foi motivada, em grande parte, pela resistência coletiva das famílias prejudicadas que por meio de sua mobilização tentavam resolver o problema.

Além dos problemas relativos à prática do *kitesurf*, os pescadores afirmam que o incremento do turismo tem aumentado a quantidade de resíduos no *povoado*. O grande fluxo de carros interfere também na conservação das vias de acesso que, no período chuvoso, ficam intrafegáveis. Ademais desses problemas derivados da intensificação do turismo na região, a chegada de muitos visitantes a Atins também permitiu e facilitou a circulação de drogas. Por ter as características de um lugar calmo, Atins tem se tornado espaço para casos cada vez mais recorrentes de assaltos a mão armada aos próprios moradores. Apesar de já haver um posto policial no *povoado*, as famílias não se sentem seguras e atribuem a presença de policiais apenas para proteção dos turistas.

Apesar de alguns desses problemas que emergiram com o incremento do turismo nessa região, os pescadores e marisqueiras continuam praticando a pesca artesanal e a mariscagem. Entretanto, o calendário pesqueiro tem sido alterado em função da chamada *alta temporada* do turismo, que vai de junho a setembro. Em função desse quadro, o que pretendo entender, como problema analítico, é como as famílias que estão nessas duas frentes – a da pesca e a do turismo – conseguem mobilizar estratégias para permanecerem em seus lugares de residência e trabalho, em razão de terem parte de seu território dentro de uma unidade de conservação de proteção integral ou, ainda, porque a pesca artesanal tem sido tão afetada, seja pela presença dos praticantes do *kitesurf*, seja pela pesca predatória que, para se reproduzirem socialmente é preciso movimentarem-se em distintas direções.

A principal preocupação estava voltada a entender as estratégias mobilizadas pelas famílias para continuarem sua reprodução social com todas as transformações que têm experimentado desde a decretação da área como Parque Nacional até a intensificação das atividades relacionadas ao turismo. Em relação a esse quadro, também pretendia entender como se configuram as arenas de ação (OSTROM, 2011) internamente onde os agentes da interação se movimentam. Essas questões foram sendo refinadas a partir da retomada da pesquisa, já nos primeiros trabalhos de campo.

¹¹O projeto foi aprovado, convertido em lei e sancionado no início da gestão do prefeito Albérico Filho. Além da delimitação de uma área para a prática do esporte, a lei prevê a sinalização com placas e bóias na praia e na água. Até o momento não foram realizadas as medidas de sinalização físicas definidas na lei para resolver o antigo problema de interferência nas atividades de pesca das famílias.

Repensando o problema de pesquisa e o objeto de estudo

O problema de pesquisa que me propus trabalhar na dissertação leva a entender as estratégias acionadas pelas famílias no sentido de dar continuidade às atividades tradicionalmente realizadas, notadamente a pesca artesanal, enquanto também realizam atividades relacionadas ao turismo como uma alternativa econômica. Interpreto tais estratégias como formas de resistência cotidiana (SCOTT, 2002), pois ao conciliarem atividades que lhes asseguram a reprodução de um modo de vida, conseguem permanecer nessas áreas que, no sentido estritamente legal, não é admitida a presença humana.

Para dar andamento a este novo problema de pesquisa, resolvi dar continuidade ao trabalho etnográfico que realizei com vistas à elaboração da minha monografia de graduação em Ciências Sociais. Desse modo, realizei trabalho de campo no sentido de perceber as mudanças práticas dessa inserção dos pescadores em atividades turísticas e nas antigas e novas implicações para as práticas de pesca artesanal em Atins.

Como pretendia estar presente especialmente nos períodos de *alta* do turismo em que esse cenário parece gerar mais impactos, social e economicamente falando, decidi aprimorar os períodos de campo, procurando identificar os elementos que melhor me auxiliassem na compreensão do problema, já que essa temporada de *alta* do turismo é relativamente curta, temporalmente falando, mas extremamente intensa em termos de atividades realizadas.

Como parte das estratégias de pesquisa também pretendia estar presente nas reuniões e audiências que tivessem relação com questões que atingem diretamente essas comunidades, principalmente aquelas relacionadas com a atividade turística no PNLN. A participação nesses eventos poderia auxiliar - e auxiliou - na compreensão de como as famílias têm mobilizado diferentes agentes para lidar com as transformações cada vez mais frequentes no cotidiano delas. Ou seja, ajudaria a entender as estratégias de permanência dessas famílias e como mobilizam cada agente.

Ao enfatizar os esforços reflexivos dos sociólogos em relação à delimitação do objeto de estudo e definição de uma problemática de pesquisa, o sociólogo francês Serge Paugam (2015) afirma que, antes de tudo, é necessário afastar-se das pré-noções. Ou seja, há primeiramente um movimentar-se no sentido de eliminar as impressões e

questões que estejam impregnadas de senso comum e que possam interferir na construção do objeto de estudo.

As minhas primeiras questões ao receber informações dos pescadores voltavam-se a entender como o turismo impactava negativamente a vida daquelas famílias. Mas tinha dado pouca atenção à mobilização dessas mesmas famílias em reorganizar suas atividades e realizar arranjos na unidade familiar com vistas a participar também de atividades relativas ao turismo.

A ideia de que turismo produzia prejuízos aos pescadores, impediu-me inicialmente de perceber outras facetas do problema. Repensar essas questões posteriormente fez surgirem novas interrogações sobre as narrativas dos pescadores(as) e marisqueiras. Admitir que existem outras coisas em jogo, como a permanência dessas famílias em Atins, a relação com outros agentes que impactam diretamente na reprodução social como eram os técnicos do órgão ambiental, me fez pensar no que era feito e o que era dito, partindo de uma perspectiva de resistência das famílias frente a todas as mudanças em seu modo de vida.

Como afirma Paugam (2015), o pesquisador deve, em consequência de seu ofício de sociólogo, empreender um exercício de objetivação, que consiste em tomar uma distância e questionar as noções aprisionadas ao senso comum que são próprias das primeiras questões e escolha inicial da temática, e, por fim, criação e submissão de conceitos à realidade empírica.

Em relação ao distanciamento, o autor sublinha também que é preciso refletir a relação que estabelecemos com determinada temática, de modo a correr atrás do porquê das escolhas e como essa aproximação pode influenciar na constituição da pesquisa. Esse processo de distanciamento é importante para que o próprio pesquisador esteja atento às suas conclusões, para que pense em sua posição, se seus conceitos não estão carregados de suas próprias ambições e se afastam da realidade empírica que ele mesmo propõe estudar.

Um dos obstáculos mais recorrentes à problematização dessa pesquisa esteve atrelado à forma como eu estava posicionada em campo. A relação de proximidade com os problemas enfrentados cotidianamente pelas famílias condicionou, muitas vezes, o meu olhar para os aspectos negativos do turismo. As possibilidades dos arranjos familiares só foram percebidas posteriormente ao revisar várias entrevistas. Rememorando as informações dos últimos trabalhos de campo, percebi que cada vez

mais pessoas do *povoado* prestavam serviços direta ou indiretamente aos turistas e que isso contribuía diretamente para a permanência das famílias no *povoado*.

Paugam sinaliza que essa é uma tarefa imprescindível já que “os sociólogos quase inevitavelmente projetam uma parte deles mesmos nas pesquisas que conduzem” (PAUGAM, 2015, p. 20). Isso porque quanto mais proximidade o pesquisador tem do ambiente social ao qual se insere, mais difícil é o esforço de objetivação.

É preciso levar em conta que o trabalho de pesquisa também está permeado de responsabilidade. Responsabilidade com o que está sendo dito, com os possíveis afetados e o grau de impacto que essa pesquisa terá sobre a vida dos próprios interlocutores, pois a pesquisa não está isenta de suas repercussões. Saber afastar-se das armadilhas da linguagem comum também é outra atitude que se faz necessária para empreender uma pesquisa sociológica.

Problematizar determinado fenômeno, questionando os aspectos da vida social é a nossa tarefa como pesquisadores. O que nos orienta não é a preocupação ostensiva com os números ou os depoimentos isolados, mas estar atento às relações, motivações, reações, que estão no nível da vida social. Por isso mesmo é primordial que nos distanciemos das notícias correntes e realizemos outros questionamentos. Perguntar sobre determinado assunto de outra forma é um exercício constante ao sociólogo, para empreender a tarefa de explicar ou desmistificar certos fenômenos sociais.

Em linhas gerais, precisei reformular minhas primeiras questões mediante os desencadeamentos das ações e narrativas daqueles interlocutores. Enquanto pesquisadora, foi e é preciso pensar como a narrativa dos pescadores e outros agentes podem chegar a mim e a motivação de cada um para isto. Muitos pescadores não tratavam de questões relacionadas ao turismo comigo, exceto quando se tratava de assuntos práticos que apareciam como foi o caso do *kitesurf*.

A questão de buscar os arranjos familiares que eram realizados surgiu após perceber que depois de três anos, algumas narrativas haviam mudado. Alguns aspectos aqui já apresentados como o aumento da violência no *povoado* foram intensificados, mas em relação a fiscalização e tensões entre os agentes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio haviam diminuído.

Pensar mais além dos problemas sociais apresentados pelos pescadores passou a ser um elemento desafiador, já que eu precisaria realizar um esforço de inseri-los na formulação do meu problema sociológico (LENOIR, 1998).

As etapas de campo

A primeira etapa de campo que foi mais curta, tinha como principal objetivo a entrega de uma versão da monografia revisada para deixar em alguma escola *do povoado* para que todos tivessem acesso. Fui acompanhada da colega de pesquisa Ana Luíza Sousa Romeiro que terminaria suas etapas de campo também naquele período, entre 1 a 4 de abril de 2019 para a conclusão de sua pesquisa. A seguir um trecho retirado do caderno de campo que ilustra este primeiro momento:

1 de abril de 2019

Depois de algum tempo após ter vindo a Atins, chego de voadeira no *porto* pois o igarapé de acesso ao povoado está muito cheio. A ponte que liga o povoado de Santo Inácio a Atins na época de cheia do igarapé está quebrada. Mailson estava a nossa – minha e de Ana Luíza – espera montado em seu cavalo a quem chamo de Otaviano. Aceno da voadeira onde estou com alguns professores da UFMA e USP do Projeto Atlas Socioambiental dos Lençóis¹², já o reconhecendo, mas ainda em dúvida se era mesmo Mailson ou André, seu irmão. Ele me acena de volta.

Somos recepcionadas calorosamente. Ao descer da voadeira, apresentamos Mailson aos professores e nos despedimos deles que ficariam apenas aquele dia para planejamento de algumas atividades do projeto. Mailson pegou nossas mochilas embaladas em sacos de plástico e as colocou consigo no cavalo, e então o acompanhamos pelo povoado debaixo de uma chuva fina. No caminho, identifico algumas novas construções de casas e pousadas (um lugar que vende açaí, uma casa de “gente de fora” como nos é indicada por Mailson...). Caminhamos por trechos tão alagados que chegaram a molhar nossas calças que suspendíamos até as coxas, até chegar à casa da família de seu Ita e dona Luza, pais de Mailson. Essa é a sexta vez que chego a Atins e a sexta vez que me recebem em sua casa. (Apontamentos do diário de campo).

Após esse momento de chegada, ocorreu uma breve atualização sobre o que estava acontecendo no *povoado*. Falava-se sobre a chuva, a pesca, sobre a pausa em algumas atividades, as idas constantes na sede do município, a abertura do *barracão*, sobre quem está trabalhando e onde. Havia também muitas perguntas sobre nossas vidas pessoais e sobre as nossas famílias que alguns já conheciam.

¹² O Projeto Atlas Socioambiental dos Lençóis Maranhenses é um projeto Coordenado pelo Prof. Dr. Reinaldo Paul Parez Machado, do Programa de Pós-graduação em Geografia da USP, e financiado pela FAPESP. Conta com a participação de professores da UFMA (Departamento de Geografia e Departamento de Sociologia e Antropologia) e de pesquisadores da Universidade de Carleton, no Canadá. Tem como universo empírico os Lençóis Maranhenses e destina-se a produzir, como resultado final, um Atlas Socioambiental no formato digital, a ser disponibilizado em uma plataforma para consulta.

O que se segue é uma sequência de reencontros que questionavam meu retorno, mas com alguma certeza de que eu voltaria. De certo, minha relação com a família anfitriã no povoado não acompanhou minha ausência física. Nesse sentido, consegui acompanhar algumas notícias de Atins mesmo distante, seja através das vindas de dona Luza e seu filho para consultas em São Luís, seja por aplicativos de mensagens de forma que me mantinha mais ou menos atualizada sobre a vida de algumas pessoas com as quais conversava, tirava dúvidas, dava notícias de retorno e já antecipava o que faria quando estivesse de volta. Neste aspecto as novas tecnologias de comunicação tiveram um papel importante no acompanhamento das novidades sobre as famílias, já que suas rotinas estavam sendo constantemente atualizadas, que também era um claro reflexo da chegada de energia elétrica, novos usos da renda familiar e das mudanças constantes as quais buscava acompanhar.

Era por meio dessas vias de comunicação, sobretudo pelas redes sociais, que eu conseguia retomar algumas conexões, principalmente com os que antes eu não tinha tido tanta relação assim. Outra forma de aproximação com as pessoas do *povoado* foi possibilitada por meio do levantamento das festas dos povoados. Isso porque durante a participação na pesquisa do projeto de cooperação internacional buscamos informações gerais sobre cada *povoado*, o que faziam?, quais as igrejas?, quais festejos?. Ao ter acesso às informações sobre esses eventos, passei a ser convidada para muitas festas pelas famílias. Tanto que quando eu estava fora de Atins chegavam muitos lembretes avisando que em determinada época ocorreria a Festa do Coco D'Água, ou a Festa do Sarnambi, por exemplo.

Passei a ser lembrada como a moça que estava interessada nas festas e na pesca. Essa identificação foi importante, pois a partir daí fui percebendo outras nuances da vida social e em como as relações com as famílias dos outros *povoados* também iam tomando forma. É por isso que em muitos momentos eu transitava entre Atins e Santo Inácio [localidades vizinhas], e que embora o universo empírico desta pesquisa seja Atins, muitas vezes me refiro a outras localidades em razão desses laços estabelecidos que permitem relações entre famílias de diferentes lugares e inclusive contribuem para a participação de pessoas dessas localidades vizinhas em atividades turísticas em Atins.

Esta etapa de campo se caracterizou por um momento de intensificação das chuvas e alagamento de muitas vias e caminhos de um lado a outro dessas localidades. Isso foi um problema no nosso deslocamento nesses quatro dias pois tínhamos que sair da casa onde nos hospedávamos que fica em um extremo do povoado e irmos para o

outro extremo. Embora enfrentando essas dificuldades de deslocamento, foi muito importante que acompanhássemos também esse período denominado de *baixa do turismo*, caracterizado pela época de menor presença de turistas seja pelo período chuvoso como também por estar num período letivo, pois o período que compreende a chamada *alta do turismo* - junho a setembro – coincide a temporada de férias no Brasil e nos países da Europa (principal origem dos turistas durante esse período do ano).

Durante esta etapa de campo, além de retomar o contato com as pessoas em Atins, também foi o momento de entrega do trabalho monográfico realizado, que se ocupou da análise do papel das mulheres na pesca artesanal em Atins (SANTOS, 2018). Para isso, percorremos todo o povoado para convidar a todos para uma reunião a ser realizada na Igreja Católica São Francisco. Algumas poucas pessoas estiveram presentes e puderam contribuir com algumas informações e prestigiar esse momento de devolução do conteúdo da monografia, fruto dos investimentos da pesquisa que havia realizado entre e com eles. Após a entrega anunciei que pretendia iniciar um novo projeto de pesquisa que aspirava analisar as interfaces entre a pesca artesanal e as atividades de turismo na comunidade.

A segunda etapa de campo que tinha sido planejada para o final de junho, já com o fim das atividades de estágio docente obrigatório, foi adiada por questões pessoais de saúde. Ela foi realizada só então em agosto, quando retomei a pesquisa relativa ao novo objeto de estudo no universo empírico.

Aquela etapa de campo (entre 1 e 10 de agosto) foi realizada com o objetivo de conversar com algumas pessoas que realizavam trabalhos nas pousadas, restaurantes, ou passeios durante o período da *alta temporada*. Em relação a isso há sempre alguém, quando não todos em uma mesma casa, que se envolvem nessas atividades. Então não seria difícil conversar com algumas dessas pessoas sobre suas rotinas de trabalho relacionadas com o turismo.

Um outro eixo de trabalho a ser explorado nessa etapa de campo era o problema da prática de *kitesurf* pelos turistas no chamado *poço*, que até então aparecia como o principal problema quando se tratava de pontos negativos do turismo para a pesca artesanal em Atins.

Em uma das disciplinas do mestrado ao debater nossas metodologias de pesquisa, surgira a ideia de trabalhar também os aspectos quantitativos, no sentido de traçar estatísticas sobre o esporte e quem o pratica no povoado, já que é um dos

principais atrativos para a presença de visitantes o ano inteiro, com exceção do período de chuvas.

A mobilização dessa perspectiva quantitativa interessava porque parecia necessário realizar o levantamento da quantidade de praticantes e tempo de permanência ou circulação no chamado *poção* pelos kitesurfistas, que também era utilizado pelos pescadores. Essas variáveis permitiriam medir o grau de impacto nas atividades de pesca, já que o volume de participantes tinha relação direta com o grau de emissão de ruído na água, o que contribui para afugentar os peixes dessa área de pesca.

A ideia era aplicar questionários em que eram feitas perguntas diretas para saber origem do praticante, idade, modalidade de *kitesurf* praticada e por fim se tinham conhecimento dos problemas que existiam por conta da prática do esporte para os pescadores locais. Esses questionários foram impressos com versões em francês, espanhol, inglês e português para que o maior número de praticantes pudesse respondê-los.

Por conta dos imponderáveis da vida real, ao chegar à praia percebi que seria impossível falar com os praticantes nos momentos que conseguia estar na praia, pois absolutamente todos estavam na água tomando aulas ou apenas velejando, e haviam algumas mudanças bem pontuais como a delimitação da área de prática de kitesurf e também por isso, a diminuição das reclamações por parte dos pescadores.

Diante dessas limitações e também por conta de ter ocorrido uma redução das tensões entre os pescadores e os *kitesurfistas* pela obediência aos limites, esse levantamento estatístico não foi realizado. Isso porque tinha pouquíssimo tempo para tentar fazer tudo que me propunha e a aplicação dos questionários tomaria certo tempo, limitando os investimentos nas conversas e observações de outros aspectos que contribuiriam para explicar o meu objeto de pesquisa. Outras questões passaram a ganhar relevo para mim, como pensar como se davam os processos de reivindicação de territorialidades no mar até a efetivação e delimitação dos espaços para a prática dos esportes como uma forma de resistência coletiva.

Aprofundarei ainda mais o desenrolar dessas situações de pesquisa no decorrer dos capítulos no sentido de preencher com carne e músculos a estrutura óssea, como sugere Malinowski (1978), ou seja, os elementos empíricos que puderam ser levantados ao longo do processo de pesquisa.

Ainda sobre as etapas de campo, fiz uma última viagem entre 26 de agosto a 9 de setembro de 2019. Durante este tempo pude fazer a maioria das entrevistas com

algumas pessoas que trabalhavam com o turismo. O objetivo desta etapa era, além de falar ainda com os pescadores, pescadoras e marisqueiras que também trabalhavam com o turismo durante o tempo de alta, falar novamente com os donos dos estabelecimentos, quando não com seus administradores ou gerentes já que a maioria dos donos efetivos dos grandes empreendimentos no povoado como hotéis de luxo, grandes restaurantes, etc. são os denominados *gringos*¹³. O objetivo dessas conversas com esses agentes era de entender o funcionamento do trabalho que essas pessoas realizavam, e como a lógica do turismo e do funcionamento interno desses empreendimentos exerciam influência direta no dia a dia das famílias, como por exemplo, a possibilidade de flexibilização nos horários e também para compreender como se acionavam as redes já existentes para indicação de trabalho nas pousadas, bares e restaurantes.

Além das entrevistas negociadas na viagem anterior e durante esta última etapa de campo e que fora permitida a gravação, houveram também a negociação de algumas conversas que por terem sido muitas vezes no ambiente de trabalho dessas pessoas enquanto recebiam turistas e cuidavam de algum outro afazer não seria viável realizar a gravação. Foi assim com uma das gerentes de hotel com quem consegui conversar sobre a dinâmica do hotel e de funcionários durante a alta e a baixa temporada.

Algumas dessas conversas tinham como norteadores a intenção de compreender o ritmo de trabalho e como era a movimentação de turistas. E entender quais os critérios, por exemplo, que os gerentes das pousadas utilizavam para contratar seus funcionários, como eram esses quatro meses durante o período da *alta* temporada e como isso poderia refletir na rotina do *povoado*.

Por fim, as anotações nos diários de campo foram primordiais para a posterior análise. A orientação que tinha era de escrever absolutamente tudo que eu conseguisse que tivesse importância para tratamento do problema. O conteúdo das informações contidas nos cadernos de campo foram, sem dúvida alguma, a principal fonte deste trabalho.

¹³ *Gringo* é aqui utilizado para designar quem vive em Atins, não como sinônimo de algo negativo como em alguns lugares, e sim como forma de classificação de quem é de fora. Algumas vezes mesmo brasileiros que falam com sotaque diferente entram na classificação de *gringo*. Isso só foi possível de ser identificado quando do levantamento da pesquisa, identificavam as casas de veraneio de gente de fora e de *gringo*. A partir de conversas com os interlocutores, descobri que o dono poderia não ser estrangeiro para ser considerado *gringo*.

Entrando na rota: o contexto do universo empírico

As discussões sobre unidades de conservação de proteção integral e a excessiva preocupação, a partir de uma visão primordialmente conservacionista, em preservar fauna e flora “intocadas”, devem ser melhor aprofundadas quando consideramos a presença e o modo de vida de comunidades tradicionais que historicamente vivem e trabalham em tais espaços. Tal presença não está isenta de representações negativas por parte de agentes externos, associando as práticas econômicas das famílias como potencialmente ameaçadora aos ambientes dessas unidades de conservação.

Diegues (2008) já lembrava a discussão sobre de onde surge a ideia de *natureza intocada* que os conservacionistas utilizavam para justificar a delimitação de áreas para preservação ambiental, negando a presença humana como forma de preservar os espaços naturais. Essa perspectiva reforça a preservação em si mesma para utilização de modo contemplativo. Nesse modelo, a natureza deve ser separada dos humanos. Foi justamente este conceito que inspirou criação do primeiro Parque Nacional, criado em 1872 nos Estados Unidos – o Parque Nacional de Yellowstone – modelo que serviu de base para vários países montarem seus planos de conservação da natureza, inspirados nessa matriz norte americana de área protegida.

É preciso entender este percurso da criação das unidades de conservação até para considerar os novos contextos que se apresentam no âmbito jurídico e político quando se trata de redefinições de limites ou de tipos de unidade de conservação que ocorrem atualmente.

A presença histórica das famílias no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses tem ensejado conflitos que se fundamentam por uma oposição de visões sobre o meio biofísico. Foi a partir das ações no âmbito jurídico e audiências populares que as famílias conseguiram mobilizar agentes e lutas para que continuassem no território que historicamente vivem no decorrer desses trinta anos de criação de Parque Nacional. E, principalmente, mostrar como o plano de fundo diz sobre como as pessoas se mobilizam e administram o tempo da pesca e o tempo do turismo.

O contexto do trabalho: ações e proposta de redefinição dos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Os problemas enfrentados pelas famílias que historicamente vivem e trabalham no Parque Nacional dos Lençóis maranhenses e os interesses de agentes econômicos que se dedicam aos negócios do turismo configuram o quadro no qual o problema desta dissertação se situa. Está relacionado tanto com ações que tramitam na justiça federal, que tentam pacificar os antagonismos entre as famílias e o órgão ambiental, quanto a iniciativas do executivo e do legislativo relacionados com os investimentos nos negócios do turismo. As iniciativas oriundas do executivo e legislativo, que estimulam a participação do setor privado nos negócios do turismo, não consideram a organização social e econômica das famílias que historicamente vivem e trabalham no Parque Nacional.

O estímulo às atividades de turismo em bases empresariais no Parque Nacional dos Lençóis tem intensificado a movimentação de diferentes agentes com vistas a tornar possível a implantação de propostas de concessão de serviços de visitação¹⁴ ao setor privado, como também agentes que mobilizam até a criação de projeto de lei que visa alterar os limites dessa unidade de conservação de proteção integral¹⁵.

Algumas dessas iniciativas políticas são tratadas neste trabalho, mas me deterei principalmente aos que se referem à atividade turística e nas ações de resistência coletivas e individuais (SCOTT, 2002), que têm sido mobilizadas no sentido de driblar os problemas recorrentes que as famílias passaram a enfrentar desde a criação do Parque até o presente momento. Neste sentido, procuro na medida do possível perceber como essas novas relações se desdobram em dois momentos – na *alta* e na *baixa temporada*.

Esse contexto não é uma completa novidade já que em paralelo aos projetos de conservação ambiental, as políticas brasileiras investem massivamente também nos

¹⁴ O projeto de tornar qualificável o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses para se inserir no Programa de Parcerias de Investimentos é justificado pela intensificação do turismo na região e já é assegurado pela Resolução CPPI nº 79, de 21 de agosto de 2019. Esta resolução resolve “Art. 1º Opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República para qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI da Presidência da República e inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND das unidades de conservação Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Parque Nacional de Jericoacoara e Parque Nacional do Iguaçu, para fins de concessão da prestação dos serviços públicos de apoio à visitação, à conservação, à proteção e à gestão das unidades.” (DOU, 2019). O projeto ainda está em andamento e deve passar por algumas etapas até sua consolidação como a fase de estudos, consulta pública, acordo TCU, edital, leilão e contrato.

¹⁵ O Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2018, de autoria do senador Roberto Rocha ainda está em tramitação e será melhor abordado no decorrer deste capítulo.

projetos ditos desenvolvimentistas que atingem diretamente o modo de vida das pessoas, em especial ligada a questões territoriais. Como analisam Esterci, Sant'ana Júnior e Teisserenc (2016) as reconfigurações territoriais no Brasil têm sido objeto de análise em geografia e mais recentemente, estudadas por sociólogos e antropólogos. De forma que " a criação e gestão de unidades de conservação, projetos de assentamentos, territórios quilombolas e indígenas, áreas protegidas de modo geral, vêm-se colocando e, de algum modo, procurando responder a exigências de caráter ambiental." (ESTERCI, TEISSERENC e SANT'ANA JÚNIOR, 2016, p. 5). No Brasil a política de proteção ambiental entra em outros compartimentos da política nacional, tanto isto é verdade que o movimento da criação de parques pelo país acompanha os planos de desenvolvimento econômico desenhados nas órbitas do executivo e do legislativo federal. Como nos lembra Annelise Fernandez em sua reflexão sobre o legado dos parques como movimento conservacionista e como política de desenvolvimento:

O Estado, por deter o poder de ordenamento e jurisdição territorial, combinou, adequou ou fez concessões às iniciativas de conservação da natureza através de parques e outras categorias de proteção integral, ajustadas aos seus interesses de crescimento econômico, de controle do território nacional, das riquezas naturais e da integração das regiões. (FERNANDEZ, 2014, p.59).

Neste sentido, as unidades de conservação no contexto proposto para sua criação propiciaram a redefinição de territórios tal como os chamados grandes projetos que visam impor um pretense desenvolvimento sem necessariamente realizar consulta pública ou diálogo com população residente nas regiões onde são implantados. No caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a sua criação obedeceu a este protocolo excludente. As famílias que historicamente vivem e trabalham naquela região tiveram o seu modo de vida alterado, comprometendo também outros aspectos de sua organização social e econômica, afetando as suas relações de parentesco e compadrio, suas crenças, seus vínculos e usos dos recursos em diferentes ambientes. A criação dessa unidade de conservação de proteção integral desconsiderou os modos de vida já existentes e a autonomia das famílias.

Se por um lado, verificou-se um incremento do debate em torno das questões ambientais e a intensificação da criação de unidades de conservação no Brasil nos últimos trinta anos, amparada na premissa da proteção do meio ambiente, considerando prioritariamente os aspectos de fauna e flora, em detrimento das populações tradicionais, por outro, observou-se um movimento de luta para assegurar

tanto os direitos das populações tradicionais de continuarem a reproduzir seu modo de vida quanto o da conservação dos ambientes de que fazem uso. Como Atins está localizado em uma zona de forte interesse turístico, a defesa desse duplo direito pode propiciar também a proteção de algumas áreas da especulação imobiliária e de outros interesses escusos.

O estudo desenvolvido em Atins serve para demonstrar dentre outras coisas, que essa região situada entre os limites do PNLN, e zona de amortecimento tem sido alvo de muitos interesses, sejam eles voltados aos negócios do turismo ou mesmo de especulação imobiliária.

Uma ação que tramitou na 8ª Vara Federal da seção judiciária do Estado do Maranhão, iniciada no Ministério Público Federal reitera a complexidade do que é reivindicar áreas protegidas por representar riscos diversos, como o da intensificação da especulação imobiliária. Num trecho da peça inicial, o Procurador da República Alexandre Silva Soares que é o membro que representa o Ministério Público Federal, autor desta ação, afirma que:

A situação demonstra a ausência de planejamento e implementação adequada do Parque Nacional, malgrado os esforços dos poucos servidores lotados no Escritório do ICMBio na região. Esta situação gera, pelo menos, dois problemas inter-relacionados: um, a especulação imobiliária, em prejuízo aos atributos da área protegida; outro conflito de usos com as populações tradicionais, especialmente ante a necessidade de resguardar os modos de criar, fazer e viver desses grupos sociais. (MPF/MA, 2017).

A Ação Civil Pública faz parte do inquérito aberto em 2011 tendo como réu o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a União Federal devido a denúncia feita por turistas sobre construções em áreas de preservação permanente e zonas de amortecimento. Esta ACP de nº 7894-24.2017.4.01.3700, impetrada pelo Ministério Público do Maranhão em 2017, tem como objetivo a regularização fundiária, tendo em vista a diminuição de conflitos verificados entre as comunidades tradicionais e o órgão de monitoramento ambiental àquele momento verificados.

A denúncia foi levada ao MPF que instaurou o Inquérito Civil Público para averiguações e assim aprofundou os termos da denúncia. Após ouvir as partes, o MPF ajuizou a ação civil pública na justiça federal, Seção Judiciária do Maranhão.

Tais conflitos têm sido objeto de preocupação recente, mas existem referências a tensões e conflitos ocorridos desde os anos 2000, com relatos de abusos

praticados por agentes do ICMBio lotados no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Os moradores relatam uma intensificação na fiscalização com aplicação de multas, principalmente em razão de construção e reforma de casas, implantação de novos roçados, novos cercados, criação de animais de pequeno porte, como caprinos e ovinos, que sempre foram criados por algumas famílias dessas comunidades (ROCHA, 2018, CUTRIM, 2019), atividades estas que fazem parte do modo de reproduzir a vida e construir redes a partir de vínculos afetivos e de trabalho. Os conflitos em questão tinham a ver principalmente com a não familiarização dos moradores com a legislação relativa ao Parque Nacional e as implicações disso em suas vidas. Exemplo disso a que se referiam as famílias, era a presença de agentes de fiscalização do órgão ambiental que, por possuírem porte de arma o que causava tensão quando visitavam as casas dos trabalhadores. Interpretavam essa presença como ameaçadora, em razão do porte de arma, o que dava margem ao entendimento de que se estavam armados, isso poderia significar que os moradores eram tratados como a polícia trata quem comete crimes.

É importante lembrar que até 2007 eram os agentes do IBAMA que realizavam o monitoramento do Parque Nacional, que passou posteriormente a ser realizado pelos funcionários do ICMBio, criado a partir de então, e que ficou responsável pelo monitoramento e gestão das Unidades de Conservação no Brasil, entre elas o PNLN.

Segundo os relatos, a intensificação de multas passa a ser ainda mais comum a partir do ano de 2007 (GERUR, 2017) em localidades de maior circulação turística, situadas próximas às rotas para as lagoas e praias. A intensificação da fiscalização, portanto, se verifica nas localidades próximas às rotas do turismo nos povoados de Barreirinhas dentro e no entorno da unidade de conservação.

Esse quadro nos auxilia a compreender porque a figura dos agentes de fiscalização muitas vezes é vista negativamente e associada à truculência, pois em algumas comunidades há inúmeras reclamações relacionadas à ação dos agentes do ICMBio. Em outras comunidades situadas fora dos circuitos turísticos, não se observa menção à ação dos agentes, senão por notícias de ações em *povoados* com locais de visitação turística. Talvez a fiscalização realizada nessas localidades frequentadas pelos turistas esteja associada ao limitado número de agentes encarregados dessa função. Em razão de serem somente dois agentes e alguns contratados para dar conta da fiscalização

de 155 mil hectares, a atuação do ICMBio provavelmente ocorra mais em áreas consideradas como de destinação turística.

A pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR) entre 2014 e 2017, que teve como finalidade apreender o modo de vida das comunidades que historicamente vivem e trabalham no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no município de Barreirinhas, registrou inúmeros relatos de conflito entre as famílias dessas comunidades e o ICMBio. Segundo os interlocutores, tais conflitos estavam associados às interdições pelos agentes do órgão ambiental de suas atividades tradicionalmente realizadas (GERUR, 2017).

A ACP que já estava em curso na justiça federal, foi alimentada com novas denúncias apresentadas pelos órgãos de representação dos trabalhadores por conta dos conflitos relacionados com embargo de construções de casas, igrejas, escolas e aplicação de multas exorbitantes. O órgão ambiental foi notificado anteriormente pelo Ministério Público Federal e em resposta - apresentado como principal argumento para os problemas identificados - a falta de recursos e ações visando a regularização fundiária para a remoção dessas comunidades, pois somente assim poderia ser contido, na perspectiva do órgão, o aumento populacional dentro da unidade de conservação de proteção integral.

Para cumprir as exigências de regularização fundiária, foi realizada a chamada Operação *Escâner*, que era assim denominada a ação de cadastro das famílias que residiam nos *povoados* localizados dentro dos limites do PLMN (MPF/MA, 2017). Porém essa operação não teve sucesso, tal como outra posteriormente realizada que teve como finalidade elaborar um Termo de Compromisso de modo que os moradores participassem de sua elaboração. A seguir, um trecho que dispõe sobre esses eventos contidos na ação:

Desde o início do ano de 2012, o MPF instou a Presidência da autarquia a se manifestar sobre a situação dos moradores **tradicionais** dos povoados localizados no interior do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e esclarecer acerca das providências a serem adotadas em relação a essas comunidades. Em julho do referido ano, a resposta apresentada pela autarquia afirmou a possibilidade de elaboração de Termo de Compromisso da autarquia federal com os moradores tradicionais, a qual seria iniciada com o objetivo de definir as suas condições de permanência, visando garantir a conservação da biodiversidade e as características socioeconômicas e culturais das comunidades. Com efeito, o MPF foi informado, em novembro de 2012, que seriam estabelecidos “acordos provisórios com moradores tradicionais para possibilitar a reforma de residências situadas nos seus limites” e ainda que, para a regulamentação de um conjunto mais amplo de atividades, a equipe da Unidade realizaria trabalhos de campo para atualizar o cadastro das famílias, benfeitorias e áreas de uso tradicional para orientar a

formalização de Termos de Compromisso (Ofício nº 696/2012-GABIN/PRESI/ICMBio). Não houve a absoluta omissão da autarquia federal. Após essas seguidas provocações administrativas do MPF, o ICMBio chegou a iniciar a adoção de medidas pertinentes, conforme se observa pelos documentos dos autos, que resumem os diversos levantamentos realizados pela instituição, culminando com a realização, no ano de 2013, da denominada operação “Escâner”, que foi o **cadastro de todas as famílias e povoados existentes no interior do PARNA**, a qual foi realizada com a finalidade de regularização fundiária. Porém essas medidas não foram concluídas. (MPF/MA, 2017).

Como se pode constatar, apesar das recomendações por parte do Ministério Público Federal para que houvesse continuidade na elaboração do Termo de Compromisso, o MPF não obteve respostas da autarquia ambiental, que depois afirmou que “a celebração dos termos de compromisso com os moradores não seria adequada” (MPF/MA, 2017) como consta na referida ação.

Percebemos nas respostas da autarquia ambiental, que a principal questão passou a ser a regularização fundiária em vias da necessidade da proteção ambiental. O problema agora que se impõe na agenda do órgão é justamente o problema iniciado com a própria instauração do Parque, ou seja, de como fazer para estabelecer acordos ou tomadas de decisões com as famílias tendo em vista que este tipo de unidade não prevê a presença de pessoas vivendo e não há recursos para adequada realocação de tantas famílias.

Na ACP ajuizada pelo MPF é enfatizado ainda que as comunidades devem ser inseridas no processo de elaboração dos Termos de Compromisso, pois, se por um lado o Estado pretende expulsar essas comunidades, por outro, elas são protegidas internacionalmente por entrarem na categoria de *povos ou comunidades tradicionais*, garantidos pela Convenção nº 169 da OIT que foi ratificada pelo Brasil pelo Decreto nº 6.040/2007.

A necessidade de garantir a presença humana nessas unidades de proteção integral é recente e regulamentada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC, criada em 2000 e que contém um conjunto de normas e procedimentos oficiais que instruem inclusive sobre a forma de proceder caso haja comunidades tradicionais num território sobreposto por uma Unidade de Conservação. Nesse sentido são conquistas bem marcantes a integração da modalidade de Reservas Extrativistas - RESEX (terrestres e marinhas) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS.

A disposição dos órgãos da justiça em defesa daqueles que estão constantemente tendo seus direitos mais básicos violados e mesmo a elaboração de leis, como o SNUC (2000) que, através de muita luta por detrás de sua criação, regulamenta procedimentos e oferecem de certa maneira uma garantia da proteção de grupos humanos que já viviam nesses territórios, tem sido uma conquista que também tem sofrido alvo de ataques de alguns agentes que, em posição de poder, promovem diversos mecanismos para se beneficiarem, como é o caso do PLS 465 proposto por um senador que tem interesses individuais na área em que se pretendem alterações no limite do Parque, enquanto vulnerabiliza e expõe as famílias ao mercado imobiliário que já atua na zona de amortecimento desta UC e alterações de leis que desprotegem ainda mais essas populações. Como afirma Fernandez (2014):

Os parques integram, de modo idealizado, aquilo que na prática, seu estatuto propõe separar. Para que os parques possam existir, é preciso retirar as populações humanas, anteriormente estabelecidas no território em questão, para que um novo padrão de sociabilidade e integração dos homens com a natureza possa ser inventado ou criado. (FERNANDEZ, 2014, p. 45)

É por essa razão que desde o início da criação dos parques nacionais no Brasil que a presença humana é desconsiderada nessas áreas, a despeito de seu modo de vida preexistir à criação dessas unidades de conservação de proteção integral. As atividades historicamente realizadas por tais moradores, além de serem invisibilizadas, são também consideradas como ameaçadoras à existência dessas áreas, pensadas para ser explorada comercialmente por agentes ligados aos negócios do turismo, ou mesmo para que muitos possam se divertir e apreciar as paisagens naturais para ter uma fuga da vida cansativa dos grandes centros urbanos (Diegues2008).

Se por um lado a criação de uma unidade de conservação de proteção integral é algo complexo, - pois envolvem variáveis ambientais e sociais, com possibilidades de geração de conflitos - o desmonte dos órgãos de proteção e fiscalização ambiental tende a agravar ainda mais esse quadro. A falta de investimentos para a ampliação da estrutura e do quadro de funcionários desses órgãos, contribui para aumento da situação de riscos tanto para o meio ambiente quanto para as populações tradicionais.

É justamente devido a esse quadro de risco para a socio biodiversidade que as mobilizações nacionais e internacionais têm se intensificado, procurando defender os direitos de povos indígenas e de comunidades tradicionais. Esse quadro também é que torna possível uma movimentação desses segmentos junto ao sistema de justiça. É por

isso que em âmbito jurídico se reafirma a necessidade de levar em consideração essas questões, tendo em vista que:

[...] o reconhecimento da condição de comunidade tradicional origina obrigações diferenciadas ao Poder Público, especificamente relacionadas ao dever de consulta dos grupos sociais que assim sejam reconhecidos, como condição efetiva para o diálogo. Diga-se: para além da mera realização de audiências públicas, trata-se de um dever estatal de diálogo, não limitado à exposição pelo Estado, ou outros agentes envolvidos, dos planos e projetos que impactaram uma dada localidade, mas o dever efetivo de saber ouvir adequadamente o 'outro', incluindo-o nos processos decisórios. (MPF/MA, 2017).

Este trecho reafirma a obrigação do poder público mediante a condição de comunidade tradicional, o dever de consulta à população residente e considerar o diálogo e o ponto de vista das comunidades para as tomadas de decisão. E é neste sentido que as audiências públicas no âmbito da justiça federal que foram realizadas, tiveram certo direcionamento. No sentido estrito de respeitar as normas e regras seguidas pelos agentes do ICMBio, mas também em considerar as novas discussões sobre a participação das comunidades na proteção ambiental e na necessidade de dar visibilidade àquelas famílias que criam, pescam, plantam, ou seja, vivem em construção constante e possuem direitos tal como todos os grupos humanos.

A decisão da Justiça Federal circula por três eixos tais quais são: a regularização fundiária, os termos de compromisso e a revisão do plano de manejo. O acordo celebrado prevê o atendimento desses aspectos pelo ICMBio após as audiências na Justiça Federal com a presença das partes envolvidas, que foi a de aceitar a contraproposta feita pelo ICMBio que se mostrou:

[...] plausível com a pretensão do MPF, para a **regularização fundiária** do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. A autarquia se manifestou favoravelmente ao acordo, apontando, no entanto, como condição de sua exequibilidade, a necessidade de recursos financeiros e humanos adequados, dentro de um prazo exequível, para regular execução do cadastramento das comunidades tradicionais, com a consequente elaboração dos termos de compromisso e alterações no plano de manejo.

No entanto, tendo em vista tratar-se de pontos esses ainda a serem solucionados, deve-se observar a necessidade de dar prosseguimento à audiência de conciliação, para tratar do prazo de conclusão dos trabalhos.

Além disso, juntamente à proteção ambiental, a defesa dos interesses locais das comunidades tradicionais é visada nesta demanda, considerando suas relações históricas, produtivas, culturais e religiosas para com o espaço, razão pela qual é imprescindível que seus representantes sejam ouvidos em relação a contraproposta apresentada, mostrando-se necessária, também para essa finalidade, a designação de audiência. (MPF/MA, 2018, n.p).

Após essa última decisão em audiência, o ICMBio respondeu novamente que realizaria o cadastro dos moradores e formaria os grupos de trabalho, conforme

sentença expedida pelo juiz para a realização conjunta dos Termos de Compromisso. Até então foram assinados dois Termos de Compromissos, contemplando os povoados Baixa Grande e Queimada dos Britos, ambos situados na Zona Primitiva. Os Termos de Compromisso relativos aos *povoados* da chamada região das praias, onde estão localizados Atins, Canto do Atins, Ponta do Mangue e Santo Inácio, estão em fase de elaboração. Em relação a esse aspecto o ICMBio tem comunicado ao Conselho Consultivo do andamento do processo de construção dos Termos de Compromisso.

Ressalta-se ainda, que além das denúncias feitas pelos órgãos de representação dos trabalhadores, e das informações oriundas da pesquisa antropológica realizada nas comunidades, a apresentação dos problemas enfrentados pelos moradores durante a audiência ofereceu novos elementos ao processo relativo à ação que tramitava na Justiça Federal.

Apesar da tentativa de contestação durante algumas audiências pela defesa do ICMBio, os depoimentos sobre os problemas enfrentados pelos moradores não foram prejudicados, oferecendo elementos para que as partes buscassem uma alternativa para resolução dos conflitos e que compatibilizasse a proteção ambiental com o modo de vida das famílias.

Considere importante recuperar as questões presentes na Ação Civil Pública instaurada pelo Ministério Público Federal pois todos esses acontecimentos balizam a posterior mudança de postura dos agentes do órgão ambiental em relação à presença dos moradores nessa unidade de conservação de proteção integral. Essa mudança no comportamento dos agentes do ICMBio foi confirmada durante a realização das etapas de campo posteriores à audiência de acordo na Justiça Federal. Era frequente ouvir que depois da pesquisa “os bichos teriam amansado”, em alusão à visibilidade dos problemas proporcionada pelas informações levantadas e repassadas ao MPF pelos órgãos de representação dos trabalhadores durante as audiências.

Apesar de terem sido encontradas alternativas para pacificar os conflitos entre o órgão ambiental e as famílias, surgiram novos problemas a serem enfrentados. O primeiro deles foi uma chamada pública da autarquia federal para realização de um pregão eletrônico com a finalidade de realizar a concessão ao setor privado dos serviços de visitação turística no PNLM. O segundo, um Projeto de Lei do Senado (o PLS 465/2018) de autoria do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) que propõe a alteração dos limites do Parque, retirando a maior parte das comunidades tradicionais de dentro do PNLM, e as colocando em situação de vulnerabilidade social ainda maior.

O projeto de concessão à iniciativa privada dos serviços de visitação turística no PNLM

Outra iniciativa importante que pode promover alterações significativas no modo de vida das famílias que vivem no PNLM, sobretudo aquelas situadas em localidades que são de destino turístico como é o caso do universo empírico da pesquisa, diz respeito à proposta oriunda do executivo que prevê a concessão ao setor privado dos serviços de visitação ao PNLM para a exploração comercial das belezas cênicas, principais atrações dessa unidade de conservação de proteção integral.

A oficialização de um **Projeto Básico**, tornado público pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade no ano de 2018 que orientará as ações da empresa que ganhar o processo licitatório, representou um capítulo decisivo em relação ao novo cenário que pode comprometer a organização social e econômica das famílias.

Ganha relevo no conteúdo do projeto a ênfase no potencial turístico da unidade de conservação em termo nacional e internacional, sugerindo que investimentos relacionados com o turismo nessa área terão retorno garantido aos investidores. Segundo a perspectiva da proposta, a concessão seria positiva também para os órgãos públicos, tanto pela diminuição de gastos quanto por gerar mais bônus tributários nas três esferas de governo. De acordo com a proposta, “o projeto trata da concessão de serviços de uso público, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza no PN dos Lençóis Maranhenses.” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018, p. 3).

O Projeto Básico aponta em seu conteúdo uma série de elementos como o crescimento da quantidade de turistas que visitam anualmente a unidade de conservação, que seria significativo em termos de lucros para empresas que tiverem interesse em disputar o edital de licitação de concessão de serviços no PNLM. Fazem referência, por exemplo, ao grande potencial que a região apresenta em termos de atrativos aos visitantes. O projeto enfatiza também muito as possibilidades de negócios. Não fornece, no entanto, qualquer explicação relativa à concessão ao setor privado dos serviços de visitação contribuirá para a proteção do meio ambiente.

Como forma de justificar o potencial turístico do PNLM, o projeto destaca o número de visitação ao ano, tendo como parâmetro o município de Barreirinhas,

sublinhando também o potencial de Santo Amaro, outro município que tem parte de seu território localizado dentro do perímetro do PNLN, em razão da conclusão da estrada de acesso à cidade. É ressaltado, inclusive, a menor distância a ser percorrida pelos visitantes para chegar aos atrativos naturais do Parque, como dunas e lagoas.

O valor da concessão, com previsão de duração de 20 anos está estimado em 4,18 milhões de reais. Este projeto também prevê a construção de estruturas físicas para a recepção de turistas, realizando a cobrança da entrada por pessoa, além de fornecer serviços como aluguel de equipamentos para a realização de atividades como ciclismo feito com *fatbike* e outros equipamentos náuticos. A cobrança do acesso ao Parque por pessoas que moram no seu entorno, deverá sofrer abatimento em relação aos outros turistas.

Um ponto importante a destacar é que a concessão de serviços também segue reafirmando a falta de preocupação com as famílias que historicamente vivem e trabalham dentro da área do PNLN ou no seu entorno. Em primeiro lugar porque não consideram que as famílias que vivem dentro do Parque possam oferecer serviços aos turistas. As iniciativas locais de serviços de atendimento aos turistas sequer foram mencionadas no projeto. Não se observa nas propostas, qualquer estímulo ao turismo de base comunitária, apesar de existirem atualmente, muitas iniciativas locais que atendem aos turistas, sobretudo aqueles que se dirigem para a Zona Primitiva onde estão localizadas as comunidades tradicionais de Baixa Grande e Queimada dos Britos. As estruturas e serviços de atendimento aos turistas nessa zona são realizados pelas famílias dessas comunidades.

Em segundo lugar, não é também levado em conta no projeto que os moradores do entorno também utilizam e circulam pela área interna ao PNLN, aspecto destacado em todas as pesquisas desenvolvidas até hoje nessa área, ou seja, as famílias de localidades de dentro e do entorno dessa unidade de conservação, utilizam os recursos nela encontrados, de forma que o seu modo de vida, historicamente enraizado nessa região, coexiste dinamicamente com tais ambientes. Exemplos disso são as redes constituídas a partir da produção e comercialização da castanha (GERUR, 2017; SANTOS, 2016), a comercialização interna de linho para a reprodução do artesanato do buriti (PEREIRA, 2018) e arranjos para realização das atividades de pesca, realizada em vários pontos na faixa litorânea do Parque (DIAS, 2017).

Esse Projeto Básico tem a finalidade de balizar as ações da empresa que conseguir a concessão para operar os serviços voltados aos negócios do turismo. Cabe

ressaltar que o Projeto Básico está passando por ajustes antes de ser tornado definitivamente público. Tais ajustes não contemplam as iniciativas hoje existentes, das comunidades tradicionais. Ainda assim, ele chega ao conhecimento dos moradores como uma nova ameaça, pois não está claro como ficará a circulação das famílias que vivem e trabalham dentro dos limites do Parque, nas áreas destinadas aos concessionários.

Existe uma preocupação constante por parte das famílias sobre como ficará a entrada dos moradores que precisam ir e vir constantemente às sedes dos municípios, ou mesmo de receber visitas de parentes e amigos. A concessão ao setor privado dos serviços de visitação chega então para deixá-los em estado de alerta mais uma vez, pois ameaça a presença das famílias nas áreas que vivem e trabalham, realizando atividades como a pesca artesanal, atividades agrícolas e criação de animais e por incontáveis redes de trabalho ou parentesco, circulam dentro e fora da área delimitada como Parque.

Entender os elementos que norteiam esse projeto também se faz necessário para compreendermos de como são pensadas as interfaces entre os negócios relacionados com atividades turísticas e a gestão das unidades de conservação de proteção integral. O Projeto anuncia um conjunto de estruturas pensadas para facilitar a circulação dos turistas e pelos lugares de contemplação da natureza e práticas de exercícios. Tais iniciativas visam fundamentalmente a obtenção de recursos a partir da conversão da natureza em uma nova mercadoria a ser comercializada nos negócios do turismo. Entretanto não considera questões centrais como os direitos básicos das pessoas que vivem dentro e no entorno do PNLN, como o direito de ir e vir.

A principal crítica realizada pelos órgãos de representação dos trabalhadores e também pelos moradores, é que essa iniciativa do executivo, privilegiando os negócios do setor privado, coloca em segundo plano a proteção da natureza e desconsidera os direitos das comunidades tradicionais. O fato de não contemplar as iniciativas de atendimento aos turistas já realizadas pelas famílias, revela a visão do atual governo de não incorporar as comunidades tradicionais nas políticas de Estado.

Em razão dessa omissão, observa-se que há movimentação das famílias das comunidades tradicionais do PNLN no sentido de questionarem esse projeto e de reivindicarem sua participação direta naqueles serviços que já realizam voltados tanto para a prestação de serviços (como será mostrado nos próximos capítulos deste trabalho) no quanto em iniciativas familiares que se encaixam na categoria de turismo de base comunitária.

Projeto de Lei do Senado 465 que altera os limites do PNL

Além da iniciativa do executivo de concessão ao setor privado dos serviços de visitação do PNL, outra proposta, oriunda do legislativo, representa uma nova ameaça a organização social e econômica das famílias. Trata-se do Projeto de Lei no Senado 465, de autoria do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que propõe a alteração dos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

A redefinição dos limites do PNL proposto no projeto, apresentado no Senado em dezembro de 2018, à semelhança daquele oriundo do executivo prioriza os negócios relacionados com o turismo em bases empresariais. A alteração dos limites, é justificada para facilitar aquelas iniciativas que atualmente não são possíveis em razão das proibições previstas em lei por ser uma unidade de conservação de proteção integral.

Os argumentos apresentados pelo autor do projeto tendem a romper com tais limitações. Destaca que a decretação do Parque se deu de forma arbitrária e que as comunidades pedem pela sua retirada dos limites dessa da unidade de conservação. A menção a esse problema enfrentado pelas comunidades, é usada de forma estratégica para justificar a iniciativa do senador para aprovar a sua proposta. Coincidentemente, as áreas indicadas para exclusão na proposta do senador, são justamente aquelas áreas de mais interesse turístico. A verdadeira motivação para exclusão das áreas, portanto, não se fundamenta em beneficiar as comunidades, mas sim facilitar o controle dessas áreas pelo setor privado para promoção dos negócios de turismo, sobretudo a construção de *Resorts*, que combina com informações que já circulavam nas comunidades inclusive com vendas de terras ao redor do Parque. O argumento da ampliação de área para preservação ambiental, indicado no projeto, revela-se como estratégia dissimulada, pois tanto a conservação da biodiversidade como os direitos das comunidades tradicionais não são assegurados na proposta.

Este projeto chegou ao conhecimento de representantes dos trabalhadores, alguns pesquisadores e técnicos dos órgãos de proteção ambiental, e tomou grande proporção já que essa alteração do perímetro do PNL afeta a organização social e econômica das famílias das comunidades alcançadas pelo projeto que já vêm passando por vários problemas desde a criação do Parque em 1981. Diante desse novo cenário de ameaça, restou questionar as implicações sociais e ambientais dessa proposta, tentando

suspender essa iniciativa ou adequá-la de modo a assegurar tanto a conservação da biodiversidade quanto o modo de vida das famílias.

Em relação a essa iniciativa do Legislativo, existem mobilizações de parte dos órgãos de representação dos trabalhadores destinadas a discutir o projeto de lei junto às famílias. Cabe ressaltar que o órgão ambiental elaborou uma informação técnica avaliando negativamente o projeto, em razão das implicações ambientais.

Algumas reuniões foram feitas neste sentido e agora, representantes das comunidades, órgão de representação dos trabalhadores e agentes do órgão ambiental discutem as implicações sociais e ambientais do projeto, bem como alternativas para assegurar a permanência das famílias no PNLN.

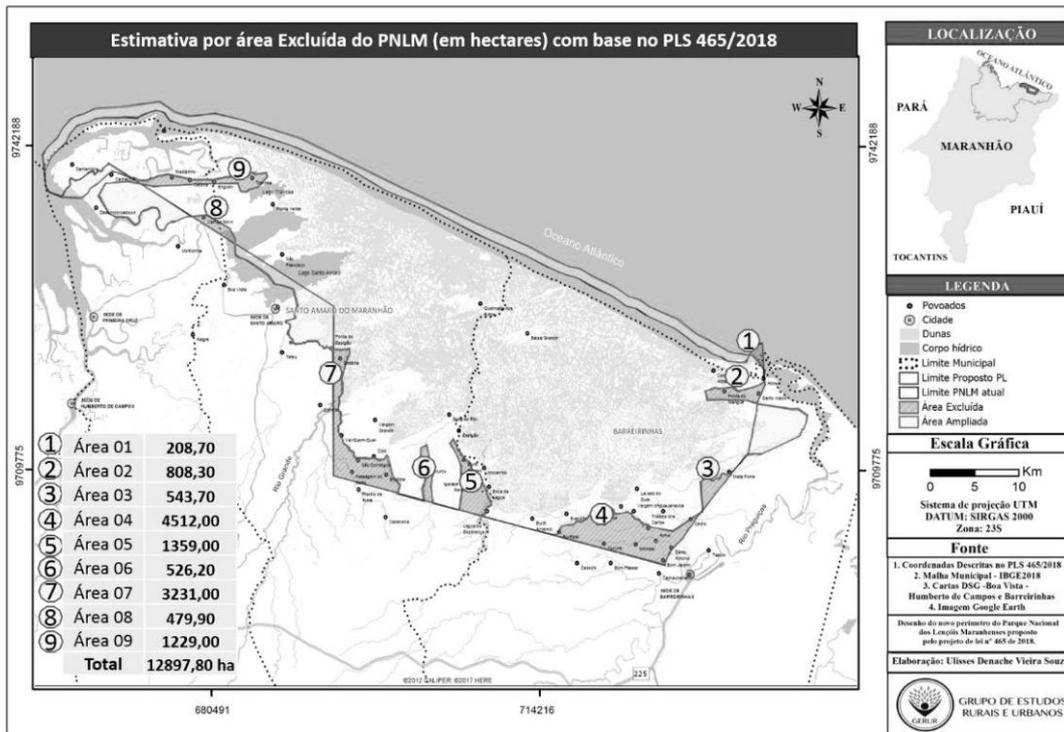
Em fevereiro de 2019, o GERUR elaborou uma nota técnica analisando o conteúdo do PLS 465. Uma das questões principais na análise foi o fato de apesar do projeto sinalizar os possíveis benefícios da retirada das comunidades que estão dentro do perímetro oficial do PNLN, tal argumento dissimula o verdadeiro interesse embutido na proposta: estimular a implantação dos negócios do turismo nessas áreas excluídas, colocadas fora do controle do Estado.

Nas análises contidas na informação técnica é mencionado que a metodologia usada em 1981, ano do decreto que criou o Parque, foi aplicada novamente na proposta do senador, pois a redefinição não contou nem com a consulta e nem a participação dos moradores. Em relação a isso a nota destaca que o PLS 465 é omissivo no que se refere a:

- 1) estudos detalhados sobre os distintos ambientes, contemplando aspectos de flora, fauna e hidro geográficos (rios e afluentes, lagos, lagoas e águas superficiais);
- 2) estudos antropológicos sobre as populações tradicionais e seu modo de vida e
- 3) consulta prévia às populações tradicionais conforme estabelecem dispositivos internacionais, como a convenção 169/OIT. (GERUR, 2018, p.8).

Tais ressalvas de omissão nos conduzem a outros aspectos que merecem ser considerados, como o fato de a alteração contemplar a retirada de áreas territoriais em que vivem centenas de famílias, e em contraponto, ter em números uma área aumentada, dando uma falsa impressão de crescimento de área a ser protegida, quando na realidade as áreas acrescidas são territórios marinhos. Diante dessas artimanhas, o argumento de proteção ambiental não se sustenta. Para se ter ideia de como ficaria o redesenho do

Parque com a delimitação proposta pelo PLS 465, temos o mapa a seguir, elaborado a partir das coordenadas georreferenciadas presentes no projeto:



Mapa 1: Identificação das áreas que seriam excluídas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses pelo PLS 465. Elaborado por Ulisses Denache, 2019.

Por outro lado, a nota técnica elaborada pelo GERUR, procura explorar as características histórico-sociais dessas comunidades, definidoras de suas territorialidades e modos de vida. Segundo as análises contidas na nota técnica, o projeto em questão para ser apresentado deveria ser antecedido da consulta direta às comunidades que serão afetadas pela alteração dos limites. Por isso, a nota destaca que é preciso considerar que:

nos anos 1980, ainda não havia dispositivos que asseguravam direitos territoriais às famílias como hoje, o PLS poderia ter corrigido esse erro do passado, garantindo medidas de dupla proteção, tanto dos ambientes do Parque quanto das famílias que historicamente vivem no seu interior, propondo medidas para ampará-las, e não propugnando somente tirá-las de dentro do perímetro da unidade de conservação. (GERUR, 2018, p. 9).

Nesse sentido, interessa saber que esse projeto ao contrário do que anuncia seu autor, como um facilitador da vida das famílias das comunidades tradicionais do Parque, torna a sua existência social e econômica ainda mais vulnerável. Primeiro porque a retirada dessas comunidades não prevê nenhuma proteção territorial visto que estariam jogadas à pressão imobiliária que já expulsou algumas famílias que viviam no

entorno da Unidade de Conservação. Em segundo lugar porque não existe a pretensão de proteção ambiental e muitas dessas famílias dependem diretamente dos recursos hídricos, de fauna e flora para seu trabalho, como na pesca artesanal, na criação de animais e artesanato (GERUR, 2017).

Assim, a partir deste documento e movimentação das instituições de representação das comunidades, mediante pressão por respostas a algumas questões de extrema importância, inclusive nas audiências no Senado Federal, é que houve uma tentativa por parte do autor do projeto de realizar audiências públicas à guisa de consulta às comunidades de dentro do Parque. Explorarei no capítulo quatro desta dissertação os detalhes de uma das audiências mais importantes que aconteceu na cidade de Santo Amaro e mostrou uma série de mobilizações que foram sendo construídas pelos moradores, que se posicionaram contra o PLS 465.

É importante lembrar, que ao mesmo tempo em que esse projeto legislativo tramita nas comissões do senado (Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Comissão de Meio Ambiente), estão em curso ações no âmbito da Justiça Federal que exigem do órgão ambiental e da União medidas para assegurar junto com as comunidades tradicionais a construção de termos de compromissos de modo a pacificar os conflitos e assegurar, tanto a conservação ambiental quanto a manutenção do modo de vida das famílias. Enquanto comunidades tradicionais e o órgão ambiental tentam encontrar alternativas para resolver antigos problemas, os projetos oriundos do executivo e legislativo, pensados para favorecer os negócios do turismo, convertem-se em novas frentes de luta das famílias. Isso porque ambos representam uma forte ameaça à sua organização social e econômica como também ao seu modo de vida e permanência em seus territórios.

CAPÍTULO 2

Uma vida, dois tempos: tempo da pesca, tempo do turismo

As atividades de turismo em Atins também organizam o tempo e a vida social das famílias que historicamente vivem e trabalham nessa localidade. As etapas de campo realizadas permitiram apreender, por meio de conversas, entrevistas e observações diretas, dois momentos que permitem entender as formas de envolvimento das pessoas com tarefas ou atividades relacionadas com o turismo. O trabalho de campo serviu igualmente para apreender como os agentes mobilizam, em vários momentos, seu *savoir faire* (VAN der PLOEG, 2008) para dar prosseguimento às suas vidas, envolvendo-se com as atividades tradicionalmente realizadas. Estes dois momentos associados ao turismo são denominados *alta* e *baixa* temporada.

O turismo em Atins, tal como outras atividades realizadas nos *povoados* do Parque, é bastante marcado pela sazonalidade (MENDES, 2018). O período das chuvas, que ocorre de janeiro a junho, caracteriza o que localmente denominam de *inverno* (com chuvas mais fortes entre fevereiro e maio), o que possibilita também a cheia das lagoas e de outros corpos hídricos como os Igarapés e rios temporários. O período de estiagem (ou da ausência das chuvas) é denominado de *verão*. Esse também é o período de intensificação dos ventos, os meses mais secos (de agosto a outubro) recebem também a denominação de *verãozão*.

Essa sazonalidade é muito importante para que possamos entender a vida social em Atins e os arranjos familiares operados pelas famílias com vistas ao atendimento de suas necessidades e realização de atividades, sejam as tradicionalmente realizadas ou as associadas ao turismo.

Embora esteja trabalhando duas categorias importantes para entender a complexidade da inserção das famílias nas atividades relacionadas com o turismo - a *baixa* e a *alta do turismo* – com a intenção de entender as estratégias mobilizadas pelas famílias para darem continuidade às suas vidas no lugar onde historicamente vivem e trabalham, estarei me referindo tanto às atividades voltadas ao turismo quanto aquelas relacionadas com a pesca, a criação de animais, o artesanato e a agricultura. Todas essas atividades integram a organização econômica das famílias, sendo realizadas de forma associada, considerando-se nesse processo, os vários *tempos*, mas primordialmente o

tempo dos ventos, o tempo das marés, os tempos de cheia e de seca. Ou seja, o tempo da natureza.

A sazonalidade repercute na organização da vida social dessas famílias, e a participação nas atividades turísticas também compreende o tempo do turismo que combina vários fatores, como as férias dos visitantes, a época de ventos que propicia a prática de alguns esportes aquáticos, e a cheia das lagoas, pontos altos de visitação dos turistas nesta unidade de conservação que atrai turistas do mundo inteiro pela imponente imagem que o campo de dunas representa, cheia de lagoas de águas cristalinas.

As lagoas em meio às dunas de areias brancas e que se movem são o principal atrativo vendido pelas agências de viagem, pelas propagandas do governo e internacionalmente, constantemente associado a um deserto com lagoas que transformam este lugar muitas vezes vendido como “inóspito” em um oásis de beleza única que podem ser apreciados por causa das chuvas. A sazonalidade, em razão da forma como se organizam para dar conta das atividades desenvolvidas define, portanto, a morfologia social das famílias de Atins (MAUSS, 1974), isso significa dizer que tal como existe uma forma de organização social em distintas temporalidades, existem aspectos da vida dessas famílias que são modificados no decorrer do ano e que é marcada principalmente por aspectos referentes à sazonalidade.



Foto 3: Vista de lagoa entre as *morrarias* no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Autora: Lícia Viana, 2019.

O turismo entrou na agenda dessas famílias como uma nova atividade a ser realizada e que oferece oportunidades de obtenção de renda às unidades familiares que se envolvem com as atividades voltadas para este ramo. Como veremos adiante, a chamada temporada do turismo, é um período de muito trabalho. É o período em que as famílias se organizam, por meio de distintos arranjos, para poder realizar as tarefas e atividades, sejam aquelas de iniciativas próprias ou as demandadas por donos de pousadas, restaurantes e casas de veraneio.

O envolvimento com as tarefas relacionadas com a temporada do turismo, além das tradicionalmente realizadas, revela um grau de autonomia para administrar o uso da força de trabalho familiar, ainda que isso represente uma sobrecarga da jornada em razão das demandas dos que lhes contratam. A auto exploração, nesse caso é calculada, e pode ser interpretada como uma estratégia das famílias. Daí a necessidade dos arranjos familiares, para poder liberar alguns membros para realizar distintas tarefas.

Internamente a Atins, pode-se perceber que as pessoas estão constantemente realizando arranjos, estabelecendo trocas de turno, arrumando os novos parceiros de trabalho durante o período de *alta*. As redes de parentesco, compadrio e amizade, como na pesca artesanal, são mobilizadas no sentido de tornar possível o envolvimento de algum integrante de determinada unidade familiar com as atividades ligadas ao turismo. Tais mobilizações podem ser percebidas onde as pessoas trabalham, seja apenas na época da *alta* do turismo ou durante o resto do ano. Explicarei melhor essas relações quando tratar adiante do tempo da *alta* do turismo.

Este trabalho, que se iniciou com a necessidade de entender como as famílias se inseriam em novas atividades como a do turismo, acabou se ampliando para uma reflexão sobre como todos os agentes se relacionam e constroem seus vínculos e administram o seu tempo. O tempo, então, será tratado como uma categoria que serve para indicar práticas, explicações das ações, definidor de incertezas e de planos. O tempo não é imperativo, mas construído a partir de vários elementos. Como nos aponta o trabalho de Leach (1974) que trata a categoria tempo não como unidade de medida, mas como algo que é criado socialmente. Dessa forma, o tempo é uma categoria que deve ser explicada socialmente, visto que é construído pelas pessoas. E se as pessoas não são as mesmas, o tempo também não o é.

Segundo Evans-Pritchard (1978), também para os Nuer o tempo significa uma relação entre diversas atividades sociais. Para este autor, o tempo “não é um

contínuo, mas um relacionamento estrutural constante entre dois pontos” (EVANS-PRITCHARD, 1978, p.123). Assim, os Nuer, conseguem estabelecer marcadores entre o modo de vida que mantém no auge das chuvas e no ápice da seca. Seria então o tempo referido pelos contrastes e que podem variar. Para ele, que estava interessado em como as relações ecológicas influenciavam os sistemas e instituições políticas, é importante entender que no caso dos Nuer, há uma divisão no que ele chama de *tempo ecológico* e *tempo estrutural*. No *tempo ecológico* são verificados os reflexos das relações dos Nuer com o meio ambiente. No tempo estrutural são operadas as relações mútuas dentro da estrutura social.

No caso estudado, o *tempo ecológico*, definido pelas características próprias da sazonalidade, organiza tanto as atividades tradicionalmente realizadas quanto aquelas relacionadas com o turismo. Neste caso, a presença de ventos, predominância de dias ensolarados, lagoas cheias pelo acúmulo das águas da temporada de chuvas, permite que vida social seja organizada em razão dessas mudanças.

O *tempo ecológico* interfere também a feição da paisagem de Atins, seja pela intensidade de precipitação das chuvas, com alagamento de acessos e vias de circulação, característico do período das chuvas; seja pelo predomínio da estiagem, que altera consideravelmente esse cenário. Esses dois momentos, como integrantes do *tempo ecológico*, definem o ritmo da vida social e o funcionamento da organização econômica das famílias.

A baixa temporada

Antes mesmo de voltar meus interesses de pesquisa sobre a participação das famílias de Atins nas atividades relacionadas com o turismo, estava mais interessada em entender como era caracterizada a pesca artesanal e como esta atividade refletia na organização familiar. Já percebia que algumas pessoas no *povoado*, notadamente os mais jovens, prestavam serviços em empreendimentos turísticos, muito embora na maioria das vezes, não tivessem as carteiras de trabalho assinadas, e dessem continuidade em suas outras atividades rotineiras em casa.

Naquele momento enquanto fazia etapas de campo durante a graduação, havia aprendido com os pescadores, pescadoras e marisqueiras (SANTOS, 2018) que a pesca e a mariscagem dependiam de uma série de condições. A pesca na *beirada* era realizada durante o ano inteiro na costa e na foz do rio Preguiças, e que na realização da

pesca de beira os pescadores levavam em consideração a maré, a intensidade dos ventos e os ciclos lunares. Ressaltavam que a melhor época do ano para a pesca tanto na *beira* quanto em alto mar era no denominado *inverno* pois, segundo explicavam, os peixes não ficavam espalhados como no *verão*, época de maior ocorrência dos ventos.

No *verão* também, a chamada *pesca lá fora* ficava mais perigosa por causa das ventanias e só os barcos de maior porte e com *mestres* bastante experientes saíam, pois o risco de embarcações menores como canoas *alagarem*, era maior. Segundo explicavam, no *verão* os peixes se espalham, a água fica mais clara e a captura dos peixes se torna mais difícil. Ainda assim, a *pesca na beira* é realizada, podendo diversas vezes ser pouco produtiva e demorar muito.

A pesca artesanal durante o período de chuvas é marcada, portanto, por uma intensificação das atividades. É comum nos meses de *defeso* (entre novembro e fevereiro) as famílias realizarem também outras atividades como conserto de redes de pesca, manutenção das roças, criação de animais, etc. É um intervalo de transição entre esses dois períodos. As mulheres dão continuidade a mariscagem nos dias em que há diminuição das chuvas, considerando também as várias condições para mariscar.

O período da *baixa* do turismo, como já mencionei, coincide com a época de chuvas mais intensas (ou seja, de janeiro a maio) mas também tem a ver com o público que frequenta este *povoado*. Os meses mais intensos de visitas combinam com as férias no Brasil (junho e julho) e na Europa (agosto e setembro). O período da *baixa* temporada compreende os meses de novembro a maio, podendo, esporadicamente, receber alguns turistas nos feriados durante o ano e na época que antecede as chuvas, mas nesse tipo de visitação, conhecida como *bate e volta*¹⁶, os turistas não permanecem muito tempo no povoado. Algumas pousadas permanecem ativas durante a *baixa*, embora com poucos funcionários, geralmente quando não há ninguém hospedado, os funcionários apenas operam na manutenção dos estabelecimentos, como limpeza, reparos, reformas, cuidado de áreas como hortas e áreas de lazer.

A etapa de campo realizada em abril de 2019 serviu para perceber o contraste da rotina das famílias nesses dois tempos (a *alta* e a *baixa*) e como ocorre a organização em outras frentes de trabalho. As atividades que realizam no período mais intenso do *inverno* e como se planejam para os meses de *alta* do turismo.

¹⁶ A atividade turística conhecida como *bate e volta*, caracteriza-se como um tipo de visitação rápida aos locais de interesse turístico, com retorno ao local de partida geralmente no mesmo dia.

Nos momentos de trabalho de campo durante o chamado *inverno*, como mencionado na introdução, pude conversar com poucas pessoas pois chovia bastante e os caminhos no povoado ficam extremamente difíceis de andar, inclusive a passagem de carros fica restrita. Só consegui rever mais algumas pessoas durante uma reunião na Igreja de São Francisco convocada por lideranças locais para apresentação e entrega do trabalho de conclusão da graduação que havia realizado sobre a mariscagem. Fui a algumas casas, principalmente às casas mais próximas à igreja e da casa da família que me recebia novamente.

Os trajetos que as pessoas fazem neste tempo são muito diversos. Os motivos para sair de casa são especialmente as atividades da escola e do trabalho. As crianças que estudam pela manhã e pela tarde que estavam tendo aulas durante esse período nas duas escolas do *povoado* precisam ir andando até determinado ponto, próximo à Igreja São Francisco para pegar o carro que as levará às escolas. Os estudantes que vivem nos *povoados* vizinhos como Ponta do Mangue e Santo Inácio são muitas vezes prejudicados porque os caminhos até as escolas ficam completamente alagados. É preciso encontrar novos caminhos mesmo com todos os riscos de atolar em algum trecho do percurso. Os carros também estão constantemente tendo problemas e sendo levados à sede para conserto, o que altera toda a rotina dos estudantes.

As pessoas que se deslocam para realizar suas atividades de trabalho, algumas vezes precisam pedir permissão para seus vizinhos para circularem por seus *cercados*, que são áreas que integram os domínios de cada casa, e ainda assim não conseguem evitar passar por áreas alagadas com água desde os joelhos até a cintura. Certas vezes precisamos (eu, a colega que realizava trabalho de campo comigo e nossa anfitriã) passar por muitos *cercados* e ter muito cuidado para não escorregar em alguns pontos.

O fato de estarmos indo às casas das pessoas para convidá-las para uma reunião no dia posterior, e de minha colega ainda precisar realizar algumas atividades relativas à sua pesquisa, acabou gerando questionamentos intrigantes de alguns moradores. Um senhor perguntou à colega em certo momento, se ganhávamos bem para realizar aquele trabalho dia e noite, debaixo de chuva e sol. Ela precisou explicar que não estávamos ali por alguma remuneração, mas que gostávamos muito de fazer o que estávamos fazendo. Achei muito pertinente a pergunta já que o que estávamos fazendo ali era encarado por aquele pescador como trabalho duro, a pesquisa do grupo já havia

acabado então ele não entendia o que ainda poderia ser feito e quem estava nos pagando para continuar andando para lá e para cá.

Seu Didi que muitas vezes conversou conosco, explicando detalhes sobre a pesca artesanal e nos ajudando com desenhos de configurações do *povoado* em várias épocas, acompanhando as mudanças naturais, também ficava intrigado. Ele que nos ajudou a entender as várias territorialidades da pesca e pensava que já havíamos entendido tudo e queria saber o que mais poderia ser feito e porquê.

Essas perguntas simples daquele pescador permitiu uma dupla possibilidade de leitura da situação. De nossa parte porque ganhávamos de certa forma, pois melhor compreender aquela realidade contribuía para a formação em nossa área de estudo e contávamos com apoio de uma fundação de amparo à pesquisa para realizarmos o nosso trabalho como pesquisadoras. Por outro lado, o incômodo daquele pescador era de saber o que ainda podia ser feito, conversado, compartilhado já que nos haviam “dado” tanto. Ele precisava de uma boa justificativa e encontrou uma que lhe parecia plausível: já que não éramos dali, não tínhamos parentes, apenas alguns amigos mais próximos, então deveríamos estar “ganhando muito dinheiro para andar debaixo de tanto sol e tanta chuva”.

A nossa motivação então precisou ser muitas vezes explicada, e muitas vezes repetida, como deve ser. Os nossos vínculos com algumas famílias e a continuidade nas conversas via redes sociais eram muito importantes para o nosso retorno, mas não era o suficiente para tantos outros que nos lembravam que precisaríamos deixar sermos pesquisados também, que ali existia uma via de mão dupla.

Depois deste episódio fomos às escolas porque a colega de pesquisa precisava realizar o levantamento de informações junto às crianças e adolescentes do povoado, posteriormente utilizadas na elaboração de seu trabalho de conclusão de graduação (ROMEIRO, 2019).

Depois nos reunimos para a entrega oficial da monografia. Algumas pessoas deslocaram-se até a igreja, ainda que estivesse chovendo muito e ouviram as considerações e agradecimentos de minha parte. Depois pedi que dessem uma olhada no material que tinha apresentado e falassem o que haviam achado do seu conteúdo. Esse foi um momento também para explicar novamente sobre o que fazíamos enquanto pesquisadoras e sobre a pretensão de agora realizar uma nova pesquisa, dessa vez relacionada com o curso de mestrado. Expliquei que pretendia estudar a relação entre o cotidiano deles e as atividades do turismo e que, por conta disso precisaria conversar

com as famílias de Atins, os donos de empreendimentos voltados ao turismo e desejava saber se podia contar novamente com a colaboração deles.

A reunião contou com a presença de poucas pessoas, a maioria mulheres. Após apresentar o que havia escrito na monografia, falei sobre o que gostaria de estudar sobre questões relacionadas ao turismo e a pesca. E ainda falamos sobre o PLS 465 de autoria do senador maranhense Roberto Rocha de redefinição dos limites do PNLN. Ouvimos as pessoas presentes e agradecemos por sua participação. Elas decidiram que a monografia deveria ficar na biblioteca de uma das escolas do *povoado* (José Serejo).

Após olharem o trabalho, e alguns se verem em fotografias inseridas na monografia, falaram que eu poderia contar com aqueles que estavam presentes e que entendiam o que estávamos fazendo. Isto gerou um certo alívio já que não seria nada fácil permanecer realizando pesquisa se as pessoas não me quisessem mais ali. A reunião também serviu para que se atualizassem sobre algumas questões importantes, dentre elas a concessão ao setor privado pelo Estado, dos serviços de visitação ao Parque. Naquela ocasião quiseram maiores detalhes sobre essa iniciativa do Estado, que certamente afetaria a vida das famílias de Atins e de outras localidades do Parque. Como até então não tinha maiores detalhes sobre essa iniciativa oficial, passei as informações que dispunha naquele momento. Aproveitei a oportunidade para informar também aos presentes sobre o projeto de alteração dos limites do PNLN, de autoria do senador Roberto Rocha, que a exemplo da iniciativa do executivo, também afetaria as famílias da região onde Atins está situada. Os esclarecimentos sobre essa iniciativa do senador foram feitos em decorrência do pedido de algumas moradoras que já tinham acesso a essa notícia.

Ao final desse encontro, enquanto saíamos, ouvi conversas entre os participantes. Uns combinavam atividades de pesca, outros pediam ao presidente da associação de moradores que as notícias circulassem no grupo de Whatsapp dos moradores de Atins, e que fosse explicado o que deveriam fazer também nos casos de lugares que estavam sendo cercados por outros moradores. Decisões como esta estavam sendo tomadas o tempo inteiro.

Apesar das chuvas, as atividades realizadas no âmbito familiar estavam correndo normalmente em Atins. O tempo de *baixa* é estritamente voltado para as atividades de pesca, e aqueles que não estão pescando, estão consertando redes de arrasto e de lanço, e ainda alguns poucos trabalham nas casas de veraneio se alguém

aluga pra passar uns dias, ou nas grandes pousadas e restaurantes que mantêm alguns funcionários durante o ano inteiro embora com carga horária reduzida.



Foto 4: Caminho alagado durante o período de *baixa*.
Autora: Lícia Viana, abril de 2019.

Os moradores que criam animais e possuem roças, realizam essas atividades associadas à pesca. Cuidam para que seus animais saiam para se alimentar nas *vargens*, e realizam os tratos necessários para as roças de mandioca, feijão e arroz. Algumas mulheres também recebem encomendas durante o ano inteiro para fazerem artesanato. São roupas, chapéus, bolsas, tapetes e muitos outros objetos feitos com fibras de buriti, que são compradas de outros *povoados* já que em Atins não há buritizais (PEREIRA, 2018).

Em um dos dias que saímos para conversar com as crianças na escola voltamos pelo trabalho de Sandra que é cozinheira em um restaurante e também cuida de uma casa de veraneio que funciona como pousada durante a *alta* temporada. Nessa ocasião pudemos perceber um pouco a movimentação na praia durante esse período.

Naquele dia, ao retornarmos para a casa de dona Luza pela praia, encontramos Sandra e Leonardo no restaurante em que trabalha que estava funcionando com poucos funcionários apesar de estar na baixa do turismo. Sandra é irmã de dona Luza e atualmente mora na casa de seus pais, embora passe maior parte de seu dia

trabalhando. Antes de ser cozinheira nesse restaurante, ela mariscava junto com suas irmãs e filhas e trabalhava durante a alta do turismo. Me diz que antes de ter a chance de trabalhar em Atins, tentou trabalhar na sede de Barreirinhas e também trabalhou em São Luís durante alguns anos, mas retornou e começou a trabalhar em restaurantes locais. Iniciou com este tipo de trabalho no Restaurante da Luzia que fica em Canto do Atins, um dos primeiros estabelecimentos locais que até hoje funcionam. Sandra diz que precisava dormir lá durante a *alta temporada* porque precisava acordar bem cedo e só conseguiam dormir quando acabava o atendimento aos turistas. Atualmente, além de trabalhar no restaurante onde a encontramos, ela cuida de uma casa de veraneio. Esses cuidados consistem em deixá-la sempre limpa quando for receber hóspedes ou os donos da casa (ou seja, lavar roupas de cama, toalhas, limpar a casa, áreas externas) e, além disso, receber as pessoas na casa quando necessário. Ela não dorme na casa, embora existam homens no *povoado*, como é o caso de seu pai, que vigia uma outra casa de veraneio todas as noites.

Leonardo, que encontramos trabalhando no restaurante junto com Sandra, trabalha como garçom neste e em outro bar de um hotel em Atins. Ele nasceu na Raposa e foi para Atins para trabalhar. Isso ocorreu em razão da amizade com a família de dona Luza. Durante o tempo da *baixa temporada* ele tem a possibilidade de ir a Raposa ver sua família já que o movimento de turistas está mais baixo. Quando isso ocorre ele indica alguém do *povoado* para cobrir a sua falta no trabalho. Esses arranjos estão sendo constantemente realizados.

Há nesse caso também a transformação de uma relação de amizade em outros vínculos, como os de compadrio e casamento. Leonardo passou a namorar com uma das filhas de Sandra e virou padrinho de um dos filhos da Edith, outra irmã de dona Luza. Como a casa de dona Luza também é uma das mais distantes do *povoado* e até então o sinal de celular era precário, era através também de Leonardo que se tinha conhecimento sobre onde estavam precisando de pessoas para trabalhar nas pousadas, bares e restaurantes. Ele acaba sendo um mediador importante na rede para facilitar os vínculos empregatícios, principalmente durante a *alta* temporada. Essa mediação funciona também como forma de retribuição à família que o recebeu em Atins.

É bem reconhecido pelos estudos antropológicos clássicos sobre as trocas, que há diversas formas de contratos e que todas as sociedades possuem mercado pois este é um fenômeno humano (MAUSS, 2003). Ao analisar comparativamente algumas dessas formas de dádivas, Mauss (2003) sublinha que há nas trocas algo de muito

comum que é a obrigação de retribuir, entendendo que existem sistemas de prestações totais em que é possível compreender várias instituições como o casamento, nascimento, circuncisão, doença, ritos funerários, entre outros, que são marcados por trocas como manutenção das relações sociais, inclusive de rivalidade.

O caso da relação de Leonardo e de outras pessoas que vêm “de fora” para trabalhar em Atins por meio da acolhida de algum parente ou amigo, é representativo disso. Há a expectativa de retribuição daquele que é acolhido, ainda que não seja uma condição seriamente discutida. A pessoa que é recebida (tal como a pesquisadora também) deve retribuir em suas atitudes, que pode ir desde contribuir nas atividades domésticas ou na renda do núcleo doméstico, até indicar pessoas de dentro de sua rede de amizade para trabalhar nas pousadas em que trabalham. E caso, não exista essa reciprocidade, essa relação pode ser gradualmente enfraquecida até seu rompimento.

Entre os samoanos, segundo Mauss (2003), tal como aparece em várias sociedades, a troca marca também a honra e a obrigação de retribuir a dádiva sob pena de perder a própria autoridade e prestígio em determinada coletividade. A perda do *mana* é algo que não se quer, portanto há uma obrigatoriedade invisível que impões aos indivíduos a necessidade de dar continuidade ao sistema de prestação. No caso descrito, não são apenas os presentes, mas também as trocas materiais que se realizam, apesar de ser comum a troca de alimentos, e força de trabalho como na construção de casa por *mutirão*. Trocam-se também favores.

Neste mesmo dia que passamos pela praia, avistamos três barcos que seriam de donos de Barreirinhas e que estavam voltando de uma pescaria *lá fora* que haviam parado para deixar alguns pescadores que eram de Atins. Nos aproximamos porque dona Luza queria comprar alguns peixes e pudemos ver seu interior cheios de guaraviras, bonitos e bagres que estavam sendo vendidos também ali na praia pra quem quisesse por 16,00 reais o quilo.

Apesar de ser o período de chuvas, percebemos que há uma constante movimentação das pessoas, ainda que deixem, nesses dias chuvosos, de realizar alguns compromissos, permanecendo em casa. É comum que alguns saiam com seus companheiros para pescar, debaixo de chuva, por volta das 4 h da madrugada, retornando às 6 horas manhã a tempo de tomar café, organizar algumas coisas em casa e partir para um outro trabalho como ajudante de pedreiro na construção de novas casas ou pousadas que já começam a serem levantados. Realizam tais atividades nesse período de chuvas porque é preciso que tudo esteja preparado antes da *alta* temporada.

É importante ressaltar que nos meses de chuvas mais intensas (janeiro a março), que pode sofrer alteração de ano para ano, não há condições de realizar construções, o mês em que fomos (abril) ainda chovia forte em alguns dias, nesses dias em questão não se trabalha em construção alguma.

Outras construções são feitas no decorrer do ano, principalmente nos meses de *verão* intenso, como é o caso de nosso anfitrião, seu Ita que encara uma dupla jornada tanto na *alta* quanto na *baixa* temporada. Como vimos antes, alguns restaurantes abrem no período de baixa, alguns funcionários são mantidos, como é o caso da Sandra. A *praia*, nesse período, tem grande movimentação. Os barcos que ali atracam ficam à espera de seus mestres e companheiros para a realização da chamada pescaria *lá fora*, mas também para vender para aos moradores os peixes que pescam em alto mar.

A falta de movimentação, que algumas pessoas com quem pude conversar se referem, está diretamente ligada a falta de movimento turístico. Há uma redução no quadro de funcionários dos hotéis e restaurantes maiores, pois existe pouca presença de turistas na chamada temporada *baixa*. Durante os dias de trabalho de campo nesse período, percebemos pouquíssima movimentação de turistas na praia. Na nossa volta para a sede de Barreirinhas de *voadeira*¹⁷ em uma dessas etapas de campo, só encontramos três turistas, um brasileiro e dois estrangeiros que filmavam tudo que viam, e ouvimos depois que a viagem continuaria para Tutóia e São Luís respectivamente, estariam fazendo algum trabalho enquanto viajavam.

As viagens feitas pelos moradores naquele mês, por causa da chuva, ficaram sendo apenas de *voadeiras* pelo rio Preguiças, a passagem para os locais custa 30,00 reais e para turistas o preço pode variar em até mais que o dobro, como fomos confundidas com turistas, tivemos que pagar 60,00 reais cada para o dono da *voadeira*.

Percebemos que a o período de chuvas – inverno – em Atins é marcado pela realização de atividades domésticas, escolares, e construções e reparos das casas em dias ensolarados, manutenção dos roçados, mas principalmente, é um período ativo da pesca artesanal em que o *tempo ecológico* organiza a vida das famílias de forma a determinar que certas atividades passem a ser realizadas com maior regularidade que em outro momento.

¹⁷ *Voadeira* é como se chama a embarcação de casco de madeira ou metal movida à motor de popa.

CAPÍTULO 3

O tempo do turismo e os arranjos familiares

O período das chuvas e de estiagem, além de regular a vida social em Atins, modifica a paisagem do *povoado* e a circulação das pessoas. Essa sazonalidade, que determina dois momentos importantes, repercute tanto nas atividades tradicionalmente realizadas como naquelas relacionadas com o turismo.

Quando retornei em agosto 2019, percebi claramente essa mudança. De um lugar com os caminhos alagados pelas fortes chuvas e com tempo nublado, Atins exibia agora seus caminhos com areias claras, um céu azul e muito sol. A paisagem era outra, convidativa à realização de passeios pelas dunas e lagoas e o clima estimulava atividades nas praias.

Depois de alguns meses sem ir a Atins, retornei no primeiro dia de agosto de 2019, no meio do período que denominam de *alta temporada*. Essa temporada se caracteriza pela intensa presença de visitantes que aquece o setor de turismo e estimula a realização de diferentes atividades. Desta vez, a etapa de campo destinava-se a entender melhor as alterações na organização social das famílias e o funcionamento das distintas atividades nesse período, já que os integrantes de muitas famílias se envolvem com tarefas relacionadas ao turismo.

Já na minha saída de São Luís percebia a movimentação de turistas, principalmente estrangeiros que em sua maioria eram franceses. Ainda no ônibus ouvia nas conversas soltas, alguns mencionarem Atins, supostamente – pensava eu - como seu destino. Nesse período, de fato, Atins se transforma em um dos principais destinos dos turistas.

Ao chegar ao *povoado* descobri durante o almoço que seu Ita e Adailson – seu filho mais velho – estavam trabalhando como ajudantes de pedreiro em mais de uma construção de pousadas. Seu outro filho, Mailson de 18 anos estava em casa pois recentemente à minha chegada havia deixado o trabalho de *barman* num bar/restaurante porque coincidiria com seu horário na escola.

Estrategicamente, seu Ita que se identifica como pescador e seu filho que igualmente já aprendera o ofício com seu pai na pesca artesanal, se envolveram com a atividade de construção civil. Seu Ita começou limpando os terrenos para seus vizinhos que construíam suas casas e depois com a efervescência de turistas a comprar terrenos e

contratar engenheiros e pedreiros para as construções, seu Ita, através de um amigo que recebeu em sua casa e era mestre de obras, foi chamado para auxiliar neste tipo de trabalho. Depois de algum tempo seu filho também começou a acompanhá-lo nesse trabalho, já que terminou os estudos na escola (que funciona no povoado até o ensino médio), enquanto que o seu outro filho que ainda estuda só pode se envolver com atividades que dão para conciliar com os horários escolares. Essas habilidades como pedreiros foram sendo adquiridas com a intensificação do mercado imobiliário na parte do povoado que fica fora dos limites do PNLN, de forma que começou a incrementar a renda da casa de dona Luza e de seu Ita. Embora isso aconteça, é importante destacar que o seu Ita continua a se identificar como pescador e ainda realiza esta atividade rotineiramente.

Dona Maria, mãe de dona Luza, que no momento de minha chegada limpava alguns peixes pescados por seu Ita no dia anterior, também me explicava porque sua filha Sandra não estava em casa, ela estava cuidando de uma casa que havia alguns turistas. E alternava entre a recepção daqueles turistas e o trabalho no restaurante como cozinheira. Ela pode se dedicar a esses dois trabalhos já que mora com sua mãe e seu pai, e suas duas filhas já se alternam nas responsabilidades domésticas e auxiliam nas atividades da casa com a avó.

Quando cheguei para realizar essa etapa de campo, percebi que as pessoas estavam muito ocupadas, por conta do envolvimento de muitos com as atividades do turismo. Aquela situação me fez pensar em formas de poder acompanhá-las e conseguir obter informações que pudessem explicar essa dinâmica das famílias na chamada alta do turismo.

Eu teria que encontrar meios para realizar meu trabalho sem incomodar as pessoas e, ao mesmo tempo, obter informações. Para tanto, expliquei para Dona Luza, minha anfitriã, quais eram os meus planos para essa etapa de campo. Ela se mostrou solícita e disse que ela ou outra pessoa poderiam me auxiliar, caso necessitasse e que os períodos da tarde eram mais tranquilos, para o caso de desejar conversar com ela.

Diante desse envolvimento de muitas famílias com o turismo, percebi que não iria funcionar se eu revisitasse todas as casas do povoado como de outras vezes, quando estava interessada em saber das atividades relativas à pesca artesanal em Atins. Tinha pouco tempo para realizar essa etapa de campo e as pessoas estavam muito mais ocupadas, pois além das tarefas domésticas, estavam envolvidas com atividades fora de casa, por conta da temporada do turismo. Por conta disso, pensei acompanhar as pessoas

onde pudesse. Queria entender como compatibilizavam as atividades do seu cotidiano com as novas demandas que se apresentavam em Atins com a intensificação do turismo naquele período.

Tinha a pretensão de aplicar alguns questionários aos turistas que praticam kitesurf que tinha o objetivo de entender as motivações e de onde vinham os praticantes desse esporte e o porquê de escolher Atins como um destino cada vez mais recorrente, o que não aconteceu pois pelo distanciamento que me encontrava da área em que realizavam a atividade, e também pela dificuldade de solicitar diálogos com os professores e alunos do esporte, já que quando conseguia identifica-los, não conseguia uma abertura muito maior pois estavam sempre na praia – na areia e no mar – e quando percebi que isso seria uma constante resolvi mudar de estratégia e ir diretamente nas escolas de kitesurf pegar informações e tentar me adequar aos horários dos instrutores. Ou seja, precisei reavaliar os procedimentos de pesquisa que estava tentando usar em função dessas dificuldades encontradas no desenrolar do trabalho de campo.

Tentar entender a dinâmica do turismo nesse momento e conversar com as pessoas sobre as atividades que realizavam voltadas ao turismo se tornou muito mais difícil por causa do tempo previsto para esta etapa de campo. Por isso resolvi acompanhar algumas delas no seu cotidiano de trabalho relacionado com o turismo e, sempre que possível, conversar ou realizar entrevistas sobre esse assunto.

As conversas com os vários interlocutores me apresentaram perspectivas muitas vezes antagonistas sobre o turismo, de modo que uma mesma pessoa poderia apontar argumentos muito contundentes sobre a importância do turismo para a sua vida e ao mesmo tempo, listar vários problemas que esse aumento de fluxo de pessoas causa na rotina do povoado. O certo e unânime nas narrativas dos moradores é que há visíveis mudanças em Atins, que vão desde os preços das coisas no povoado, até o ritmo, o barulho, ou o medo da violência que assustam as pessoas a cada vez com mais frequência. Isso reflete também no cuidado excessivo das pessoas para que eu andasse sempre acompanhada pelo povoado, e por isso, eu tive de me adaptar aos horários de todos. Foram raras as vezes que andei entre uma casa e outra sem companhia. E isso contribuiu para que eu não tivesse muito acesso aos turistas senão quando eles estavam realizando passeios e paravam no *barracão*, ou quando tive a possibilidade de conversar rapidamente com alguns visitantes, como foi o caso de um casal que realizava uma viagem projetando filmes pelo Brasil. Esses episódios não foram suficientes para traçar

um perfil específico dos visitantes de Atins ou mesmo daqueles que vão exclusivamente para realizar a prática de kitesurf neste ponto do litoral maranhense.

Em razão de realizar o trabalho de campo em um momento de grande envolvimento dos integrantes das famílias com atividades relacionadas com o turismo, senti algumas vezes que a minha presença estava atrapalhando a rotina das pessoas que desde cedo até bem tarde estavam envolvidas com alguma atividade relacionada com o turismo. Esse ritmo de trabalho fazia com que a atenção que me dispensavam em outros momentos – comparando às primeiras etapas de campo com a equipe de pesquisa, geralmente fora do período de alta temporada - fosse alterada.

Para minimizar esse problema, e evitar que se sentissem constrangidos com a alteração na atenção que sempre me dedicaram, procurei adotar como estratégia de obtenção de informações sobre o turismo em Atins, três procedimentos: 1) conversas no *barracão*, 2) caminhadas pelo povoado e 3) observações na *praia*. Consegui reunir outras informações durante os dias que passei em Atins. A minha participação na rotina da família que me recebeu, inclusive em suas jornadas de trabalho, teve que ser de aproveitamento de todas as situações possíveis, inclusive mediar conversas entre eles e os turistas que por vezes tinha dificuldade de traduzir¹⁸.

As conversas no *barracão* (lugar em que dona Luza abriu para vender comida, bebidas e sorvetes para os turistas e moradores) foram essenciais porque faziam parte do cotidiano das famílias. Era no *barracão* que também aconteceram as festas de aniversário da família no período em que estive lá, e também onde ocorreram diversas reuniões, como a dos membros da Associação Funerária da região de Atins, Canto do Atins, Santo Inácio e Ponta do Mangue; reuniões com moradores interessados em empréstimos; e muitos outros encontros. Numa entrevista, dona Luza me explica como abriu o *barracão*:

P - A senhora repete pra mim como que a senhora começou a fazer... A pensar a estrutura do *barracão* para vender comida e tal.

E - É, eu pensei mais pelo lado por causa do Alisson [filho de dona Luza que possui necessidades especiais], que eu não tinha como trabalhar fora. O mais objetivo foi esse: por causa do Alisson. Porque eu não tinha como trabalhar fora, então a gente queria uma renda para ajudar dentro de casa. Aí eu pensei por esse lado, a única coisa é a gente enfrentar. A gente não tinha dinheiro

¹⁸ Por não ter fluência em nenhum outro idioma além do português, mas entender um pouco de francês, inglês e espanhol, em alguns momentos era solicitada a atender algum turista, ou de mediar diálogos entre moradores de Atins e turistas, como foi o caso de um agenciador de passeios que tentava explicar para uma família de italianos que não havia a possibilidade de visitar determinado lugar porque havia fiscalização do ICMBio. Esse tipo de diálogo é bastante recorrente já que nos pontos do PNLM que mais tem a presença de turistas – caso de Atins – é onde mais se vê ações de fiscalização por parte do órgão ambiental.

suficiente, mas eu comecei de pouquinho mesmo e aí é, sempre eu lutava, lutava, lutava, mas aí nunca ia pra frente, quando foi agora esse ano... (pensando) desde o ano passado, é que já começou, aumentou um pouquinho, já esse ano aumentou mais, que eu tive mais dinheiro ainda. Mais um pouco, deu já pra eu comprar outras coisas mais. Não porque eu tenho lucro pra mim, não! Não tô tirando lucro pra mim. Mas eu compro mais coisa do que eu tinha. Eu já não tô tirando mais do meu dinheiro, do meu dinheiro eu só investi a primeira vez, do dinheiro do capital aqui de casa, da família.

P - Mas tem ajudado? Se a senhora não tira lucro, não tem ajudado muito aqui?

E - Não.

P - É tudo pro barracão?

E - Tudo é pro barracão. Por exemplo, no começo eu comprei um fardo de refrigerante pro barracão, de refrigerante pra vender, hoje eu já compro dois, três ou quatro fardos de refrigerantes.

P - Aham!

E - Ah... E outras coisas, tudo é mais, tudo aumentou. Pois essa que é a renda maior. Por quê? Eu quero tirar ainda mais da... um dia eu tirar mais pra mim e dá pra eu comprar as coisas e tirar meu lucro, ainda não dá pra eu tirar.

P - Ah, entendi!

E - Mas já dá. Pra mim eu não tiro, mas pra mamãe aqui que me ajuda, eu tiro pra ela.

P - A senhora...

E - Eu já tiro, eu tiro 150, eu tiro 200, tiro 100...

P - Pra ela?

E - Pra pagar ela, pra ela eu tiro sim, mas pra mim mesmo não. E graças a Deus...

P - Só pra ela lhe ajudar na comida?

E - Só pra me ajudar na comida, ela me ajuda ela, a fazer. Então tá dando nessa parte pra eu tirar pra dar pra ela sim. Agora pra mim não, o meu fica dentro mesmo. Porque eu tenho que comprar outras coisas. E eu pensei assim. E graças a Deus tá dando certo de eu ter botado essa cabana, esse restauantezinho, bem pequeno, mas é um negócio meu próprio, então...

Esse trecho nos revela as motivações para que dona Luza abra seu próprio restaurante. A principal motivação destacada é a de que precisa trabalhar perto de casa para poder dar conta de cuidar de um de seus filhos que têm necessidades de cuidado especial e só estuda um turno na escola do *povoado*. Com o restaurante, ela pode trabalhar e dar atenção necessária a seus filhos, além de realizar outras atividades, como a limpeza da casa, a lavagem das roupas e, em alguns momentos, mariscar ou tratar dos peixes que seu marido trazia para casa todos os dias.

Também nos remete a uma forma de estratégia utilizada para permanência nas proximidades de casa. De modo geral, todos da casa de dona Luza e de dona Maria ajudam em algum momento no *barracão*. As atividades vão desde a limpeza do *barracão* que geralmente é feita por dona Luza, ou seus filhos André de 10 anos e Mailson de 18 anos, que estudam no turno da tarde e da noite respectivamente. Durante o dia dona Maria e dona Luza aguardam os turistas que passam e param para comer ou se preparam caso haja uma solicitação antecipada de modo que elas possam cozinhar

para uma determinada quantidade de pessoas. Há motoristas que realizam passeios do tipo *bate e volta* que também indicam e levam turistas para comerem no restaurante ou para comprar outros produtos que dona Luza vende, como o sorvete.

A proximidade da casa ao *barracão* permite que dona Luza compatibilize as tarefas de casa com as do negócio familiar e se diferencie da lógica de funcionamento de outros empreendimentos que têm um horário de funcionamento menos flexível e que exige mais dedicação em longos intervalos de tempo durante o dia. O negócio de dona Luza é pensado como uma atividade complementar que pode gerar renda e complementar à que os demais membros da família obtêm fora de casa. E ainda, nesse caso, existe uma diversificação do uso de força do trabalho familiar, que permite que cada um, dentro de seus respectivos tempos disponíveis, realizem alguma tarefa associada ao turismo, que vão desde de atividades na construção civil até como guias turísticos.



Foto 5: Entrada do *barracão*/ restaurante Por do Sol. Autora: Lícia Viana, abril de 2019.



Foto 6: Entrada do *barracão*, com vista para a casa de dona Maria. Autora: Lícia Viana, agosto de 2019.

Algo que também é referido por dona Luza diz respeito ao investimento que já foi realizado no *barracão*, inclusive com a ajuda de alguns amigos. O que está em jogo aqui é não tanto o lucro, mas a possibilidade de gerar recursos para a família nuclear – dona Luza e seus filhos – e que se estende à família extensiva – nesse caso representada pela dona Maria. O investimento vai dando retorno para o grupo familiar, principalmente liberando os filhos e netos mais jovens para trabalhar fora de casa, já que ao mesmo tempo que investem no *barracão*, podem cuidar de suas casas e das demais atividades como preparo de alimentos para a família.

Durante esta ida a Atins, quase todas as manhãs depois de ajudar dona Luza em algumas tarefas da casa (lavar, preparar comida, lavar louças e limpar a casa) íamos para o chamado *barracão* que fica em frente à sua casa e que também era arrumado todas as manhãs. Essa tarefa era realizada por dona Luza, dona Maria ou alguns de seus filhos mais novos, Mailson de 18 e André de 11 anos. Embora Mailson já trabalhe fora de casa, sua força de trabalho também é acionada até a hora que ele tem de ir trabalhar, ele trabalha entre 10 e 16 horas, já que também estuda durante a noite na escola do povoado.

Muitas vezes fui solicitada a ficar um tempo no *barracão* atendendo alguém que aparecesse enquanto todos os outros integrantes da família estavam na escola, ou realizando um trabalho fora de casa, ou mesmo quando estavam ocupados com tarefas da casa (dando banho nos cavalos – tarefa geralmente realizada por André e Mailson - e fazendo as refeições – tarefa de dona Luza, dona Maria ou algumas de suas netas que moram com ela). Enquanto fazia isso, realizava as anotações das minhas observações, e conversava com os turistas que paravam querendo tirar fotos das casas e do *barracão* que passam a ser um atrativo para alguns turistas, ou mesmo para comprar água. Na maioria das vezes esses turistas estavam realizando caminhadas sozinhos para o restaurante de dona Luzia que fica no *povoado* vizinho, Canto do Atins. O restaurante da Luzia é um dos primeiros empreendimentos locais para recepção de turistas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, conhecido nacionalmente através de matérias sobre essa região por uma receita de camarão. O restaurante compõe um cenário de iniciativas locais que tem se mantido e agradado muitíssimo o público de turistas que visitam o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Um dos primeiros dias que passei em Atins naquele período de alta temporada resume brevemente como foi a rotina naquela retomada do trabalho de campo. Durante o dia inteiro houve um vai e vem de turistas para as lagoas e

restaurantes locais em Canto do Atins, alguns deles paravam para comprar água ou sorvete no *barracão*, quase sempre orientados pelos seus guias e/ou motoristas. A tarde, encontrei dona Maria do Celso, moradora do povoado Ponta do Mangue, que estava ali para uma reunião da associação funerária que ocorreria no barracão, cumprimentei mais algumas pessoas de Atins, Canto do Atins e Ponta do Mangue, enquanto dona Luza providenciava outras coisas em casa para a reunião para então pedir licença e ir até a praia para tentar conversar com alguns instrutores de kitesurf além de encontrar com mais pessoas do povoado que trabalham em estabelecimentos que recebem turistas nas ruas mais movimentadas do povoado.

Fui nessa ocasião acompanhada de dois filhos de dona Luza – Mailson e André – e um sobrinho – Lailson. No caminho Mailson me mostrava várias áreas cercadas recentemente de pessoas que ficaram sabendo que aqueles terrenos logo estariam fora da delimitação do PNLN e estariam vendendo. Isso demonstra quão intensa já é a especulação imobiliária nesse povoado e como a provável alteração já desencadeia várias ações diferentes inclusive de pessoas que não moram no território em questão.

Para chegar até a praia onde os kitesurfistas se concentravam àquele momento, passamos por dentro do antigo local em que Mailson trabalhava – o Espaço Lampião – e enquanto ele falava com a gerente e entregava seu uniforme, aproveitei para tirar fotos dos cardápios e preços escritos em quadros brancos e observava o público que era atendido ali, em sua maioria estrangeiros que chegavam de barco de outros lugares. Haviam pouquíssimos clientes, mas ainda assim, havia um barco disponibilizado pelo bar para sair com os clientes.

Depois de passarmos um tempo lá, fomos ver os kites de perto e para isso passamos por uma casa que estava alugada para uma família francesa. Mailson pediu licença ao dono, pois ele havia apresentado incomodo com pessoas passando ali e colocou um portãozinho de madeira. Na volta, Mailson me explicou que o suíço que é o dono do Espaço Lampião – mandou tirar o portão afirmando que a praia seria de todos, por isso não poderia permitir as pessoas de passarem ali. Há algumas tensões como essa porque os donos de pousadas próximos à praia querem total privacidade para seus hóspedes, embora estejam legalmente errados em construir tão próximo assim ao mar. Além de ser proibido, esses empreendimentos são logo atingidos pela erosão provocada pela ação intensa das marés e ventos nesse ponto do litoral. Os próprios moradores comentam constantemente sobre a teimosia dos donos de empreendimentos em

construir nesta área mais próxima à praia devido a mudança constante da *boca da barra*. É preciso destacar que além dos ranchos de pesca, pouquíssimas são as casas de famílias de Atins que ficam mais próximas à praia, justamente pelo conhecimento que levam em consideração dos movimentos de marés e da ação dos ventos. Não vale a pena para uma família local construir sua casa próxima e ter de arcar indefinidamente com recursos para evitar a erosão até o momento de ter que se mudar. A escolha do lugar onde se construir uma casa é algo a ser bem pensado pela família, geralmente nas partes mais altas, que denominam *alto*.

Finalmente, ao chegarmos à praia, contei pelo menos trinta praticantes de kitesurf, todos na água. Consegui o contato de um dos instrutores para tentar realizar alguma entrevista e tirei fotografias. Pela primeira vez desde de que conheci Atins, percebi que havia uma concentração de kitesurfistas numa porção da praia. E, pelo menos nos momentos em que estivera na praia durante as etapas de campo, e pela atualização que tinha através das pessoas que conhecia no povoado, a entrada dos kitesurfistas no *poção* havia acabado. Um dos motivos foi a instalação de placas indicando áreas que são terminantemente proibidas para realizar o esporte. Outro motivo é que com a mudança da *boca da barra*, esta área de concentração de kitesurfistas ficou ainda maior.

Para a etapa de campo realizada em agosto de 2019, o planejamento era de aplicar questionários, realizar entrevistas e tentar levantar informações junto às pousadas para tentar identificar o número de pessoas hospedadas que visitavam Atins durante a *alta*. Apesar dos esforços algumas dessas tarefas não puderam ser realizadas, como a aplicação de questionários e o levantamento junto as pousadas. Esta última tarefa não pode ser realizada principalmente porque priorizei estar com as pessoas de Atins e dispunha de pouco tempo para realizar um levantamento razoável em todas as pousadas.

Apesar dessa dificuldade pude realizar observações relativas aos eventos na *praia*, como o uso pelos *kitesurfistas*, dos locais de pesca das famílias, os horários de maior volume de praticantes. Pude também realizar conversas no *barracão* de Dona Luza com diferentes pessoas do povoado e dos povoados vizinhos. Esse espaço se revelou estratégico para levantamento de informações pois muitas pessoas do povoado que trabalhavam nas pousadas, nos restaurantes ou como guias em passeios paravam ali para conversar e comer o que dona Luza e dona Maria preparavam. Os momentos no

barracão foram muito importantes para reforçar as relações de confiança, obter informações e combinar a realização de entrevistas.

A reunião da associação funerária¹⁹ foi mantida mesmo com os outros compromissos das pessoas do povoado. Foi marcada para o meio dia para que dona Maria do Celso – presidente da associação – realizasse a cobrança daqueles que tinham dívidas pendentes e entregasse os comprovantes daqueles que já haviam realizado o pagamento. Este também foi um momento importante de circulação de informações entre as pessoas dos diferentes povoados. Circulavam notícias sobre o estado de saúde das pessoas, sobre as festas e seus organizadores e também informações sobre vagas de trabalho nos estabelecimentos que prestavam serviços aos turistas.

Nos momentos de observação dos eventos na praia, decidi solicitar que Mailson, um dos filhos de Dona Luza de 18 anos, me acompanhasse. Essa estratégia permitiu qualificar as minhas observações. Como nativo, e familiarizado com a movimentação dos turistas e *kitesurfistas*, a companhia de Mailson me permitiu indagar sobre aspectos que considerava relevantes sobre as atividades relacionadas com a presença dos turistas, já que ele era um informante qualificado, pois tinha familiaridade com tais aspectos.

Neste dia em que fui acompanhada dos filhos de dona Luza e um sobrinho dela que morava no município de Raposa e tentava arranjar um trabalho temporário em Atins, percebi que havia uma certa euforia em me acompanhar até a praia. Isso se justificava porque Mailson queria mostrar onde trabalhava. Ele trabalhava de barman e garçom no Espaço Lampião no turno da tarde e da noite, e lamentava ter que largar o trabalho pois havia feito amigos lá e achava que o local possibilitava conhecer pessoas de outros lugares, fora o fato de ter seu dinheiro garantido. Salientou que tinha muitos planos para renda obtida. Teria que parar de trabalhar, me explicou, porque as aulas retornariam em breve e coincidiria com o horário do trabalho e não dava pra mudar porque sua função no bar/restaurante era de garçom/barman e o movimento começava ao entardecer e terminava as 22 horas. Explicou que lhe foi ensinado a fazer drinks e que já sabia falar algumas palavras em inglês com os turistas.

¹⁹As Associações Funerárias são organizações criadas pelos próprios moradores das comunidades do Parque. Elas reúnem associados de localidades normalmente situadas próximas e que mantêm entre si relações de parentesco, compadrio e amizade. Foram criadas para prestar assistência aos associados nas situações de morte, evitando que recorram a agentes externos. Nos casos de morte na família, o associado recebe um auxílio para fazer frente às diferentes despesas relativas ao enterro e ao velório. Maristhela Rodrigues da Silva, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFMA, estuda esses mecanismos de entreajuda das Associações Funerárias de comunidades tradicionais do PNLM.

Ao passarmos por seu antigo local de trabalho para devolver o uniforme que usava, ele foi cumprimentar seus colegas, muitos deles que não eram de Atins como a gerente que era de Bacabal (outro município do Maranhão). Quando ela se apresentou disse que era do mundo, havia aprendido espanhol e inglês, e começou a trabalhar com turismo. Saliu que naquela temporada ficaria trabalhando em Atins para o dono daquele estabelecimento. Um detalhe importante é que as pessoas que trabalham com turismo em Atins e não têm conhecidos ou familiares no povoado acabam dividindo aluguel com outros colegas que são muitas vezes, viajantes *freelancers*, que trocam hospedagem por trabalho. Nesse caso, as pessoas são contratadas, mas precisam pagar seu aluguel, na maioria das vezes não dormem onde trabalham. Caso de outras pessoas que conheci e pude conversar durante as caminhadas por Atins.

Após uns dias, Mailson conseguiu um outro trabalho, agora em um restaurante de uma pousada, no qual trabalharia entre às 10 da manhã e as 16 horas, horário compatível com as aulas à noite. Receberia também um salário mínimo e caberia a ele preparar *drinks*, sucos e outras bebidas no restaurante/bar do hotel. Além de auxiliar em alguns momentos os garçons se necessário. Depois de um tempo lá, ele me disse que até gostou bastante porque além do que receberia mensalmente pelo trabalho, estava recebendo boas gorjetas dos turistas, em sua maioria, estrangeiros. Foi por meio da mediação de Mailson que consegui agendar uma conversa com uma das gerentes desta pousada – La Ferme de George, que era considerada com uma das maiores pousadas da região e com as maiores diárias podendo variar entre 900,00 a 1850,00 reais.

Ao conversar com uma das gerentes – Leticia – expliquei do que se tratava a pesquisa e conversamos sobre como começou a pousada, sobre dificuldades para contratar pessoal e sobre funcionamento da pousada durante a alta e a baixa temporada. Um dos donos da pousada – Pierre - que já possuía um hotel na cidade do Rio de Janeiro, e que ia constantemente a Atins para prática de kitesurf resolveu fazer um chalé para uso próprio e depois foi construindo mais chalés até decidir monetizar o negócio. Ele também seria o grande responsável por uma intensa propaganda de Atins como um lugar de tranquilidade a ser usufruído, já que possui uma certa influência na mídia francesa. Atualmente a pousada conta com sete chalés, e vende um certo luxo rústico, pois ao mesmo tempo que oferece serviços como bar e restaurante dentro da pousada, facilidade no atendimento, os cômodos são bem simples, sendo que todos os chalés contam apenas com ventiladores. Esse é um fato interessante pois comparado com

outras pousadas, este é um diferencial no valor a ser pago. O luxo está muito mais ligado à privacidade e a especificidade de ter atendentes que falam em outras línguas a todo momento.

Ressaltou ainda que uma das maiores dificuldades enquanto gerente é a contratação de pessoas durante a alta temporada que falem inglês ou francês com fluência para lidar diretamente com o público que recebem, pois esta é uma pousada muito requisitada e considerada como uma das melhores e mais procuradas por turistas estrangeiros, e isso se deve especificamente porque os donos investem bastante em propaganda e têm muitos funcionários que falam francês e inglês. Esses funcionários, comentou uma das gerentes, são contratados junto a empresas do Ceará e do Piauí. Disse que tentou por vezes contratar pessoas para a alta temporada em São Luís, mas teve muita dificuldade. Quando perguntei se sabia o motivo para não conseguir funcionários bilíngues no Maranhão ela me explica que as pessoas que falam francês e inglês fluentemente preferem trabalhar diretamente com os turistas, de modo que conseguem ganhar muito mais como tradutores para famílias e grandes grupos em alguns dias ao invés de passar os quatro meses de temporada trabalhando em um só lugar.

As gerentes são as responsáveis pelo quadro de funcionários e sua contratação, por isso, dizem, seria mais fácil contratar as pessoas do lugar para todas as funções. No caso de alguns funcionários contratados nesta pousada especificamente, a hospedagem e a alimentação são realizadas no próprio estabelecimento, mas essa não é regra da maioria dos que chegam de fora para trabalhar nas pousadas e restaurantes.

Os trabalhadores que não são do *povoado* precisam pagar aluguel durante o tempo que permanecem realizando alguma atividade em Atins. Então, apesar de ser muito fácil conseguir trabalho neste período, a relação custo-benefício não chega a ser boa. Para alguns que trabalham nos estabelecimentos turísticos como um trabalho de *freelancer*, é uma forma de conseguir dinheiro durante o tempo que permanecem em determinado lugar que desejam visitar. Este foi o caso de duas mulheres que conheci enquanto esperava para entrevistar um dos moradores que tem seu próprio estabelecimento, um dormitório e vende combustível.

Seu Manuel – conhecido também como Vovô do violão – me aguardava para a entrevista e pediu para que eu o esperasse terminar de atender uns clientes. Enquanto isso, comecei a conversar com duas mulheres que estavam acampadas no quintal da casa do seu Manuel e tomavam café. Me diziam que já haviam feito uma

entrevista num empreendimento que reúne pousada, restaurante, bar e uma escola de kitesurf – a Vila Guará – e achavam que conseguiriam trabalho naquele estabelecimento e assim conseguiriam manter-se no povoado durante aquele mês. Elas me explicaram também que precisariam alugar uma casa, e iriam dividir aluguel com pessoas que também são de fora e trabalham durante a alta temporada para se manter no lugar. A maioria das vezes que encontrei esse tipo de trabalhadores nas pousadas e restaurantes, constatei que esse é um perfil geralmente de estrangeiros e *mochileiros* vindos do sul e sudeste do país.

Este foi um dos vários casos de pessoas com as quais mantive conversas rápidas quando parava nas pousadas para cumprimentar alguém do povoado ou esperava de alguém para uma entrevista, ou mesmo quando aguardava alguém que tinha ido ao Posto de Saúde. Nessas ocasiões pude saber das motivações dos chamados *de fora* que estavam trabalhando com o turismo no povoado. Dona Dulce, moradora de Atins e agente de saúde que também trabalha com turismo no tempo da alta, em outro momento, me explicou que era muito comum na *alta temporada* do turismo chegarem também parentes e amigos de outros povoados:

E - Porque tem a alta e tem a baixa...

P - Que contrata mais pessoas...

E - Isso! Que contrata. Quando chega de carteira assinada ele tá ali, tudo bem, ele fica diretamente, mas quando chega na alta temporada aí o fluxo de turismo aumenta e também o emprego também aumenta...

P - As vagas?

E - Aí os donos das pousadas chamam mais pessoas para contratar, que ficam seis meses na alta temporada. Três, quatro meses...

P - Junho, julho, agosto? Setembro.

E - É, depois despacha.

P - Despacha?

E - Despacha os que estão de contrato, e os outros ficam permanente.

P - E vem muita gente de fora pra trabalhar aqui na época da alta?

E - Tá vindo. Ano passado não estava vindo muito não, mas esse ano eu já vi muita gente.

P - Trabalhar?

E - Trabalhar.

P - Aí trabalha e fica na pousada mesmo?

E - Não. Trabalha e fica... muito difícil trabalhar e ficar na pousada. Aí essas pessoas que vem de fora já vem também alugar quem tem quarto que aluga mais barato, é... tem a casa de um vizinho, de um amigo, de algum parente, ficar também...

P - Aí fica em outra casa?

E - Fica em outra casa, não é na pousada. Aqui a gente vê muito é pessoa de fora que vem do interior, que vem de Barreirinhas, que vem trabalhar aqui não só nas pousadas, com o funcionamento das pousadas, como nas construções que vem de fora trabalhar e aí se hospedam em outras casas. Aqui mesmo na minha casa tem uma moça que mora aqui, do Tapuio [povoado próximo à sede de Barreirinhas] e trabalha aqui na pousada [se refere a pousada do lado de sua casa, onde trabalha também]. Tinha dois meninos, um era pedreiro e o outro carpinteiro - um de Barreirinhas e um do

interior - que também ficam aqui na minha casa. Isso porque são parentes, conhecidos, aí não tem como...

P - De Tapuio?

E - Não, os meninos são do Massangano. Um de Massangano e outro de Barreirinhas. Que são parentes do meu marido, aí fica aqui mesmo.

P - Aí eles só vêm na época que tem trabalho?

E - Só na época de construção, quando tem construção.

P - Que é essa época agora? Por causa das chuvas...

E - Isso!!! Aí vem de fora, trabalha, mas ficam sempre na casa de alguém.

(Entrevista feita com dona Dulce, realizada em agosto de 2019).

A rede de parentesco, compadrio, amizade é acionada muitas vezes também nas atividades turísticas (LEMIEUX; OUIOMET, 2008), como mencionado por Dona Dulce acima, quando alguns parentes vêm trabalhar em construção de pousadas e ficam hospedados em sua casa, dormindo e alimentando-se. Nesses arranjos também existem ali regras implícitas de convivência: como o respeito ao dono da casa e alguma colaboração para a renda familiar. Em alguns casos, quando não há o respeito a essas regras, a sanção é bastante sutil, mas acontece, o que acaba provocando mudanças ou rompimentos nas relações.

É interessante notar que o turismo em Atins, durante a alta temporada, estimula também a ida de várias pessoas de povoados de Barreirinhas que ficam fora do perímetro do Parque Nacional, povoados como Tapuio e Massangano. Há uma gama de estratégias mobilizadas para garantir trabalho durante esta parte do ano. Algumas delas é mobilizar as redes de amizade, parentesco e compadrio para assegurar um lugar para fixar durante esse período, e além disso, acioná-las para conseguir trabalho nas pousadas, restaurantes, bares e na construção civil.

Ainda sobre as atividades voltadas para o turismo, pude acompanhar uma das irmãs de dona Luza em um dia de trabalho em uma pousada. Ela trabalhava meio turno, de 7 às 12 horas. Entre as atividades realizadas, se ocupava da preparação do café da manhã para os turistas, da arrumação dos quartos para receber os turistas, da lavagem das roupas de cama e banho e da preparação da comida para a família do seu Raimundo, dono da pousada. Nessa ocasião falei brevemente com o seu Raimundo que é do Piauí e veio primeiro para trabalhar em um dos primeiros hotéis da região, casou com uma pessoa do povoado e começou o negócio próprio.

A jornada de trabalho em algumas das pousadas é algo que provoca tensão em alguns casos. A exploração da força de trabalho é um dos motivos pelos quais constantemente as pessoas estão saindo de alguns trabalhos. Além disso, como no caso acima, quando se consegue negociar meia jornada de trabalho, muitas vezes a

remuneração acompanha a redução do tempo de trabalho por dia e o trabalho continua o mesmo.

É por este motivo também, que há um aumento em iniciativas de pessoas de Atins em abrir seu próprio negócio como restaurantes, pousadas e a oferta de passeios. Em relação a tais iniciativas caberia chamar a atenção para dois aspectos importantes. O primeiro refere-se às estratégias familiares para ter uma atividade alternativa e sazonal pensada para obtenção de renda complementar, aproveitando a dinâmica do turismo. Aproveitam esse incremento para implementar tais iniciativas dentro de um cálculo econômico, incorporando essas ofertas de serviços relacionadas com o turismo. O segundo aspecto combina a autonomia de algumas famílias na abertura desses negócios, com a ruptura com a exploração da força de trabalho normalmente vivenciada por muitos, por conta das jornadas de trabalho excessivas nas pousadas e restaurantes de proprietários não nativos. A força de trabalho nas iniciativas das famílias, geralmente é recrutada entre aqueles com os quais mantêm vínculos de parentesco.

Isso significa que existe um cálculo estratégico em relação a tais negócios, à medida que combinam as possibilidades de participação nos negócios do turismo, com a garantia da autonomia das famílias. Em relação a tais iniciativas é possível também perceber uma organização familiar, como no caso já referido do *barracão* de dona Luza. Essa organização é pensada de modo que cada um possa realizar seu trabalho no chamado *barracão*, e ainda consigam conciliá-lo com outras atividades regularmente realizadas:

P - E a senhora não quis tirar a renda da... continuar indo mariscar ou a senhora viu no barracão mais facilidade?

E - Eu vi no barracão mais facilidade, por quê? Porque aqui eu tô perto do Alisson. E por aí, pra mim ir tirar o sururu, eu não fui mais porque eu preciso e dependo do Ita, meu marido, pra poder ir mais eu na canoa e como ele também tá trabalhando pro outro lado, não tem como associar os dois pra ir mais ele tirar sarnambi, ou se não, quando ele não tá é que a gente se reúne e vai tirar. Mas quando ele tá trabalhando não tem como.

P - Sim, e na época da alta todo mundo tá trabalhando aqui da sua casa? Só fica a senhora e o Alisson? E o André...

E - Só o Alisson e o André porque são de menor. Mas o Adailson e o Mailson trabalham.

Sobressai no relato de Dona Luza os arranjos familiares para combinar as atividades tradicionalmente realizadas com aquelas relacionadas com o turismo. Outro aspecto que ganha relevo, são as estratégias mobilizadas para distribuir a força de trabalho familiar, envolvendo os distintos membros da unidade familiar em atividades

as mais variadas. Um outro ponto a ser ressaltado é como funciona o tempo de cada atividade que realizam:

- P** - O seu Ita e o Adailson fazem o quê?
E - Ajudante de pedreiro.
P - Mas ele sempre tá... nos quatro meses eles estão trabalhando ou não?
E - É... Os quatro meses. Todo o tempo.
P - Direto? Parou de chover...
E - Parou de chover eles já começam a trabalhar.
P - A chuva parou esse ano quando?
E - Ah... Eles começaram já no mês de abril, não porque tava assim... no dia que não tava chovendo eles iam, no dia que tava chovendo eles não iam. Aí era essa coisa: não tava chovendo, eles tavam trabalhando. Aí no dia que fazia sol eles iam, no dia que fazia chuva eles vinham embora. Era assim.

A sazonalidade presente nessa região, bem marcada pelo inverno, caracterizado pelo período chuvoso e o verão, caracterizada pela estiagem, interferem diretamente na atividade que realizam seu Ita e Adailson. Visto que dependem de uma pausa nas chuvas para trabalhar na construção civil, nos meses do fim das chuvas – entre abril e maio - em que iniciam esse tipo de trabalho, os trabalhadores só vão caso pare de chover, caso contrário, são dispensados. Nesses dias chuvosos, há um aproveitamento desse tempo para outras atividades em casa, e também a prática da *pesca na beirada* na praia. Dona luza salienta ainda a mobilização de mão de obra para o trabalho com construção civil vindo de outros *povoados*:

- P** - Aí trabalham eles e mais muita gente daqui? Ou vem mais de fora?
E - Vem mais... É. Nesse serviço que ele tá, o pedreiro mesmo dele, que ele trabalha com ele, é de fora, não é daqui. De fora assim, que é bem aqui do Atoleiro.
P - Aí ele vai todo dia pro Atoleiro?
E - Não. Ele se hospeda aqui mesmo.
P - Ah sim. Aí é o pedreiro...
E - Quando chega o fim de semana ele vai embora pra casa dele.
P - Ele é o pedreiro, aí ele vem pra cá na época da alta?
E - Aham.
P - Fica morando aqui pra poder trabalhar aqui?
E - Aham. É. Quando ele trabalha aqui.
P - Mas é ele que paga a... O lugar onde ele fica? Ou o patrão dele?
E - Mermã, olha, outras pessoas eu não sei não. Mas o seu Nonato, ele não paga. É amizade.
P - Ele fica morando de amizade?
E - Amizade. Ele vivia aqui em casa, agora que ele tá ali. Ele vivia aqui em casa, nós só hospedava ele mesmo. E agora ele tá ali na casa da tia Maria de Jesus, mas é porque ela cedeu pra ele, mas ele não paga nada não. Mas outros por aí eles pagam. Se for morar numa casa eles pagam.

Este trecho demonstra também em como as redes de amizade e compadrio são acionadas de ambos os nós, já que é através da amizade que possuem seu Ita e seu Nonato que o primeiro garante trabalho junto a construção civil como ajudante de

pedreiro, e o último garante que tenha onde ficar durante a semana. Diferente de seu Nonato que é de Atoleiro e se hospedava na casa de seu Ita e dona Luza, há trabalhadores que precisam alugar quartos ou dividir o aluguel de uma casa com outros trabalhadores da alta temporada. Ou seja, a instalação desses pedreiros, ajudantes de pedreiro, pode ser na casa de amigos, parentes ou mediante o pagamento de aluguel. Há, por isso, não apenas turistas movimentando os aluguéis de quartos e casas de locais do povoado, mas também os próprios trabalhadores que não tem quem os receba durante esse tempo de *alta*.

P - E como é que seu Ita foi parar lá? De construir? Como que ele começou a mexer como ajudante de pedreiro?

E - O Ita no começo não foi nem de pedreiro. No começo o Ita foi é... Quando começou a entrar o turismo aqui o Ita ajeitava era cercado. Tinha um cercado sujo, aí o Ita ia limpar o cercado, o Ita ia fazer cerca... Assim que ele começou! Tem uma areia pra derrubar? O Ita derrubava a areia e...

P - Derrubava a areia de onde?

E - Pra acertar o chão.

P - Ah sim.

E - Às vezes tinham um alto, ele vinha derrubava a areia e acertava o chão. Era assim que ele começou. Ele começou para o Pedro. Fazendo cerca pra uns turistas que o Pedro reparava os cercados e aí ele fazia a cerca e aí ele teve o conhecimento do seu Nonato e aí o seu Nonato começou a trabalhar de ajudante...

P - Começou a ensinar ele?

E - Não, ele já sabia. Ele já ajudava às vezes as pessoas nessa parte. Aí o seu Nonato começou a trabalhar e ele se deu com seu Nonato.

P - Aí ele virou ajudante?

E - Aí ele começou e já virou ajudante do seu Nonato e de trabalhar fazendo massa pro seu Nonato.

P - Aham.

E - E já largou o momento dele fazer cerca e derrubar areia. Ele já não trabalha nessa função mais. Ele já largou pra ser pedreiro, ajudante de pedreiro.

P - Ah entendi.

E - Aí ele faz assim: ele trabalha, ele pesca a noite e quando chega fim de semana que ele não tá trabalhando ele vai pescar ou ajeitar alguma coisa em casa.

P - Sozinho? Ou com os meninos?

E - Só não. Às vezes ele vai com os meninos e às vezes ele vai com outras pessoas.

P - Vizinhos ou alguém que apareça pra pescar...

E - Ou seu Nonato que vem e pesca.

P - Aham. E aí ele e o Adailson trabalham como ajudante?

E - Ele e o Adailson trabalham como ajudante.

P - E aí os dois ganham salário ou diária?

E - Antes o Ita ganhava 70,00 e o Adailson era... não! Antes o Ita era 60,00 e o Adailson era 50,00 porque diz que é era pai de família então, ele ganhava mais. Era 60,00 e o Adailson era 50,00. Hoje, aí depois foi do Ita pra 70,00 e Adailson pra 60,00. Aí agora já esse ano, onde eles estão trabalhando agora, a mulher já paga tudo eles de 70,00.

P - Tudo, né? Independente. Todos os ajudantes? E o pedreiro? Ganha quanto?

E - Todos os ajudantes. O pedreiro ganha pra eles - os turistas - é 130,00.

P - Por dia?

E - Por dia.
P - E os ajudantes 70,00!
E - E os ajudantes 70,00.
P - E aí eles vão trabalhar... Trabalham de segunda a sexta?
E - Segunda a sexta.
P - Quantas horas? Os horários da manhã...
E - O horário da manhã o Ita pega 7 h e sai aos 11 h.
P - Aí vem almoçar em casa e volta?
E - Vem almoçar em casa e volta pra pega 13 h.
P - Aí fica até 17 h, 18 h?
E - Fica até 17 horas. Cinco horas larga de novo e vem pra casa.
P - Hum, e fica trabalhando o dia todo?
E - Aham, o dia todo.
P - Aí final de semana os pedreiros vão embora?
E - Aí os pedreiros vão embora e ele fica aqui.
P - Aí os pedreiros vão embora e seu Ita vai pescar?
E - Aham.
P - Cuidar dos cavalos? Pescar...
E - Cuidar dos cavalos, vai pescar, vai tirar o capim, arrumar o cercado daqui de casa. E assim é o dia dele.

Ainda sobre o trabalho na construção civil, dona Luza aponta em suas observações como se deu a entrada do seu marido e filho nesse ramo. Os valores que são pagos que antes se diferenciavam por seu Ita ser “pai de família”. E ainda sobre a compatibilização das atividades realizadas fora de casa – como ajudante de pedreiro – e as atividades que já eram tradicionalmente realizadas – pesca, manutenção de seus apetrechos de pesca e cuidado com os animais, por exemplo. A atividade se diferencia com a de outros integrantes, como a de seu outro filho que trabalha em um bar/restaurante, como já mencionado anteriormente:

P - Aí o Mailson...
E - O Mailson, esse não trabalha nem de ajudante com o pai dele, já é mais na parte de restaurante. O Mailson trabalhou... O primeiro restaurante do Mailson foi na Cabana do Peixe, que ele trabalhou de... [tentando lembrar]
P - Garçom?
E - Sim. E agora já, depois ele trabalhou no Lampião e já saiu do Lampião porque o Lampião precisava dele... O restaurante Lampião lá, precisava dele das 14 h às 00 h. Doze horas da noite, a hora que tava e como agora ele já barman, ele então não tinha como, porque ele estuda aí ele voltou, e ele teve que sair desse serviço por causa dos estudos dele. E agora ele tá na La Ferme. Ele trabalhou um período até as aulas começarem, quando as aulas começaram ele saiu porque ele não tinha... Porque ele tinha que ir pra escola e agora ele trabalha na La Ferme porque a La Ferme é de 10 h da manhã até as 16 da tarde até a hora de ir pro colégio...
P - E ele faz a mesma coisa ou não? Faz outras coisas?
E - Ele é barman. Ele trabalha na área do barman e garçom.
P - Quanto é que ele ganha?
E - Ele disse que é 1000,00 reais por mês.
P - A carteira não é assinada não?
E - Não, ainda não. Mas é porque ele ainda é de menor [atualmente ele tem 18 anos].
P - Aham, e no Lampião era quanto?

E - 1040,00. Aí tinha 1040,00 e mais 10% e mais as gorjetas. Aí já chegava a 1400,00.

O elemento principal para o qual este trecho aponta é sobre a força de trabalho de outro filho de dona Luza que passa a trabalhar dentro do setor do turismo em restaurantes e bares, e precisou mudar de um lugar para outro devido a necessidade de conciliar seu trabalho com seus estudos. Além disso, é possível identificar que os valores que ele recebe a destinação desses são administrados por sua mãe, tal como o pagamento de outros integrantes da casa e que compõe a renda familiar:

P - E aí como ficava? Aí no final do mês é... Como é que divide? Como é que fica esse dinheiro? Cada um fica com o seu? Ou todo mundo ajuda em casa?

E - Não, todo mundo ajuda. Eu que tomo conta.

P - A senhora toma conta do dinheiro de todo mundo?

E - O Mailson, o período que o Mailson trabalha lá no Cabana do Peixe. O dinheiro do Mailson, além de primeiramente comprar as coisas que ele precisava, ele comprou umas criações e ajudava nós.

P - Sim... Era criação de?

E - De ovelha, e ajudava a gente em casa.

P - Aham, e comprou as coisinhas dele: celular...

E - Aham, ele comprou o celular dele, a roupa dele, era já ele... Essa parte já, graças a Deus, já é ele. Quando ele tá trabalhando, agora... E o Adailson (risos)... O quê que eu posso dizer, meu Deus? Ele também ajuda porque eu tomo conta, né? do dinheiro. Mas...

P - Quando entrega, entrega pro seu Ita e seu Ita passa pra senhora? Ou entregam pra ele?

E - Não, porque cai na minha conta.

P - A de todos?

E - Aí ele só pede. O do Mailson eles passam na mão dele, espécie e...

P - E ele passa pra senhora todinho?

E - E o Adailson e o Ita cai na minha conta. O do Ita cai na minha conta, o do Adailson eu tiro, dou um pouco pra ele, e o outro fica, eu compro...

P - Coisa pra casa?

E - Eu compro coisa pra casa e pra ele, roupa pra eles.

P - Porque senão ele não compra sozinho?

E - Se não ele não compra porque ele gasta em outras coisas que não é necessário, mas se for por ele, se ele receber em espécie, na mão dele, ele não quer dar nenhum centavo pra cá. Eu digo Adailson, tem que comprar roupa pra ti, tem que comprar aquilo, ele não tá nem aí.

P - Entendi. E aí o do seu Ita também cai na sua conta?

E - Cai na minha conta!

P - E aí a senhora bota tudo pra cá né [casa de dona Luza]?

E - O do Ita tudo pra cá porque precisa de comprar é... [pausa na entrevista].

P - Aí a gente tava falando do Adailson e do seu Ita. Cai o dinheiro direto na sua conta?

E - Na minha conta...

P - A senhora tira para as necessidades de casa?

E - O valor do Ita... O Ita tira 750,00 com quinze dias e o Adailson também. Depende assim, se eles forem pro trabalho. Se ele não foi trabalhar, tipo assim, não deu pra ele ir trabalhar ele já diminui o dinheiro.

P - Sim.

E - Porque é por dia, não é dizer que é o salário. É o que eles fazem de produção. Aí o do Adailson eu tiro... Quando ele tira esse valor, eu tiro pra comprar roupa pra ele.

P - Lá eles pagam por semana? Por semana não! Por...

E - Por quinzena. E agora ela voltou a pagar por semana, agora ela vai pagar por quinze dias porque não sei... aconteceu um problema e ela vai pagar quinze dias de serviço deles; assim também é o Adailson. Eu tiro pra pagar a conta de casa, porque a despesa de casa é muito grande aqui em casa e tudo a gente tem que comprar em Barreirinhas.

P - Energia...

E - Aí tem a energia, aí tudo...

A centralidade do lugar de dona Luza na gestão da renda obtida pelos membros da unidade familiar é outro aspecto que merece destaque. Durante a *alta temporada* todas as pessoas da família são envolvidas, e neste contexto, a família extensa, pois todos se mobilizam entre tios e tias, avós e avôs para que consigam trabalhar e cuidar de suas casas. Os arranjos familiares permitem ter sempre alguém que cuide das criações, das roças, do tratamento dos peixes para consumo da família, possibilitando que outros se envolvam com trabalhos fora de casa. A contratação e a hospedagem dos chamados *de fora* são feitas a partir da mobilização de redes de amizade e parentesco como vimos antes.

No caso desta unidade familiar em que pude perceber a rotina de trabalho mais de perto durante a *alta do turismo*, a renda familiar é controlada pela mãe. Há um controle dos valores recebidos pelo marido e filhos pelos trabalhos realizados porque é ela quem administra as necessidades da casa indo regularmente até a sede do município para comprar determinados itens para a casa e para o restaurante, ração para os animais, roupas para os filhos, entre outros utensílios importantes para a casa.

É também a responsável por garantir que os filhos não gastem todo o dinheiro que recebem com o que ela classifica como *bobagens* (se refere a festas e bebidas alcoólicas). Isso não impede que cada integrante da unidade familiar que aporta recursos à renda familiar faça seus planos pessoais, como um dos seus filhos que já usa o dinheiro que ganha trabalhando como *barman* e garçom para comprar alguns animais, que denominam localmente de *criação*, como no caso de Mailson. Além de adquirir esses animais, ele cuida diariamente de seus poucos caprinos e ovinos. Neste sentido, a criação funciona como uma reserva de valor, um tipo de poupança que pode ser utilizada para comprar outros itens ou ser usada em caso de necessidades emergenciais.

O conjunto desses recursos obtidos funcionam como uma reserva da família que pode ser convertida, por exemplo, na aquisição de um quadriciclo para locomoção da família e contribuir para a redução de gastos com o pagamento de transporte de Atins à sede de Barreirinhas. Todo este planejamento é resultado de um cálculo econômico, contemplando os vários familiares de vários fundos, como o fundo de manutenção, o

fundo cerimonial (WOLF, 1987). O atendimento desses fundos se dá por meio desses arranjos familiares relativos ao uso da força de trabalho tanto nas atividades tradicionalmente realizadas quanto naquelas relacionadas com o turismo. Esse cálculo estratégico serve para atender às demandas desses fundos e também os imprevistos como, por exemplo, problemas de saúde ou ausência de algum membro da família.

O filho mais velho e seu pai estão trabalhando diretamente com a construção civil no *povoado*, como ajudantes de pedreiro. Dona Luza explica que a partir do mês de abril já começam a trabalhar nessa frente, mas dependem principalmente das condições do tempo naquele período. Nos dias que chove não vão ao trabalho, permanecendo em casa e realizando tarefas no âmbito doméstico ou relativas à pesca. Quando faz sol, envolvem-se com as atividades da construção civil. Nesse caso a sazonalidade interfere na dinâmica de trabalho dos integrantes das famílias.

Quando as condições do tempo permitem, ambos trabalham durante a semana e recebem as diárias ao fim de cada semana. Os valores correspondentes aos dias trabalhados são depositados diretamente na conta da dona Luza, que posteriormente os redistribui após contemplar os gastos com as necessidades materiais da família. O funcionamento do *barracão* é algo que ainda está começando. Atende principalmente às pessoas do *povoado* ou turistas, seja por indicação de alguns motoristas ou porque passam a pé e acabam consumindo algum item oferecido nesse espaço, que serve comida, sorvetes, água, cerveja e outros itens.

O turismo, como atividade que oferece diferentes possibilidades, tem sido uma alternativa importante para a renda familiar em Atins. Não porque as pessoas não possuíssem alternativas que atendessem às suas necessidades materiais, mas porque os seus lugares de residência e trabalho passaram a ser transformados em espaços de visitação turística em razão dos atrativos naturais.

Esse novo cenário é resultado também de algumas limitações impostas pela intervenção do Estado. Passaram a enfrentar problemas após o seu território ter sido transformado em unidade de conservação de proteção integral e serem estabelecidas novas regras de uso dos recursos das quais desconheciam. As dificuldades para a continuidade das atividades de pesca por causa da *sobrepesca* de arrasto próximo aos locais de pesca dos pescadores artesanais (berçários importantes para a reprodução dos peixes e outras espécies marinhas), diminuíram sobremaneira as possibilidades de continuarem vivendo apenas dessa atividade, já que ela é a principal na organização econômica das famílias de Atins.

Em razão dessas limitações impostas seja pela ação do Estado, seja pela pesca predatória, as famílias de Atins já consideram o turismo como uma grande alternativa de renda, embora existam bastante casos de exploração da força de trabalho local por agentes econômicos que têm seus negócios em Atins. Esse aspecto negativo da exploração da mão de obra local pode ser sintetizado na frase de uma adolescente do lugar ao dizer que o turismo "era como se fosse uma segunda escravidão" porque realizavam uma jornada de trabalho exaustiva e muitas vezes mal remunerada, quando se referia à quantidade de horas de trabalho durante a alta, o que considerava uma exploração.

Muitos consideram positivo justamente por causa do aumento da renda familiar. É o caso de dona Dulce, que comentou que houveram muitas mudanças boas e ruins com a chegada do turismo em Atins, mas que considera que o aumento da renda é um aspecto positivo até para a permanência de muitas das famílias do povoado:

P - E agora houveram algumas mudanças e eu queria que a senhora me falasse o que a senhora acha do turismo aqui em Atins.

E - Eu acho que teve um avanço, né? E nesse avanço, a gente percebe que tem algumas melhorias, né? Muitas, digamos assim. Mas também tem algumas coisas que deixam a gente meio preocupado, não é nem triste a palavra, é preocupado. Porque por conta dessa evolução que aumentou o turismo, nesse meio aí veio outras pessoas que vem também que não tem o pensamento positivo né? Então é isso aí que preocupa a gente, mas isso aí com o avanço do turismo deixou a comunidade bem... Como é a palavra? Com, melhor de emprego né? A gente pode dizer que situação financeira, a palavra é certa. E tá melhor agora porque por conta da pescaria porque a gente não tem assim, a gente não tem mais peixe para o pescador sustentar a família, e hoje a gente vê já 60% dos moradores estão sobrevivendo mais trabalhando nas pousadas, do turismo... E isso aí a gente vê que foi uma melhora grande pra comunidade, né? Se bem que tem umas coisas que a gente vê que tem que melhorar né? É, essa questão que eu falei das pessoas que vem acompanhando o turismo digamos, que as vezes que até pessoas dizendo que é turista e não é, são pessoas que não são pessoas do bem, né? E essa aí que é a preocupação da gente, mas enquanto o turista até agora eu acho que tá bom, né? Porque tá dando pra... [pensando]

P - Aumento da renda?

E - Aumentar a renda né? Das famílias. Eu tenho um exemplo que eu tinha aí que há dois anos atrás eu trabalhava... Só do que eu trabalhava eu tinha, eu acompanhava quarenta e nove pessoas que recebiam bolsa família, então hoje com essa evolução do turismo, muitas pousadas estão trabalhando legalizada com carteira assinada e isso faz com que as pessoas trabalhem com carteira assinada e não fique com a renda baixa para participar do bolsa família.

P - Então diminuiu a quantidade?

E - Diminuiu bastante. Eu tava na época eu tinha entre 49 a 54 famílias que recebiam o benefício.

P - Mas só em Atins ou Santo Inácio?

E - Só na minha área. Só na minha área do Atins. E hoje a minha área tem 32 pessoas só. Então pra mim isso é uma vantagem, porque a gente não vai tá

trabalhando só com aquelas pessoas que tem a renda baixa, que são pessoas carentes, né? A pessoa trabalhar e ter um emprego para sobreviver é bom demais, né?

P - Mas aí a maioria dessas pessoas que trabalham com o turismo, a senhora acha que deixaram de trabalhar com pesca, com outras coisas? Ou não? Ou continuam?

E - Continuam. Tem pessoas que trabalham nas duas áreas. Trabalha com pesca e também trabalham nas pousadas. Dependendo do horário ele vê aí qual é o horário dele só que a pescaria mesmo que diminuiu mesmo. Diminuiu não é a pescaria, diminuiu o peixe por conta dessas evoluções do turismo, baixou mesmo, diminuiu muito. Mas isso não quer dizer que vai parar né? A gente tenta... (Dona Dulce, entrevista realizada em Atins, em agosto de 2019).

Dona Dulce, em sua explicação sobre as possibilidades oferecidas pelo turismo no povoado considera positiva a oportunidade de obtenção de renda e o fato de assinarem as carteiras de trabalho das pessoas, permitindo a garantia de direitos. Com o aumento da renda familiar por conta desses vínculos de trabalho, muitos podem parar de receber o benefício social para famílias de baixa renda que se encontravam uma situação de dificuldade econômica. Deixar de receber o auxílio do bolsa família, nas representações de Dona Dulce, é um aspecto relevante, pois muda o *status* daqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

É importante dizer que essa não é a única visão das pessoas em relação ao turismo. Muitas concordam com esta observação de dona Dulce, de que a renda obtida com turismo quando feita com garantia de direitos trabalhistas, oferece uma transformação na vida econômica das famílias, o que para ela é um bom sinal de avanço. Nesse modo de ver, depender quase que inteiramente de um recurso do governo, significa a perpetuação da vulnerabilidade social e econômica.

Em relação à permanência ou não no Programa Bolsa Família, e a continuidade do recebimento do auxílio, muitos fatores são levados em conta, como a quantidade de pessoas na família, a frequência das crianças na escola, podendo a família deixar de receber o auxílio também por algum outro motivo. Dona Dulce percebe o aumento da renda familiar porque atende a todas essas famílias como agente de saúde.

Dona Dulce também realiza trabalho relacionado com o turismo. Ela cuida de uma pousada que fica ao lado de sua casa. Existe uma abertura pelo muro que permite a passagem de sua casa para a pousada. Essa passagem deixa que ela e o marido possam limpar e vigiar a pousada durante todo o ano, quando têm pessoas hospedadas ou não. Faz isso nos horários em que não está trabalhando como agente de saúde. Seus

horários de trabalho na pousada são adaptados de acordo com a disponibilidade de tempo do seu trabalho principal, que é o de agente de saúde.

Um aspecto negativo destacado pela agente de saúde é a presença de pessoas estranhas. Essas pessoas a quem dona Dulce se refere em geral chegam como turistas no povoado, fica um tempo no povoado e vão embora. São pessoas que não são bem aceitas devido estarem na maioria das vezes ligadas a venda de drogas em Atins, tanto para turistas como para os jovens do povoado. Por isso, a chegada dessas pessoas estranhas traz junto um medo por parte dos moradores. Em uma ação recente da polícia em Atins, algumas dessas pessoas foram pegas em flagrante e presas. Esse é o tipo de situação a qual se referem os moradores como um aspecto negativo que o turismo trouxe consigo.

Os problemas apontados por dona Dulce relativos à pesca no *povoado* são principalmente da escassez de peixes. É por isso que o turismo aparece como uma oportunidade que as famílias passam a ter para conseguir um “emprego para sobreviver”. Mas ainda assim, lembra, as pessoas não deixaram de pescar, pois a pesca não é feita apenas por necessidade ou *hobby*, mas é o modo de vida dessas pessoas. Há uma organização do tempo para compatibilizar as atividades do turismo e as de pesca.

Durante o trabalho de campo, no ápice da *alta temporada*, já com grande presença dos turistas estrangeiros, percebi que a *praia* havia se transformado. Percorrendo a sua extensão, identifiquei uma pousada que havia sido destruída pela ação dos ventos e da maré. Como os pescadores já haviam comentado, era previsto que isso acontecesse desde a construção da pousada devido o deslocamento da *boca da barra*²⁰ (SANTOS, 2018).

A praia de Atins, que fica próxima à foz do Rio Preguiças, está sujeita a uma dinâmica de marés que altera significativamente as correntes marítimas nessa região que, por vezes, alcança algumas pousadas, destruindo-as completamente ou parte das suas estruturas. O incremento do turismo permitiu a intensificação de construção de pousadas muito próximas à praia. Esse fenômeno tem representado um aquecimento nos negócios de terrenos junto aos nativos, que têm vendido as suas posses a estrangeiros e

²⁰ A *boca da barra* é “Local por onde se tem acesso ao mar. Essa abertura está em constante transformação, o que interfere na vida pesqueira do povoado. Segundo os pescadores, a *boca da barra* é um lugar que se movimenta: durante um tempo está em um determinado local e muda ao passar dos anos. O que é chamado de *boca da barra* corresponde a uma parte da praia em que a água da *lagoa* (água do mar que fica represada entre um cordão de areia e à beira do continente) sai para o mar. É pela *boca da barra* que os barcos, canoas, e atualmente, kitesurfs, passam para o *mar aberto*.” (SANTOS, 2018, p. 45).

brasileiros que os adquirem com o objetivo de construir novas pousadas ou casas de veraneio.



Foto 7: Alguns ranchos de uma pousada destruída pela ação das marés. Autora: Lícia Viana agosto de 2019.

Mas a *praia* não é somente disputada por aqueles que pretendem construir pousadas ou casas. É também largamente frequentada na *alta temporada* por praticantes de kitesurf. Na caminhada pela praia pude perceber que estava repleta de pipas de *kitesurf*. Além daquelas que estavam dispostas na areia, pude conferir trinta *kitesurfistas* velejando.

Essas observações serviram para entender uma diferença marcante nos usos da *praia* e como as práticas sociais transformam a configuração de certos espaços, nesse caso, a praia. Essa dinâmica implica numa nova maneira de perceber o mar e o ambiente que é criado ao redor deste espaço. Corbin analisa “o modo como essa nova cena social se constitui, impelida pelo desejo de usufruir a beira-mar; o modo como antigas práticas

são reorganizadas em função desse novo objeto.” (CORBIN, 1984, p. 266). O turismo também traz também essa mudança quanto aos usos que se faz da praia. Se antes, em abril, a praia era lugar de barcos, canoas e alguns pescadores, na alta temporada a paisagem mudou, como os atores nativos foram substituídas pelos turistas, gerando novos usos e novos movimentos.

Segundo Corbin (1984), que faz uma recuperação histórica sobre os usos da *praia*, este foi um espaço criado num contexto em que as sociedades citadinas urbano-industriais buscavam em seus momentos de pausa do trabalho, redutos onde pudessem desfrutar do descanso e lazer. Nesse sentido, a *praia* é uma invenção marcada por construções racionalizadas que visam atender à necessidade da sociedade, ou especificamente uma parte da sociedade que está disposta a pagar para ter exclusividade sobre algumas porções dela.

Mas no contexto de Atins, a praia tornou-se um objeto de disputa em razão da existência de um duplo conceito: o dos chamados *de fora*, que a vêem como objeto de lazer e contemplação, e o *daqui*, que a percebem como meio para atender às suas necessidades e caracterizar o seu modo de vida, já que nos seus termos é recoberta de outros significados.

O tempo construído

Um dos pontos importantes a ser considerado, diz respeito à percepção sobre o tempo em cada um desses momentos, de *baixa* e *alta* temporada. D’Antona (2000) já anunciava, - inspirado em Leach (1974), Posey (1982), Evans- Pritchard (1979), Harvey (1994) e Giddens (1991) - que o tempo para as comunidades Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses poderia ser considerado tanto cíclico quanto linear. O tempo cíclico, mais associado aos fluxos da natureza, muito referido às estações úmidas e secas; e o tempo linear levando também em consideração “os acontecimentos ordenados sequencialmente” (D’ANTONA, 2000, p. 134). A sazonalidade, portanto, interfere na vivência desses tempos. A inserção das atividades do turismo na vida das pessoas possibilita, portanto, a reconstrução do tempo em razão de demandas próprias desse ramo, já que se diferencia daquelas tradicionalmente realizadas, quanto a possibilidade de encarar um novo calendário, inserindo também o turismo no contexto de tempo linear, mas também de tempo cíclico já que sua intensificação segue o tempo

das estações. Em Atins, o *verão* altera as atividades pesqueiras, por conta dos ventos, mas define agora o tempo do turismo, por conta do sol e dos ventos. Nesses dois momentos a paisagem muda, e muda também a rotina das famílias, seja relacionada com as atividades tradicionalmente realizadas, seja as referidas ao turismo.

Em razão das belezas cênicas terem transformado o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses em um dos principais destinos turísticos do mundo, a *alta temporada* é caracterizada pela presença mais intensa de turistas em Atins, e isso altera significativamente a rotina das famílias. O fato de terem atividades de trabalho com horários de entrada e saída, e com rotinas nesse intervalo a serem realizadas, o tempo do relógio funciona como regulador importante. Isso porque o atendimento aos turistas precisa ser feito desde bem cedo até altas horas da noite. O descanso é raro durante todo o dia. Esse aspecto é ressaltado por pessoas que trabalham nas pousadas na área de limpeza ou como cozinheiras, por exemplo.

O *tempo do turismo* se destaca e se diferencia a todo instante do *tempo da pesca artesanal* em Atins (SANTOS, 2018). O tempo do trabalho leva em conta o tempo dos turistas, relativamente às suas rotinas, que se desenrolam em um outro tempo, que na maioria das vezes são pessoas que vivem em centros urbanos.

O período que permanecem no Parque para se divertirem e admirarem as paisagens visa quebrar a rotina frenética do tempo vivido nos espaços urbanos. Esse, inclusive, é um dos principais argumentos daqueles que defendem a concessão dos serviços de visitação ao Parque dos Lençóis à iniciativa privada e o argumento inicial para a criação dos primeiros parques nacionais: oferecer momentos de tranquilidade, de contemplação da natureza como forma de ruptura com a vida urbana. Os trabalhadores nativos durante esses quatro meses de *alta temporada* estão sujeitos ao tempo das atividades turísticas e ao tempo dos patrões. Tempo distinto, portanto, daquele que orienta a vida cotidiana e as atividades tradicionalmente realizadas.

Já no tempo da *baixa* temporada se verifica um outro ritmo. As pessoas acordam, trabalham no tempo da maré, percebem a ação dos ventos, ficam atentas as fases da lua para poderem sair de casa e realizar outras atividades, ou seja, tempo da natureza organiza a vida e o trabalho.

Esse ritmo define, de certa forma, o modo como vivem no mundo. O ritmo da *baixa* temporada demonstra como as pessoas vivenciam esses lugares - a *praia*, as *morrarias*, o mar. Podemos entender este modo de viver das pessoas na *baixa* temporada como a forma que experimentam e habitam o aberto, vivendo o tempo a

partir deste habitar. De certo modo, “habitar o aberto é habitar um mundo-tempo no qual cada ser está destinado a combinar vento, chuva, sol e terra na continuação da sua própria existência” (INGOLD, 2015, p.179). Vivenciam, portanto, de outra forma estes ambientes e os conhecem tão bem que se explicam através dos elementos da natureza, ou explicam a natureza como eles próprios se descrevem.

Apesar da intensificação do turismo e das mudanças decorrentes da criação do Parque pelo Estado, essas famílias mantêm vínculos e relações com seu território (SANTOS, 2018) que traduz bem o que consideram viver no aberto. Avaliam as forças dos ventos, o vai e vem das marés e prestam atenção em cada movimento de animais, das pessoas e das *morrarias*. Nesse sentido, vivem o tempo e o seu movimento. Apresentam esse tempo vivido na maneira que lidam e quando lidam também diretamente com os turistas, pois estão a todo momento explicando aos turistas o que sabem sobre o lugar onde vivem. Em muitos momentos, como nos passeios que fazem a cavalo com os turistas, têm a oportunidade de falar (com ajuda de tradutores na maioria das vezes) como as *morrarias* se movimentam, mostrar os caminhos feitos pelas pessoas das comunidades, ensinar naquele curto período do passeio anos de conhecimento adquirido. Muitos turistas, como afirma Mailson que faz alguns desses passeios a cavalo, querem saber desse tipo de vivência dos nativos durante os passeios que realizam. Querem saber também como é viver nos Lençóis Maranhenses.

Como argumenta D’Antona sobre a relação das pessoas com as *morrarias*, “é incorreto pensar que no Parque sem pensar nas pessoas e nas conexões espaciais e temporais que as animam” (2000, p. 122). Essa é uma das formas que os nativos que realizam atividades relacionadas com turismo têm utilizado para lidar com o outro, com o turista. Falam a partir de seu saber, do seu modo de vida, consolidado a partir da relação que mantêm com os ambientes, de suas experiências de vida individual e coletiva.

A ideia de transformar todos esses ambientes em estrutura para recepção de turistas, e viver o tempo deles é também uma outra construção. Viver um outro tempo nesses quatro meses é como o “meio ambiente tem sido modificado, ou “construído”, para se conformar às expectativas de fechamento, mas como a vida sempre e, inevitavelmente, rompe os limites das formas objetivas nas quais temos procurado contê-la.” (INGOLD, 2015, p. 180). Ingold nos ajuda a pensar como este mundo aberto não está preparado, mas passa por processos contínuos de transformação.

O tempo para este autor é uma composição de fluxos do meio. Ou seja, o tempo é criado continuamente a partir da relação dos seres, das coisas e das substâncias. É preciso então levar em consideração muito mais do que a premissa de tempo da natureza ou tempo do mercado como alguns teóricos pretendem definir. O caso dos tempos nesses dois momentos da vida dessas famílias é emblemático porque nos ajudam a perceber que há uma gama de processos e que mesmo dentro de uma ordem de trabalho mais fechada, em um tempo ordenado pelo tempo do relógio (THOMPSON, 1967), há a possibilidade de fluxos que as pessoas usam constantemente quando decidem não ir ao trabalho na pousada porque precisam cuidar de alguém da família, ou por causa de uma festa/festejo do povoado vizinho que decidiu ir. O tempo está em constante alteração e demonstra que as pessoas estão percorrendo esses fluxos a todo instante.

Um elemento que apresenta centralidade é o vento. Tanto para as famílias que vivem em Atins e já possuem uma relação com o território e seus fluxos da natureza, como também para os turistas que realizam atividades na água que depende da força do vento. Em uma das conversas que tive com uma marisqueira, ela me explicou sobre o que a avó dela dizia sobre o vento, pois no mesmo dia haviam quebrado algumas telhas de sua casa por causa de uma forte ventania. Comentou que sua avó contava que não se deve xingar ou maldizer quando acontecem essas coisas pois o vento podia ouvir e fazer algo pior. O vento era forte e tinha autonomia. Agitava as ondas, mudava de lugar as *morrarias*, portanto, exigia respeito. As famílias de Atins e de outras localidades do Parque sempre têm em conta a agência desses elementos não humanos, pois nunca desconsideraram a importância e o lugar que têm no funcionamento dos seus modos de vida.

Isso me fez pensar sobre a percepção que ocasionalmente temos do vento, muitas vezes considerando apenas como mais um elemento da natureza. Segundo a forma como o percebem, ele é muito mais que isso para as famílias. Para elas o vento tem vida e realiza efeitos importantes na vida das pessoas. Tal como nos lembra Ingold (2015, p.187) “o vento também se mistura às substâncias conforme sopra através da terra, deixando traços de sua passagem em caminhos ou trilhas.” Essa é uma percepção muito recorrente em Atins, e em outras regiões do Parque, como nos mostra o trabalho de Campos (2018) sobre a movimentação das *morrarias* no Parque Nacional de Lençóis Maranhenses, que nos apresenta as representações das famílias sobre as *morrarias*. Elas andam, têm costelas, cabeça, e possuem seus mistérios. É preciso respeitar a *morraria*.

Também por isso, “a vida não estará só confinada dentro de formas limitadas, mas sim costura o seu caminho pelo mundo ao longo da miríade de linhas de suas relações, sondando cada rachadura ou fenda que possa potencialmente permitir o crescimento e movimento.” (INGOLD, 2015, p. 192).

Ressalte-se que além de vivenciarem o tempo a partir de outros parâmetros, são agentes importantes na construção das paisagens. Os Lençóis Maranhenses, nesse sentido, são também as pessoas que estão impregnadas às imagens, aos movimentos e ao trabalho que compõem o que está sendo tratado como paisagem. As paisagens nos Lençóis Maranhenses são constantemente formadas não apenas por variáveis físicas, mas também por outros movimentos, como os que fazem as pessoas.

Tilley insiste justamente que a paisagem não é uma constante física que seja simplesmente dada à observação, à descrição e à medida empírica. Ela é antes dada apenas em relação aos seus habitantes, às suas vidas, movimentos e propósitos, e aos locais onde moram, e extrai seu sentido das relações. (INGOLD, 2015, p. 198).

É preciso levar em conta essas constituições quando se trata do turismo, pois não dá para vivenciar os ambientes sem considerar as pessoas que contribuem para a construção dessas paisagens. Nesse caso, agentes humanos e não-humanos estão correlacionados. “Como uma experiência de luz, som e sensação que permeia a nossa consciência, o tempo não é tanto um objeto de percepção quanto aquilo que percebemos nele, subscrevendo as nossas próprias capacidades de ver, ouvir e tocar” (INGOLD, 2015, p. 199). Ou seja, o tempo também está circunscrito nos fluxos do meio, na própria vida. Há um mundo-tempo que considera os fluxos e movimentos. Dessa feita:

Perceber e agir no mundo-tempo é alinhar a sua própria conduta aos movimentos celestes do sol, da lua e das estrelas, às alternâncias rítmicas da noite e do dia e das estações do ano, à chuva e ao dia aberto, à luz do sol e a sombra. Pois o tempo engole a paisagem, assim como a visão das coisas é engolida pela experiência da luz, a audição das coisas pela experiência do som, e o tato das coisas pela experiência do sentir. (INGOLD, 2015, p. 201).

Há uma confluência na experiência humana de viver e estar vivo no mundo que nos permite pensar que a partir das diferentes construções de tempo é possível apreender sobre como as pessoas percebem os fluxos, e de como suas percepções sobre o mundo são edificadas.

Entre o turismo e as mobilizações: ação coletiva e as estratégias para a permanência no território

A *região das praias*, assim chamada pelos nativos, que abrange as localidades de Atins, Canto do Atins, Santo Inácio e Ponta do Mangue, é uma zona do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses bastante visitada por turistas nacionais e estrangeiros. Além dos atrativos naturais como dunas e lagoas, essa região possui também praias com características que favorece a prática do *kitesurf*, em razão dos fortes ventos no período da *alta temporada* e de uma extensa área chamada localmente de *poção*, onde os pescadores artesanais dessas localidades realizam a denominada *pesca de beira*.

Em razão desses fatores, a presença de turistas e a intensificação dos negócios do turismo têm alterado significativamente a vida das famílias dessas comunidades tradicionais. O potencial turístico dessa região desperta também interesse de agentes políticos e econômicos. É por essa razão que já existem duas iniciativas oriundas do senado e do poder executivo, respectivamente, voltadas à dinamização dos negócios do turismo em bases empresariais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Uma delas, de autoria do Senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que altera os limites do PNLN, deixa de fora dessas iniciativas do turismo inúmeras comunidades tradicionais. A outra, apresentada pelo atual governo de Jair Bolsonaro, visa conceder ao setor privado, os serviços de visitação ao PNLN. As duas propostas são orientadas para o turismo em bases empresariais, não contemplando os serviços já oferecidos pelos nativos, inseridos no turismo de base comunitária.

Em razão desse quadro, esta parte do trabalho tem como objetivo compreender a ação coletiva das famílias dessas comunidades como resposta a tais iniciativas, que combinam estímulos ao turismo praticado por empresas, e as ameaças à permanência das famílias nesses espaços que interessam a esses agentes econômicos e políticos. Visa entender também as formas de mobilização e as estratégias utilizadas para permanecer em seus locais de residência e trabalho, e também participar das atividades relacionadas com o turismo.

As ações realizadas estão referidas a reuniões, audiências públicas e manifestações individuais. Tais momentos foram registrados durante pesquisas realizada pela equipe do GERUR, e também por meio de conversas que mantive com os interlocutores de pesquisa durante as etapas de campo.

Uma dessas situações diz respeito ao problema enfrentado pelos pescadores *de beira* por conta da prática do *kitesurf* em toda a extensão da praia onde as comunidades tradicionais antes mencionadas, praticam a pesca artesanal. Essa interferência se verifica de forma mais incisiva no chamado *poção*, local de muita importância para a *pesca na beira* praticada pelos pescadores de Atins e de povoados vizinhos.

A tentativa de resolução deste problema por meio de reunião se deu pela mobilização das famílias e a participação de órgãos de representação, donos de pousadas e representantes da prefeitura municipal de Barreirinhas. Em decorrência das negociações entre os vários atores, foi definida uma delimitação de áreas na água de modo a compatibilizar a prática do esporte com a pesca artesanal. Apesar dessa tentativa de acordo, resta realizar a sinalização na água e na praia de modo a solucionar de forma definitiva o problema, já que os kitesurfistas continuam velejando nas áreas utilizadas pelos pescadores.

Outro caso que nos ajuda a entender os interesses de agentes externos por essa região para fins de implantação de negócio relacionado com o turismo, e as movimentações estratégicas das famílias para fazer frente a tais iniciativas e assegurar a sua permanência no território, diz respeito à mobilização dos moradores do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses em uma audiência pública - realizada pelo senador Roberto Rocha no final do ano de 2019 na cidade de Santo Amaro.

Essa audiência pública, que contou também com a presença de órgãos de representação e de instituições que apoiavam as famílias, foi convocada com o intuito de discutir o Projeto de Lei do Senado 465, de autoria do senador Roberto Rocha, que altera os limites do PNLN. Esse projeto apresenta sérias implicações sociais e ambientais e, por conta disso, foi duramente criticado pelas famílias que repudiaram a proposta por ameaçá-las na sua reprodução material e social

Essa situação, em razão do alto grau de participação das famílias e das ações por elas realizadas naquele dia, nos permitiu identificar as estratégias mobilizadas e a resistência dos moradores do Parque. Percebendo as manobras para aprovação da proposta, os moradores reagiram e numa ação coletiva, protestaram contra o PLS 465,

fizeram pressão para mudar o local da audiência, realizaram passeata pela cidade emitindo palavras de ordem contra o projeto e, durante a audiência, manifestaram o seu desacordo com a iniciativa do senador por julgarem que a proposta de alterações nos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, comprometeria radicalmente as suas vidas.

A participação em atos políticos como o que aconteceu por ocasião da audiência pública em Santo Amaro é apenas um dos exemplos da ação coletiva das famílias. Outras situações permitem observar a movimentação desses agentes no sentido de defender às agressões que sofrem e que ameaçam a sua reprodução social e material.

É o caso dos conflitos verificados com turistas praticantes de *kitesurf* que velejam em áreas utilizadas pelas famílias de distintas localidades da região das praias para realização das atividades de pesca artesanal. Esse problema envolveu não somente os praticantes desse esporte, mas também donos de pousada, proprietários de escolas de *kitesurf* e também a prefeitura de Barreirinhas.

O problema do kitesurf em Atins

A prática de *kitesurf*, como foi dito inicialmente, converteu-se em um dos principais problemas dos pescadores em relação a presença de turistas em Atins. Recorrentemente lembravam situações nas quais os pescadores passavam horas na tentativa de pescar na praia, próximo à foz do rio Preguiças, e não conseguiam o suficiente para alimentar suas famílias. A pescaria fracassava, diziam os pescadores, porque os peixes eram *assustados* pelos kitesurfistas que, quando faziam suas manobras e suas pranchas deslizavam na superfície da água emitiam ruídos que afugentavam os peixes.

Os pescadores ressaltam a necessidade de não ser realizado muitos ruídos durante a pescaria para que se obtenha algum sucesso. Mesmo quando há muitos pescadores, há técnicas para que façam o mínimo de barulho possível, não é um momento para conversas. Operam técnicas corporais (MAUSS, 2003) para andar na areia ou movimentar-se na água. O acionamento dessas habilidades permite que obtenham sucesso nessa atividade, pois compreendem também, pela íntima relação com esses ambientes, o comportamento dos peixes.

A presença constante de *kitesurfistas* nos horários e nos locais de pesca compromete significativamente as pescarias de moradores de Atins e dos de outros

povoados, que ficam nos chamados *ranchos* para realizar a *pesca na beira* na praia. Em alguns relatos também era mencionado os riscos e o desrespeito de alguns praticantes desse esporte aos pescadores, pois realizavam manobras por cima das canoas, colocando em risco os pescadores que muitas vezes levam também seus filhos, seja para transportá-los para o outro lado da foz do rio, seja ao mariscar ou pescar na praia.



Foto 8: Pescadores artesanais e kitesurfista no chamado *poção*.

Autor: Benedito Souza Filho. Atins, 2017.

Após muitas tentativas, os pescadores viram que as reclamações quando dirigidas diretamente aos turistas praticantes de *kitesurf* não surtia efeito, seja porque a maioria deles não entendia, por serem estrangeiros, seja porque ignorassem as queixas dos pescadores. Diante desse impasse, resolveram levar o problema para ser discutido com donos de pousadas que vendiam pacotes de viagem que incluía aulas de *kitesurf*.

Durante reuniões com os donos de pousadas, os pescadores relataram os riscos, o desrespeito, e todas as situações de insucesso na pesca em consequência da prática do *kitesurf*. Os proprietários das pousadas presentes na reunião ouviram os relatos e salientaram que não sabiam do incômodo. Comprometeram-se a orientar os praticantes para realizarem a prática do esporte na parte de fora da chamada *boca da barra*, e que não entrariam na área do *poção*, local de pesca das famílias. Ainda assim, questionaram bastante, por considerarem que era uma área aberta e que todos poderiam fazer uso.

Após algum tempo dessa primeira reunião houveram mais duas nas quais o mesmo assunto teria sido discutido pelas partes. Apesar desses momentos de diálogo, nada havia sido modificado em relação aos problemas apontados. Os pescadores que participavam das reuniões, denominadas por eles de “audiência”, em razão da presença de pessoas importantes, chegaram mesmo a duvidar que houvesse alguma mudança, pois como me dizia dona Adelaide “esse pessoal é tudo peixe grande, e a gente que é peixe pequeno não tem força”.

Apesar dessa frase de Dona Adelaide se referir à correlação de forças entre os empresários e os nativos, alguns individualmente, como “peixes pequenos”, tenham usado como resposta, mecanismos próprios para “espantarem” os kitesurfistas. Um desses foi usado por um pescador que, ao ter sido importunado por um *kitesurfista* enquanto pescava, cortou uma das cordas da pipa do *kite* assim que teve chance. Em relação a esse episódio, estrategicamente não me deram maiores detalhes sobre quem tinha sido e o que havia acontecido após essa ação. Esses episódios, e a omissão de detalhes sobre eles, podem ser interpretados como formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2002).

Apesar desses transtornos, continuaram a conversar sobre esses problemas. Sempre que haviam reuniões para tratar dos problemas do PNLN no STTR de Barreirinhas, da qual participávamos como integrantes da equipe de pesquisa, alguém sempre lembrava sobre os problemas com os *kites* e como isso estava afetando a vida da maioria das famílias no povoado.

Como as tentativas de diálogo com os donos de pousada não solucionaram os problemas, um grupo de pescadores e marisqueiras resolveu que iria recorrer a outras instâncias como estratégia alternativa para resolução da situação, já que podia provocar graves problemas entre pescadores e turistas, procuraram Antônio Carlos, vereador à época, que era de Atins, e indagaram se ele, como vereador, poderia apresentar alguma alternativa para resolução do problema.

Após analisar o caso, e entender as implicações sociais e jurídicas da situação, já que o quadro envolvia comunidades tradicionais que vivem e trabalham em uma unidade de conservação de proteção integral, e que a prática do *kitesurf* implicava no trânsito dos praticantes entre as áreas internas e externas do Parque, o vereador decidiu elaborar um projeto de lei que disciplinasse a prática desse esporte naquela zona, delimitando espaços para a prática do esporte, de modo a preservar os espaços onde as famílias praticavam a pesca.



Mapa 2: Delimitação da área para prática do kitesurf e localização das comunidades da região. Elaborado por Ulisses Denache Vieira Souza

O projeto de lei, após tramitação, foi aprovado na Câmara Municipal de Barreirinhas e sancionado pelo prefeito Albérico Filho. Apesar da aprovação da lei, os praticantes de *kitesurf* continuaram entrando nas áreas de pesca. Isso porque ficou pendente a sinalização na praia e na água, de responsabilidade da prefeitura de Barreirinhas e Capitania dos Portos respectivamente.

Como a aprovação da lei municipal que disciplinava a prática do *kitesurf* não resolveu o problema, e como a prefeitura de Barreirinhas e Capitania dos Portos não providenciaram a sinalização conforme suas atribuições, integrantes das famílias de comunidades tradicionais dessa região, com o apoio do STTR e Colônia de Pescadores de Barreirinhas, formalizaram uma denúncia do problema junto ao Ministério Público Federal. A ideia era municiar o MPF com informações sobre o problema de modo a envolver essa instituição na resolução desse problema.

A ação coletiva das famílias, com o apoio dos seus órgãos de representação insere-se em uma sequência de iniciativas começam com as tentativas de resolução do problema a nível local. Não obtendo sucesso, as novas movimentações remetem o problema para o nível municipal e também legal, já que a movimentação e a demanda das famílias redundaram na aprovação de uma lei municipal. Os insucessos dessa movimentação fizeram com que levassem o problema para a esfera federal. Essa ação

coletiva multiníveis, revela certas particularidades da movimentação estratégica das famílias. Acionam o que Charles Tilly denomina de repertório contencioso (TILLY, 1986), ou seja, o conjunto de ações calculadas que são mobilizadas, pois levam em consideração as características e os papéis dos agentes envolvidos e destinam-se a resolver de forma definitiva determinado problema.

Em agosto de 2019, período da alta temporada do turismo, portanto de intensa presença de praticantes de *kitesurf* na praia e na foz do rio Preguiças, não vi movimentação de *kites* na foz do rio onde eu sempre vira em etapas de campo anteriores. Fui à praia para conversar com os donos de escola de *kitesurf* e tentar aplicar os questionários com o objetivo de contabilizar a quantidade de velejadores na água, e, para minha imensa surpresa, os *kitesurfistas* moviam-se até um certo ponto e voltavam. Inicialmente não compreendi como estava sendo marcado aquele perímetro pois não haviam boias ou cordas indicando algum limite. Ao continuar pela praia parei em frente de uma das cinco escolas de *kitesurf* que existem no *povoado* e me deparei com uma placa que tinha sido colocada recentemente, segundo a pessoa que me acompanhava. A placa fora colocada pela prefeitura e possuía um mapa da área litorânea com indicação dos berçários de peixes e, por conta disso, era uma área proibida aos *kitesurfistas*.

A partir de conversas com algumas pessoas no *povoado* sobre a placa descobri que essa iniciativa da prefeitura era resultado de notificação do Ministério Público Federal em razão da denúncia feita a este órgão pelos moradores de localidades dessa região juntamente com seus órgãos de representação. Na notificação do MPF à prefeitura de Barreirinhas era determinado que fossem tomadas providências para colocação de sinalização na praia. Em função disso, a prefeitura providenciou a instalação das placas.



Foto 9: Placa indicando áreas delimitadas para prática de kitesurf. Autora: Lícia Viana, agosto de 2019.



Foto 10: Detalhe da placa com delimitações de uso. Autora: Lícia Viana, agosto de 2019.

Após alguns dias, quando fui à *praia* para ver se realmente estavam respeitando as delimitações segundo a lei, indaguei se os *kitesurfistas* estavam entrando na área de pesca. A resposta era de que não estavam entrando. Ao conversar com um professor de *kitesurf* que tinha uma escola – o único nascido e criado em Atins – sobre a placa e as novas regras, ele me explicou que os alunos de sua escola eram instruídos a praticarem apenas onde atualmente têm aulas, próximo à chamada *boca da barra*. No entanto, muitos turistas que visitam, praticam o esporte sem qualquer orientação sobre essas novas regras. Explicou que com as placas não havia mais acontecido de entrarem

nas áreas de berçários que vai desde a foz do rio preguiças em Atins até Canto do Atins, povoado vizinho.

O problema foi temporariamente resolvido após a ação coletiva das famílias por meio de reuniões, audiências, e denúncias junto a instituições como o MPF, para que alguma medida prática fosse tomada. A mobilização dos pescadores teve início com a tentativa de resolução direta junto àqueles que estavam causando os problemas, comprometendo a *pesca de beira*. Como essa iniciativa não foi suficiente, buscaram outras alternativas até fazer vigorar a lei que delimita a prática do esporte e protege as áreas de pesca. Essa conquista só foi possível graças à ação coletiva das famílias que, diante da ameaça de comprometimento de suas práticas pesqueiras, tiveram que lançar mão de diferentes estratégias de mobilização.

A ação coletiva das famílias coloca em relevo as implicações do turismo no seu cotidiano. A prática do *kitesurf* na *região das praias* interfere radicalmente nas atividades de pesca das comunidades dessa zona. Mas os interesses do turismo nessa região não se restringem a essa alternativa para a prática do esporte. Os atrativos naturais, como praias, lagoas e dunas servem também como estimuladores dos negócios de turismo.

É por essa razão que agentes políticos econômicos têm demonstrado interesses em promover a intensificação do turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Algumas dessas iniciativas, oriundas do executivo e do legislativo têm como centro de suas propostas as oportunidades econômicas que os atrativos naturais do Parque Nacional oferecem ao setor do turismo. Tais propostas estimulam os investimentos privados, seja pela oportunidade de implantação de empreendimentos como construção de *resorts*, seja por meio de concessão de serviços de visitação. Tais iniciativas visam estimular os negócios do turismo realizado em bases empresarias.

A privatização dos serviços de visitação e o projeto de alteração dos limites do Parque: novos problemas, novas mobilizações.

Além dos problemas provocados à pesca artesanal das famílias pelos kitesurfistas, os negócios do turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, estimulados pelo poder executivo e projetos oriundos do senado federal representam novas ameaças ao modo de vida das comunidades tradicionais que historicamente vivem e trabalham nessa unidade de conservação de proteção integral.

A proposta de concessão ao setor privado dos serviços de visitação ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e o Projeto de Lei do Senado 465, de autoria do Senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que altera os limites do PNLN, são as duas novas ameaças às famílias. As duas propostas têm em comum o fato de estimular o turismo em bases empresariais, desconsiderando as iniciativas nativas nesse setor e também a possibilidade de realização do turismo de base comunitária. A exclusão dos nativos ou o comprometimento do seu modo de vida são outras duas implicações negativas dessas iniciativas.

O projeto de lei do senador Roberto Rocha que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, exclui inúmeras comunidades, colocando-as em uma situação de vulnerabilidade social. Para evitar essa consequência mais imediata, famílias de muitas comunidades tradicionais têm se manifestado contrariamente à essa iniciativa do senador.

Uma demonstração desse descontentamento pôde ser observada durante a realização de uma audiência pública em Santo Amaro - MA, (um dos municípios abrangidos pelo PNLN) convocada pelo senador Roberto Rocha para discutir o PLS 465. Essa audiência pública propiciou a mobilização dos moradores de distintas das comunidades tradicionais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

A mobilização para participar da audiência pública envolveu moradores de comunidades do Parque Nacional dos Lençóis, órgãos de representação como Colônias de Pescadores e os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos três municípios que o Parque abrange – Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz – e representantes de outras entidades que prestavam apoio às comunidades. Participaram ainda os coordenadores do Gerur, os professores Maristela de Paula Andrade e Benedito Souza Filho, pois foram responsáveis pela elaboração de uma nota técnica solicitado pela Federação de Trabalhadores Rurais Agricultoras e Agricultores do Estado do Maranhão – FETAEMA, analisando o PLS 465, embasada em nossas experiências de pesquisa no PNLN. A nota técnica contou também com a participação do professor Joaquim Shiraishi Neto (advogado), do professor Ulisses Denache Vieira Souza (geógrafo) e da Bióloga Nathali Garcia Ristau, além dos componentes da equipe de trabalho do Gerur à qual também era integrante.

A nota técnica já havia sido apresentada em uma audiência pública no senado, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, no dia 22 de maio de 2019 pelos professores Benedito Sousa Filho, Ulisses Denache Vieira Souza e a Bióloga

Nathali Garcia Ristau, o que acabou desencadeando na decisão do senador Roberto Rocha, autor do projeto, em realizar audiências com as comunidades tradicionais do Parque para apresentação do projeto. A audiência pública programada para acontecer em Santo Amaro foi pouco divulgada oficialmente nas comunidades. Essa limitação da comunicação pareceu intencional para os moradores, pois pretendiam apenas legitimar a proposta, contando com a presença de poucos convidados. Mas outras redes de comunicação foram acionadas como a criação de grupos em whatsapp para circulação das informações sobre o PLS e as articulações para participação na audiência pública.

A audiência foi marcada para o dia 1 de novembro de 2019 no município de Santo Amaro. A partir da confirmação da data e hora da audiência pública iniciou-se um processo de mobilização dos órgãos de representação, das entidades de apoio e das famílias das comunidades do PNLM. As comunidades de Barreirinhas, muito bem informadas por suas associações de moradores e órgãos de representação mobilizaram-se para fretar carros que pudessem levar as pessoas até Santo Amaro.

De Atins foram doze pessoas em um carro. O motorista, sabendo do motivo da ida daquelas pessoas, fez um preço acessível para que pudessem ir. Duas mulheres do *povoado* que fazem parte do Conselho Consultivo do Parque e que sabiam de pormenores do projeto de lei que altera os limites do PNLM, foram em algumas casas para explicar às pessoas como poderia afetar a vida de todos, e como era importante que fossem até Santo Amaro falar da sua discordância daquele projeto. Dessa forma deu-se a mobilização internamente a Atins.

A intensificação da comunicação com os órgãos de representação nos três municípios que integram o Parque (Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz) e também com algumas lideranças das comunidades desses municípios foi essencial para a mobilização nos outros povoados. O resultado dessa mobilização garantiu a presença de mais de 500 pessoas das comunidades na audiência, o que assustou a assessoria do senador que havia escolhido um pequeno espaço para a audiência, justamente porque esperavam contar com a presença de poucas pessoas.

O local escolhido era pequeno e pouco confortável. À medida que a hora da audiência ia se aproximando mais pessoas chegavam e lotavam o auditório do Centro de Artesanato de Santo Amaro, local escolhido para a audiência. Em determinado momento, as pessoas começaram a entrar com seus cartazes e gritar palavras de ordem contra o PLS. Outras que ficaram do lado de fora iniciaram um protesto, reivindicando a mudança do local da audiência para um espaço maior.

Os assessores do senador tentaram manter a audiência no local previamente definido, alegando que não poderiam mudar devido aos equipamentos que seriam necessários naquela audiência de apresentação do projeto. A insatisfação das pessoas foi traduzida em palavras de ordem para saírem de lá, até que, vencida pela pressão dos presentes, a organização decidiu transferir a audiência para um clube da cidade, que ficava em uma parte da cidade não muito próxima ao Centro de Artesanato, local inicialmente pensado para a realização da Audiência Pública.

Entre os convidados do senador para participar da audiência, encontravam-se o atual reitor da Universidade Federal do Maranhão, Natalino Salgado, representantes da câmara de vereadores, a prefeita de Santo Amaro e outros políticos e empresários. Tais convidados foram chamados numa tentativa do senador em dar legitimidade àquela audiência. Apesar desse esforço, a mobilização das pessoas e a manifestação coletiva condenando a proposta antes mesmo da audiência pública ter início, deram outro tom àquele evento.

A transferência do local da audiência pública permitiu que centenas de pessoas saíssem em passeata até o novo local, entoando a palavra de ordem que se tornou símbolo daquele momento: “o Parque é nosso, o Parque é nosso, nós não queremos que transforme em negócio!”. As palavras de ordem eram acompanhadas da exibição de faixas de protesto contra o projeto de lei 465.

Aponte a câmera do seu smartphone para o QRCode para assistir ao vídeo



O parque é nosso! Manifestação de moradores do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses contra o PLS 465 em Santo Amaro. Autor: Benedito Souza Filho, 2019

A ação coletiva das famílias durante o transcurso da audiência pública se deu sem que os órgãos de representação tivessem que interferir. O entendimento que tiveram daquele momento foi de que a iniciativa do senador representava uma forte ameaça à continuidade da permanência das famílias em seus históricos lugares de residência e trabalho. Foi por essa razão que a palavra de ordem “o parque é nosso” se transformou em uma manifestação de resistência das famílias.

Durante o percurso do auditório ao clube da cidade que era usado para festa, os participantes cantavam canções que estimulavam a luta. Chegaram a entoar o hino nacional, cantado com muito fervor pelas pessoas até a entrada do clube onde então iria acontecer a audiência. A passeata, as palavras de ordem e o canto do Hino Nacional criaram um clima de grande euforia, despertando nas pessoas um sentimento de indignação em relação à proposta do projeto de Lei.

O planejamento da assessoria do senador foi completamente alterado em razão da mobilização. A mudança de local e a reação das pessoas deu um outro clima à audiência pública. Como foram surpreendidos pela quantidade de pessoas ali presentes, foi sendo cada vez mais difícil controlar a situação. A chegada do senador ao novo local da audiência pública, foi marcada por vaias dos presentes, que gritavam ainda mais palavras de ordem contra o projeto de lei.

Ao fazer uso da palavra, o senador tentou justificar a sua proposta alegando que a mesma objetivava desenvolver a região que tinha no turismo o seu principal potencial. Chegou a mencionar que já teria tido reuniões com empresários de Singapura e das Filipinas que queriam investir naquela região e que seria muito bom para as comunidades. Tentou justificar a importância do projeto, mas diante dos protestos, decidiu mudar a estratégia, mencionando que estava ali para ouvir a todos e se não fosse bom para todos o projeto poderia ser suspenso.

Após muitos protestos e vaias, foi solicitado à organização da audiência que as pessoas das comunidades falassem também. Apesar da demora e do cansaço, as pessoas das comunidades não desistiram de falar. As que puderam se manifestar questionaram o senador sobre a finalidade real do projeto. Como o senador não respondia de modo claro às perguntas formuladas pelos moradores, muito chegaram até à mesa onde ele estava para fazer questionamentos mais incisivos. Por causa do clima de tensão instaurado, a audiência pública foi encerrada e o senador teve de sair do local escoltado pela polícia militar. Depois o senador se reuniu com alguns convidados num restaurante da cidade e publicou nas suas redes sociais que toda aquela mobilização teria sido arquitetada por grupos políticos, falou isso na tentativa de deslegitimar a vontade dos moradores.

Era nítido que ali, pela primeira vez, as comunidades que foram atingidas pela criação do parque estavam com a mesma motivação que era assegurar a permanência em seus lugares de residência e trabalho, dando continuidade ao seu modo de vida. A insatisfação das pessoas significava que eram contrárias as alterações dos

limites do parque propostas no projeto de lei, porque sabiam que sua forma de viver seria novamente prejudicada, pois apesar do projeto retirar algumas comunidades de dentro da área do parque, elas não teriam como utilizar áreas importantes para as atividades que tradicionalmente realizam para viver.

Aponte a câmera do seu smartphone para o QRCode para assistir ao vídeo



Visão dos moradores do Parque Nacional dos Lençóis sobre o PLS 465.
Autor: Benedito Souza Filho, 2019

A participação dos moradores das comunidades na audiência foi um marco importante porque permitiu que percebessem que o fato de estarem vivendo em uma área que fora transformada em uma unidade de conservação proteção integral, ainda que sujeitos a algumas restrições, representava um mal menor se comparado à ameaça que aquele projeto representava. Isso ficava mais claro em razão do novo momento de relação com os agentes do ICMBio com quem agora estabeleciam diálogos voltados a garantir o direito de permanência no território a partir da celebração de Termos de Compromissos determinados pela Justiça Federal decorrente da ação impetrada pelo MPF.

Nenhuma dessas mudanças e conquistas se deram sem luta. Todas foram acontecendo ao longo dos anos após mobilizações, denúncias e solicitação de auxílio de instituições de sociedade civil e órgãos de representação. A participação política de lideranças locais, tem sido decisiva no andamento dessas lutas.

Estratégias de reprodução e resistência das comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis

A participação ou desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo é uma das estratégias de permanência das famílias. Pois tendo uma renda que os assegure

sua reprodução podem dar continuidade ao seu modo de vida, mesmo que isso interfira no seu calendário de atividades.

Apesar de o turismo não ser pensado para as famílias que vivem dentro do PNLN, elas realizam participação e garantem assim um aumento da renda familiar. Uma estratégia utilizada é a de promover a contratação de “pessoas de confiança”, ou seja, pessoas que já têm laços de amizade, parentesco e compadrio.

O sistema de reprodução que Bourdieu concebe é o de que há “toda uma classe de ações como estratégias, e não como estabelecimento de regras, objetivamente orientadas para a reprodução deste corpo social – a família ou a “casa” – que constitui um sistema.” (BORDIEU, 2020/1994, p. 22). No caso estudado temos essas estratégias em vários níveis, como no individual, na unidade familiar e mesmo a níveis de comunidades.

No caso da pesquisa de Bourdieu que tinha como objeto os casos de alianças assimétricas de casamento na Cabília e no Béarn, essas estratégias de reprodução estariam ligadas às alianças feitas como garantia ou como investimento. Para a realização dessa pesquisa se fez necessário uma mudança no paradigma para sair do padrão estabelecido nas pesquisas de estruturas de parentesco. Bourdieu faz isso inspirado na ideia de paradigma de Kuhn (1997). A mudança de paradigma seria a de investigar as estratégias matrimoniais ou de sucessão. Bourdieu apresenta uma série de classificações de estratégias, dentre as quais grandes estratégias guarda-chuvas, como: estratégias de investimento biológico que envolviam principalmente ter/não ter filhos, estratégias sucessórias, estratégias educativas e as de investimento econômico.

Na tentativa de explicar essas estratégias, Bourdieu institui como base a ideia de família. “A família continua a colocar a lógica relativamente autônoma de sua economia particular, que lhe permite acumular o capital de cada um de seus membros, a serviço da acumulação e da transmissão do patrimônio.” (BOURDIEU, 2020, p. 33).

No nosso caso – em Atins - também temos as famílias realizando uma série de estratégias internas para que os seus membros consigam trabalhar em várias frentes e aumentar a renda familiar. Sem família, diz Bourdieu (2020, p. 33), “não haveria estratégias de reprodução; sem estas não haveria família.” E conclui afirmando que “a unidade da família é feita para e pela acumulação e transmissão. O “sujeito” da maior parte das estratégias de reprodução, portanto, é a família agindo como uma espécie de sujeito coletivo e não como uma simples soma de indivíduos.” (BOURDIEU, 2020, p.84).

Os processos de resistência também estão presentes em vários trabalhos etnográficos e geralmente são tratados de forma a apresentar as ações realizadas contra algum tipo de dominação de um grupo sobre outro. Sherry Ortner (1995) apresenta questões atinentes à resistência e à recusa etnográfica, em que os etnógrafos suprimem as motivações, as intencionalidades por detrás das ações de resistência. Este autor alerta que existem uma série de enfrentamentos internos que nos dizem sobre outros processos de resistências e que deixamos de levar em consideração por estarmos extremamente ligados às categorias e suas definições. A recusa etnográfica, portanto, estaria ligada ao sujeito de resistência no sentido de ter uma etnografia que opta por se restringir aos estudos sobre grupos, que não levam em conta as subjetividades envolvidas nas ações de resistência, nem ao menos percebe as tensões e conflitos internos, e por isso é considerada uma etnografia mirrada mediante as possibilidades.

Nesse sentido, os processos de resistência são diversificados, tanto no ato de sua manifestação quanto na forma como se constitui na prática. É importante ter em mente que a categoria resistência carrega em si um determinado número de possibilidades que podem não satisfazer o objeto de estudo e a realidade do universo empírico. Em razão disto, tentei realizar uma discussão sobre resistência que é expressa em ações individuais e outras vezes coletivas. Acrescente-se a isso que ao descrever as ações ditas de resistência não podemos deixar de lado as ambiguidades que estão presentes porque as pessoas estão constantemente em processos individuais e coletivos em muitos níveis de suas vidas.

O conceito de poética que seria “arte de criar de produzir de encaixar diversos elementos para gerar a força que os anima a resistir, para propiciar os encontros que os fortalece e para dar continuidade a sua defesa da vida e do território.” (TORO, 2018, p.8) nos ajuda entender as várias tramas que, uma vez percebidas nos seus entrelaçamentos, explicam o modo como esses indivíduos reproduzem as suas formas de viver.

Ao tratar deste conceito, Natália Quiceno Toro (2018), pretende apresentar o diverso na forma de viver dos afrotratenhos na Colômbia. Independente dos vários episódios críticos de guerra e violências que passaram, estes episódios – que inicialmente eram o foco da pesquisadora – não dariam conta de explicar como estes grupos continuam a viver, crer, dançar, beber, plantar, visitar seus vizinhos ao longo do rio, etc. Sua luta e resistência também está na poética de continuação da vida. Viver

nessa diversidade é o motor principal desta resistência, mesmo no contexto de violência em que estiveram tão recentemente.

Este conceito de poética destacado por Toro, considero pertinente para pensar como as famílias de Atins têm resistido diariamente às várias investidas, seja pelas iniciativas voltadas a favorecer o setor privado com as concessões de visitação, seja pelas ameaças de projetos de lei que podem propiciar novas configurações de territórios.

As pessoas que vivem historicamente com suas famílias no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, não apenas se adaptam ao turismo e às pressões externas, mas estão constantemente em movimento. Reivindicam formalmente a garantia de seus direitos aos órgãos de representação, como o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barreirinhas, Colônia de Pescadores e Ministério Público, mas também realizam arranjos familiares para estabelecer novas relações de trabalho. Constroem seus estabelecimentos comerciais autonomamente e continuam a realizar suas práticas tradicionais como é a mariscagem, a *pesca na beirada*, a *pesca lá fora*, a implantação de roçados, o artesanato de buri, o cultivo do caju para a obtenção da castanha de caju e a criação de animais.

É interessante notar como as narrativas apresentam formas de denunciar eventos ocorridos cotidianamente. Explicam também as reações individuais e coletivas relativas às ocorrências, retratadas na maioria dos casos como violentas. Esse comunicar, seja aos órgãos de representação, seja ao pesquisador, ou mesmo tentar um diálogo com os próprios agentes envolvidos nos eventos, são formas de resistência, que têm como motivação, a permanência em seu território.

Algumas ações são narradas pelos pescadores, muitas vezes discretamente, como o fato que aconteceu com um pescador que cortou as cordas do equipamento de um *kitesurista* que estava invadido a área de pesca no momento da pescaria. Ações como essa, que são reconhecidas pelo grupo como mecanismos de defesa, apesar de serem realizadas individualmente também devem ser consideradas como ações de resistência (FERREIRA, 2018), ou como sustenta Scott (2002) como formas cotidianas de resistência.

Scott (2002) em suas contribuições sobre as lutas camponesas, nos incentiva a prestar atenção nos enfrentamentos travados no cotidiano, nas pequenas ações quase nunca ou pouco analisadas, que muitas vezes é a única disponível para esses grupos e que é uma “luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem

extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros” (SCOTT, 2002, p.11).

James Scott ainda anuncia que há pelo menos dois tipos de manifestação dessas formas coletivas que quando não é uma resistência cotidiana, geralmente passiva e seguindo o anonimato por uma questão de segurança, pode ser uma confrontação direta geralmente pouco organizada e normalmente sem a figura de uma liderança.

Essas duas situações nos remetem às estratégias que foram sendo utilizadas pelas famílias como as reuniões no *barracão* ou na igreja que agrupavam as pessoas que assim criavam ou mantinham ainda mais espaços de sociabilidade (COMERFORD, 2001). As formas de resistência e mobilização de estratégias para a permanência em seus lugares de residência e trabalho demonstram as motivações das famílias da comunidade estudada, que apesar dos muitos problemas enfrentados, dão continuidade às suas linhas de vida.

Considerações Finais

Este trabalho, que surgiu de preocupações iniciais enquanto ainda concluía outra pesquisa junto às famílias de pescadoras, pescadores e marisqueiras no *povoado* de Atins, começou com o desenho de um objeto de estudo relacionado com um problema apontado pelas famílias como um dos principais: a prática de *kitesurf* realizada por turistas em territórios pesqueiros. O amadurecimento dessa ideia inicial foi realizado nos trabalhos de campo que se seguiram àquela época.

Remi Lenoir (1998) estabelece uma distinção entre problema social e objeto sociológico. O grande desafio em torno dessa questão reside em realizar um movimento que transforme um problema social em problema sociológico e, por extensão, a delimitação de um objeto de estudo. Mas existe uma distinção entre ambos. Enquanto o primeiro pode ser caracterizado como algo que afeta diretamente as pessoas, o segundo seria um tipo de formulação derivada de processos de abstração que permite identificar um conjunto de variáveis articuladas sociologicamente em torno de um tema específico. As indagações decorrentes desse movimento funcionam como um processo de problematização que auxilia na construção de um problema sociológico.

O problema do *kitesurf*, como problema social, tem relação com algo maior, que permite ampliar o quadro sociológico a ser considerado: a intensificação da atividade do turismo na região onde Atins está localizado, e os interesses de agentes econômicos e políticos em implantar negócios de turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Esses fatores possibilitaram alterações no cotidiano das famílias, seja para realizar atividades relacionadas com o turismo, notadamente no período caracterizado como *alta temporada*; seja para realizar ações em defesa do seu modo de vida e a permanência no seu território.

O problema que se pretendeu responder na presente dissertação tem relação com esse quadro sociológico e procurou dedicar atenção aos arranjos, ações e estratégias mobilizadas pelas famílias voltadas, por um lado, a assegurar renda complementar à economia das famílias por meio de realização de distintas atividades relacionadas com o turismo e, por outra, as ações realizadas para permanecerem em seus lugares de residência e trabalho, historicamente ocupados.

Os dois eixos, por sua vez, permitem identificar um plano de fundo no qual se veem confrontadas duas concepções de natureza: uma calcada nas formas de interação

com os ambientes para a reprodução da vida; e outra marcada pela exploração contemplativa com vistas a garantir negócios e lucros.

Essa oposição permite também a configuração de arenas envolvendo diferentes atores – moradores, agentes econômicos e políticos – no interior das quais se verificam também disputas territoriais, igualmente movidas por interesses divergentes.

Os negócios do turismo em unidades de conservação de proteção integral, notadamente naquelas que apresentam inúmeras belezas cênicas, têm justificado a movimentação de agentes políticos e econômicos que utilizam nas justificativas de seus projetos, formas dissimuladas de sustentabilidade ambiental que nada têm a ver com conservação da natureza. O sentido de sustentabilidade operado por esses agentes é mais retórico, não representando de fato preocupação em proteger a biodiversidade dos espaços onde desejam implantar seus negócios.

É justamente por representarem uma ameaça ao seu modo de vida e também a sua exclusão nessas iniciativas relacionadas com o turismo, que as famílias têm acionado ao mesmo tempo, estratégias para participar de algum modo nas atividades voltadas aos turistas, e ações contra essas iniciativas, por entenderem que põem em risco a permanência nos seus lugares de residência e trabalho.

Foi pensando em dar conta deste quadro que inicialmente busquei explicar o contexto histórico e jurídico referido a essas famílias, e os problemas que enfrentam desde que o Estado, ao converter essa grande região em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, desconsiderou a história de ocupação e os modos de vida das famílias que vivem nos *povoados* dentro dos seus limites.

A ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal pode ser entendida como resultado dessa movimentação das famílias que, com apoio de suas entidades de representação e outras instituições, procurou resguardar direitos e evitar que conflitos e situações de ameaça prosperassem. Sobretudo aquelas que envolvem o órgão responsável pelo monitoramento ambiental, já que existia um histórico de problemas envolvendo o ICMBio e as famílias.

O que o trabalho permitiu observar também é que a noção de estratégia converteu-se em categoria de destacada importância. Ela permite identificar movimentações que promovem resultados importantes e imediatos. Uma delas diz respeito aos arranjos familiares para permitir que muitos integrantes das unidades familiares se envolvam com atividades relacionadas com o turismo, permitindo a entrada de renda complementar à economia das famílias.

Como desdobramento desse envolvimento, as iniciativas locais, além de permitirem a participação nos negócios de turismo, podem ser interpretadas como uma forma de assegurar a continuidade da permanência dos nativos nos seus lugares de residência e trabalho, a despeito de existirem iniciativas que não contemplem os empreendimentos locais.

A iniciativa do Estado de concessão de serviços de visitação ao PNLM à iniciativa privada, e os projetos de empresas e outros agentes econômicos dirigidos para a região, além de estimular o turismo em bases empresariais, representam também uma forma de continuar com a invisibilização das comunidades, já que não é prevista nessas iniciativas, a participação daqueles que têm pequenos empreendimentos ou mesmo vivem no entorno do Parque. Apesar das implicações negativas que esse projeto de concessão representa, as famílias estão dispostas a continuar lutando para participar de alguma forma nesses negócios do turismo.

As discussões aqui realizadas sobre como as famílias lidam com esse novo contexto da intensificação do turismo no *povoado*, nos permitem identificar como realizam também um movimento estratégico de conciliar as atividades tradicionalmente realizadas com aquelas voltadas ao turismo. Os arranjos familiares, bem como a diversificação de atividades, servem para ratificar a capacidade que têm de adaptar-se a uma situação bastante complexa.

A opção metodológica de descrever essa movimentação das famílias em dois tempos, serviu para termos uma ideia da morfologia social na *baixa e alta temporadas* do turismo, identificando as diferenças nas atividades realizadas no *povoado* nesses dois momentos. A *baixa temporada* sendo caracterizada como de reduzida circulação de pessoas de fora do *povoado*, tempo da pesca, de precipitação de chuvas etc., determina uma dinâmica social mais voltada para as atividades locais. Já a *alta temporada* do turismo como tempo de dias ensolarados, ventos constantes, momento de grande fluxo de pessoas de fora do *povoado* e de trabalho fora de casa, faz com que a organização familiar sofra adaptações de modo a permitir que além das atividades tradicionais realizadas, os integrantes das unidades familiares se envolvam com aquelas relacionadas com o turismo.

As mobilizações realizadas no âmbito jurídico e político nos ajudam a entender que as famílias têm uma enorme capacidade de luta, acionando as estratégias que estão ao seu alcance para continuar vivendo e trabalhando tanto em Atins como em outras comunidades dentro do PNLM. Apesar das dificuldades enfrentadas, as famílias

demonstram que têm capacidade de resistir, acionando estratégias que lhes permitam continuar em seus territórios, compatibilizando o seu modo de vida tradicional com as atividades de turismo.

Referências bibliográficas

AYUOB, Dibe. Sofrimento, tempo, testemunho: expressões da violência em um conflito de terras. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n.42, p. 107-131, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/05.pdf>.

BARRETO FILHO, Henyo T. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In. RICARDO, Fany (Org.). **Terras indígenas & Unidades de Conservação da natureza: desafios das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia do trabalho de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Trad. Sérgio Joaquim de Almeida. 2. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Estratégias de reprodução e modos de dominação**. Repocs, São Luís, v. 17, Nº 33, p. 21-36, jan/jun. 2020.

BRASIL. IBDF. **Decreto Nº 86.060**, em 02 de junho de 1981 que cria o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

CAMPOS, Dênis Victor Lemos. **A morraria anda demais: modalidades de interação entre humanos e ambiente no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão**. São Luís, 2018.

CORBIN, A. (1989). *Território vazio: a praia e o imaginário ocidental*. **Cap. 5- A invenção da praia**, p.266-280. São Paulo: Cia das Letras.

CUNHA, L. H. Tempo Natural e Tempo Mercantil na Pesca Artesanal. In: Antônio Carlo Diegues. (Org.). **A imagem das Águas**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 101-110.

CUTRIM, Ricardo Rodrigues. *Vargens, Vaqueiros e Morrarias: a criação de animais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). São Luís: UFMA, 2019, 73p.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. **O verão, o inverno e o inverso: sobre o modo de vida de comunidades residentes na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Campinas. Dissertação (Mestrado), departamento de Antropologia Social, Unicamp, 1997.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. Tempos e lugares nos Lençóis Maranhenses: considerações sobre o modo de vida de comunidades residentes junto a um Parque Nacional. In: Antônio Carlo Diegues. (Org.). **A imagem das Águas**. São Paulo: Hucitec, p. 111-141.

DIAS, Roseane. **TEMPO DE MUITO CHAPÉU E POUCA CABEÇA, DE MUITO PASTO E POUCO RASTRO: ação estatal e suas implicações para comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6.^a ed. ampliada. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. Ed. Perspectiva, 1978.

FERREIRA, Cássia. **Tempo de espera**. Edufma, 2018.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Conservacionismo e políticas de desenvolvimento: o legado dos parques. In: **Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira**. Org. Neide Esterci, Horácio Antunes Sant'Ana Júnior, Maria José da Silva Aquino Teisserenc. 1^a ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014.

GERUR. **Ação Estatal de Conservação da Natureza e Populações Tradicionais no Brasil: Conflitos Socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Relatório de Pesquisa. São Luís: UFMA/FAPEMA, 2017.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1997. Cap. 2; 11; 12 (p.43-55; 125-144; 183-200).

LEMIEUX, Vicent; OUIMET, Mathieu. **Análise estrutural das redes sociais**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. Cap. 1. O que é análise estrutural? p. 11-16.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick et Al. **Iniciação à prática sociológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 63-106.

MALINOWSKI, Bronislaw. "Introdução. Tema, método e objetivo desta pesquisa." In: **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, col. Os pensadores, 1978, p. 17-34.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015, p. 423-502.

MENDES, Diana Patrícia. ENTRE O INVERNO E O VERÃO: comunidades tradicionais, pesca artesanal e uso de recursos comuns no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses / Diana Patrícia Mendes. - 2018. 121 p.

ORTNER, Sherry B. **Resistance and the problem of Ethnographic Refusal**. Comparative Studies in Society and History, Vol. 37, N° 1 (jan., 1995), pp. 173-193. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambriadge-core/content/view/FA6036F289A7197C32DF8F3FEFFD7102/S0010417500019587a.pdf/resistance_and_the_problem_of_ethnographic_refusal.pdf.

OSTROM, Elinor. "Background on the institucional Analysis anda Denvelopment Framework". In: **The Policy Studies Journal**, Vol. 39, N° 1, 2011.

OSTROM, Elinor. "Background on the institucional Analysis anda Denvelopment Framework". In: **The Policy Studies Journal**, Vol. 39, N° 1, 2011.

PAUGAM, Serge. Afastar-se das pré-noções. In: PAUGAM, Serge (Org.). **A pesquisa Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015. P.17-32.

PEREIRA, Mônica Sousa. **Namoro no palmeiral: produção artesanal, sistemas de conhecimento e manejo das palmeiras de buriti no Parque Nacional dos Lençóis**

Maranhenses. 109 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018.

ROCHA, Marceles Oliveira. **DILEMAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL:** modalidades de intervenção oficial e suas implicações para comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 93 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018.

ROMEIRO, Ana Luiza. “**SÃO PEDRAS DE SURURU**”: a participação de crianças e *jovens* nas formas cotidianas de resistência no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 96 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2019.

SANTOS, Daniel C. J. **Para além do paraíso natural:** conflitos socioambientais e produção de castanha de caju no povoado Buritizal, Barreirinhas/ MA. 89f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016.

SANTOS, Lícia Cristina Viana Silva Santos. **A participação das mulheres na pesca artesanal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: o caso da mariscagem em Atins.** Monografia (graduação) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018, 105 p.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Revista Raízes**, Campina Grande, v.21, n.01, p. 10-31, jan./jun.2002.

SNUC – **Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Texto da Lei 9985 de 18 de julho de 2000 e vetos da Presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional e Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. São Paulo: Conselho Nacional da reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2002.

THOMPSON, E.P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. S.n.t., mimeo. 1967.

TILLY, Charles. The contentious French: four Centuries of popular struggle. Cambridge Mass.: Belknap press of Harvard University Press, 1986.

VAN DER PLOEG, Jan Dowe. “Sistemas de conocimiento, metáfora y campo de interacción: el caso Del cultivo de lapatata em el altiplano peruano. In: **Antropologia Del desarrollo: teorías y estudios etnográficos em América Latina.** Org. Andreu Viola. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 2000, p.361-383.